



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“COLÔNIA DE FÉRIAS DE OLINDA”:
Presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964)**

José Rodrigo de Araújo Silva

Área de concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: História Regional

**João Pessoa – PB
2013**

“COLÔNIA DE FÉRIAS DE OLINDA”: PRESOS POLÍTICOS E APARELHOS DE REPRESSÃO EM PERNAMBUCO (1964)

José Rodrigo de Araújo Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Monique Guimarães Cittadino

Linha de Pesquisa: História Regional

**João Pessoa – PB
2013**

S586c Silva, José Rodrigo de Araújo.
Colônia de férias de Olinda: presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964) / José Rodrigo de Araújo Silva.-- João Pessoa, 2013.
148f. : il.
Orientadora: Monique Guimarães Cittadino
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA
1. História - Pernambuco. 2. Colônia de férias de Olinda - funcionamento interno. 3. Presos políticos perfil. 4. Agentes de repressão.

UFPB/BC

CDU: 981.34(043)

“COLÔNIA DE FÉRIAS DE OLINDA”: PRESOS POLÍTICOS E APARELHOS DE REPRESSÃO EM PERNAMBUCO (1964)

José Rodrigo de Araújo Silva

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/ ____/ ____ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Monique Guimarães Cittadino

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora**

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco
Examinadora Externa**

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno**

Prof^a. Dr^a. Marcília Gama da Silva

**Departamento de História – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Suplente Externa**

Prof. Dr. Damião de Lima

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interno**

A noite é mais veloz nos trópicos
com seus monturos
e cassinos de jogo
entre as pernas das putas
o assalto
a mão armada
aberta em sangue a vida.
É mais veloz
(e mais demorada)
nos cárceres
a noite latino-americana
entre interrogatórios
e torturas
(lá fora as violetas)
e mais violenta (a noite)
na cona da ditadura.

(Ferreira Gullar, Dentro da Noite Veloz)

Só porque um dia
Charles marcou bobeira
Foi tirar sem querer férias
Numa colônia penal...

(Jorge Ben, Charles, Anjo 45)

Agradecimentos

O processo de pesquisa, análise e escrita de um trabalho, requer muita paciência, cuidado e determinação. Escrever um texto está além do trabalho em si. Nesta longa e árdua caminhada do curso de Mestrado, muitos foram os que me ajudaram e apoiaram direta ou indiretamente. Longe de incluir todos que contribuíram, tentarei nomear aqueles que, de modo particular, participaram como protagonistas e coadjuvantes.

Aos meus pais, pela educação, apoio e incentivo durante toda esta jornada. Por entender as minhas ausências nas reuniões de família, feriados e domingos. (Foi por uma boa causa).

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, pela oportunidade de poder desenvolver esta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa concedida.

À minha orientadora, professora Dr.^a Monique Guimarães Cittadino, por ter conduzido esta pesquisa com exímia maestria. O olhar criterioso de suas análises foi de fundamental importância para os resultados obtidos. Os meus mais sinceros e calorosos agradecimentos.

Ao Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE) e à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) pela colaboração durante os percursos da pesquisa.

Aos professores do PPGH-UFPB pelas sugestões e debates nas aulas. Um agradecimento especial aos professores Ângelo Emílio Pessoa, Claudia Cury, Raimundo Barroso, Damião Lima, Regina Behar, Serioja Mariano e Telma Dias Fernandes.

Aos colegas de turma que contribuíram fazendo críticas construtivas e sugestões durante os semestres em que estivemos juntos. Ao amigo Jean Patrício, por não medir esforços ao colaborar no encaminhamento do material para a qualificação e a defesa.

À professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Marcilia Gama da Silva, pois sem ela nada disso teria existido. Por ter confiado a mim a responsabilidade de analisar esta documentação e pela generosidade que sempre lhe foi característica.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, em especial ao professor Antônio Paulo Rezende e a secretária Sandra Regina.

À professora Maria do Socorro de Abreu e Lima pelo rico debate na disciplina cursada no PPGH-UFPE em 2011, pela transcrição da entrevista cedida e pela leitura cuidadosa e fundamental da qualificação e defesa.

Aos professores Paulo Giovani e Lúcia Guerra pelas importantes sugestões e críticas ao texto.

Aos professores da Universidade de Pernambuco pela base que me foi concedida durante a minha graduação. Um carinho especial ao professor José Maria Neto, pelo zelo na leitura dos textos e à professora Kalina Vanderlei Silva, por me ensinar os caminhos da pesquisa acadêmica e pelo profissionalismo que sempre me foi tão inspirador.

Ao meu eterno professor, orientador, amigo e mentor, Alberon de Lemos Gomes, por ter me ensinado muito do que sei sobre Historiografia, Cinema, Música, Literatura e outras artes. Pelo cuidado com a minha formação e pelo carinho durante todos esses anos. ‘Profe’, um abraço de panda!

Aos colegas dos corredores da UPE e em especial à minha turma da graduação. Aos amigos Roberto Diego, Sérgio Mendes, Priscilla Mariano, Clarissa Carvalho e Daniele Carvalho pelas noites desesperadas dos infintos trabalhos. Amo vocês!

À Amilcar Bezerra por estar presente em todas as etapas desta pesquisa. Desde o projeto embrionário até a leitura, sugestão e correção do texto. Obrigado pela paciência, atenção e o carinho. Esse trabalho também é seu!

Ao amigo Anderson Paulo pela colaboração na montagem dos gráficos e pelas horas ao telefone nos momentos de angustia durante a pesquisa.

À Edson de Araújo, Laíse Pereira, Hélder Santana, Ignês Costa, Raphael Roma, João Paulo Andrade, Aída Bezerra e Ana Beatriz Ribeiro pela enorme contribuição que prestaram a este trabalho.

Aos meus familiares pela confiança e incentivo. Ao meu tio Pedro Laurindo pela enorme força e colaboração. Ao senhor Ferreira Silva, Leni Monteiro e Ladyinha Monteiro por terem me acolhido durante os quatro primeiros meses de curso em João Pessoa e por terem se tornado a minha segunda família. Muito obrigado por tudo!

Aos meus avós paternos (*in memoriam*) que sempre vibraram a cada conquista. E aos meus avós maternos que me acolheram como filho e apoiaram incondicionalmente as minhas escolhas. Ao meu irmão Robson de Araújo pelo apoio e ao meu sobrinho Paulo por me fazer feliz pelo simples fato de existir.

A todos os amigos que contribuíram indiretamente ouvindo, aconselhando e celebrando. Obrigado por compreenderem (e desculparem) as minhas ausências cada vez mais constantes.

À Ella Fitzgerald, Billie Holiday, John Coltrane e Miles Davis por terem tocado incessantemente em meu quarto durante todo o processo da escrita.

Aos leitores que passam a ter contato neste momento com esta Dissertação e àqueles que displicentemente não citei nestes agradecimentos.

Resumo

Este trabalho visa estudar a estrutura da repressão no estado de Pernambuco no ano de 1964. Para isto, tomaremos como estudo de caso o acervo documental de uma unidade de detenção com a finalidade específica de abrigar presos políticos, denominada pelos militares “Colônia de Férias de Olinda”. Buscaremos entender - utilizando-se dos métodos da pesquisa documental e da história oral - de que forma se deu a articulação desta unidade com os demais órgãos de segurança do Estado através de uma complexa rede de informações que se estabeleceu no país. Propomos ainda analisar como se deu o funcionamento interno da Colônia de Férias do ponto de vista administrativo, quais as estratégias e os mecanismos utilizados pelos agentes da repressão no ato das prisões, o perfil dos indivíduos que passaram pela unidade, e perceber traços de memória traumática no depoimento daqueles que direta ou indiretamente tiveram contato com a Colônia de Férias de Olinda.

Palavras-chave: Ditadura Militar – Presos Políticos – Memória

Abstract

This work aims to study the structure of political repression in the state of Pernambuco in 1964. In order to do this, we take as a documental case study, a detention unit with the specific purpose of housing political prisoners, called "Colônia de Férias de Olinda" (Olinda Summer Camp). We seek to understand - using the methods of documentary research and oral history – how was the articulation of this unit with the other organs of that state security in the complex network of information in that military government established in the country. We also propose to study administrative inner workings of the Summer Camp, to reveal the strategies and mechanisms used by the agents of repression at the time of arrests, to describe the profile of individuals who passed through the unit, and to find evidences of traumatic memory in the testimony of those who directly or indirectly have had contact with the Olinda Summer Camp.

Keywords: Military Dictatorship - Political Prisoners - Memoirs

Abreviaturas

AI - Ato Institucional

APAP - Associação Pernambucana de Anistiados Políticos

APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano

BNM – Brasil Nunca Mais

CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CIA - Central Intelligence Agency

CIE – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de Informações da Aeronáutica

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CONSINTRA - Conselho Sindical dos Trabalhadores

CPC - Centro Popular de Cultura

CTU - Companhia de Transportes Urbanos

DNERU - Departamento Nacional de Endemias Rurais

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DSI – Divisão de Segurança e Informações

ESG - Escola Superior de Guerra

EUA - Estados Unidos da América

IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM - Inquéritos Policiais Militares

MCP - Movimento de Cultura Popular

MEB - Movimento de Educação de Base

MLN-T - Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros

OSS - Office of Strategic Service

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PM-PE - Polícia Militar de Pernambuco

SAPÉ - Serviço de Apoio à Pesquisa em Educação

SAPPP - Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco

SFICI - Serviço Federal de Informações e Contrainformação

SNI – Serviço Nacional de Informações

SORPE - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco

SSP - Secretaria de Segurança Pública

TSM - Tribunal Superior Militar

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 - Verso manuscrito do termo de autorização de acesso à Colônia de Férias de Olinda	27
Fig. 2 - Charge For some, no Siesta.....	51
Fig. 3 - Termo de autorização de acesso à Colônia de Férias de Olinda.....	69
Fig. 4 - Ficha de retirada dos presos da Colônia de Férias de Olinda.....	72
Fig. 5 - Ficha de devolução dos presos à Colônia de Férias de Olinda.....	72
Fig. 6 - Jornal do Comércio, 26/05/1964	105
Fig. 7 - Ficha de autorização dos visitantes à Colônia de Férias de Olinda.....	125

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabelas

Tabela 1 - Núcleos de atuação do PCB e a situação dos seus membros no ano de 1964..... 78

Tabela 2 - Perfil das profissões e atividades dos presos detidos na Colônia de Férias de Olinda..... 84

Tabela 3 - Locais de residência dos presos da Colônia de Férias de Olinda..... 86

Gráficos

Gráfico 1 - Organograma da Secretaria de Segurança Pública em Pernambuco..... 41

Gráfico 2 - Organograma da Delegacia/Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco, 1939-1961..... 43

Gráfico 3 - Gráfico de permanência média dos presos na Colônia de Férias de Olinda..... 65

Sumário

1 Bem vindos à Colônia de Férias!	15
1.1 O acesso e o percurso	15
2 Montagem e estrutura dos órgãos de controle social	30
2.1 A configuração do crime político no Brasil – Espionagem e polícia política	30
2.2 Aparelhos de estrutura da repressão em Pernambuco (1931-1964)	39
2.3 Colônia de Férias de Olinda e o golpe militar em Pernambuco	53
3 Perfil dos presos da Colônia de Férias de Olinda e narrativas do medo	76
3.1 O relatório da eficiência: suspeitos, vigiados e presos	76
3.2 O perfil dos presos	83
3.3 O Fidel Castro de Passira e outras <i>personas non gratas</i>	86
3.4 “O tempo do cativo já passou!”: um faxineiro comunista e a quarta-feira que abalou Timbaúba	101
4 Memórias e Relatos	110
4.1 Narrativas e memórias traumáticas: algumas considerações	110
4.2 Zezé da Galileia: um cabra marcado para ser preso	117
4.3 O amigo de Fidel Castro e a memória revisitada	123
Considerações finais	134
Fontes e Referências	136
Anexos	145
Anexos A - Ruínas da 1ª Bateria do 3º Grupo de Artilharia de Costa Mecanizado - Colônia de Férias de Olinda	146
Anexo B - Capa do prontuário da Colônia de Férias de Olinda – Acervo DOPS do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE)	147
Anexo C - Regulamento da Colônia de Férias de Olinda	148

1 Bem vindos à Colônia de Férias

1.1 O acesso e o percurso.

Recife, Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, 2007.

Em um dia comum de trabalho, Marcília Gama da Silva, coordenadora naquela ocasião do acervo documental referente ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, recebe uma ligação da cidade de João Pessoa. Um senhor, de voz grave e de modo muito educado, solicita que a mesma localize nos prontuários referentes ao ano de 1964, algo que provasse sua prisão, quando o mesmo residia em Pernambuco. Algum documento que constasse seu nome, para que pudesse desta forma, requerer do Estado uma indenização alegando ter sido preso político. Marcília Gama anota seu nome e telefone, prometendo assim que possível dar um retorno ao senhor *Gilvan Pio Hamsi*.¹

Durante dias e até mesmo semanas, Marcília se debruça nos prontuários funcionais e individuais a procura de algum documento em que constasse o nome do solicitante. Nada, nenhum registro, nem uma palavra sobre o homem que afirmava ter sido preso. Mesmo que houvesse queima de arquivo, em algum registro deveria estar seu nome, data ou local de prisão. Durante todo processo de busca, o ex-presos acompanhava através de ligações quase que diárias para o Arquivo Público, recebendo sempre a mesma resposta da coordenadora: “*Ainda não encontramos nenhum registro com seu nome, senhor*”.

Passado algum tempo e sem obter grandes resultados, Marcília Gama em uma das ligações, solicitou que *Gilvan* fornecesse mais detalhes sobre sua prisão. Uma palavra, uma pista, qualquer informação que pudesse levá-la a refinar sua busca. Foi quando, nas palavras da coordenadora, o ex-presos político sinalizou através do relato que no dia em que fora preso perguntou aos agentes o local em que ficaria detido. Como resposta, o preso escutou de um deles: “*Cala boca que a gente tá te levando para uma Colônia de Férias!*”.²

¹ O relato que apresentarei ao longo deste capítulo diz respeito aos percursos da pesquisa. No ano de 2009, quando tive contato com o *corpus* documental da Colônia de Férias, não consegui localizar Gilvan Pio Hamsi para a realização de uma entrevista, o que justifica as dificuldades que apresentarei sobre a coleta dos dados e as informações sobre a unidade. Em 2011, com o avançar da pesquisa, localizei Gilvan através de buscas na internet. Na ocasião, o ex-presos político respondeu algumas perguntas por e-mail e permitiu a utilização das informações neste trabalho.

² Depoimento prestado por Marcília Gama da Silva para elaboração desta pesquisa em 6 de agosto de 2009.

Com a informação, a coordenadora lembrou que havia um prontuário intitulado “Colônia de Férias de Olinda”, prontuário este, que acreditava, até então, ser sobre a atuação dos militares nas colônias estudantis com a finalidade de monitorar suas atividades. Para sua surpresa, ao abrir o prontuário estava lá o nome de Gilvan e a data de sua prisão; um regulamento de como deveria funcionar o lugar; meia dúzia de fichas burocráticas da instituição; e uma lista com mais de 50 presos. O que aparentava ser um local de lazer e diversão, na verdade seria uma unidade de detenção para presos políticos na cidade de Olinda que recebeu dos militares o nome de “Colônia de Férias”.

Em 2009, enquanto conversávamos em um café no campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Marcília Gama descreveu com riqueza de detalhes a forma como ela teve contato com esta documentação e a impossibilidade de inseri-la em sua tese de doutoramento defendida no ano do ocorrido.³ Após lamentar a proximidade do tempo em que a história ocorreu com os prazos de sua defesa, a pesquisadora informou que possuía a numeração do prontuário em seus arquivos e que esse seria um bom tema de pesquisa. Prosseguimos conversando sobre suas experiências no Arquivo Público, a importância no trato com os documentos sensíveis de períodos como a Ditadura Militar e as histórias obscuras e pouco esclarecedoras dos inúmeros casos que envolvem os prontuários do DOPS-PE.

Enquanto relatava, não me saía da cabeça a história sobre a Colônia de Férias. Como poderia existir um lugar que serviu de detenção para presos políticos em Pernambuco no ano de 1964 sem qualquer referência na historiografia? Inquietava-me a falta de informações sobre a unidade e me questionava sobre o seu funcionamento, os presos que teriam passado pelo local, a existência ou não de torturas e se a Colônia possuía uma natureza clandestina, a exemplo da *Casa dos Horrores* em Fortaleza e da *Casa de Petrópolis* no Rio de Janeiro, conforme relatos presentes no projeto Brasil: Nunca Mais.⁴

Após algum tempo retomei o assunto e perguntei se poderia elaborar um projeto de pesquisa a respeito do tema. Gentilmente, Marcília passou o número do prontuário funcional correspondente à Colônia e o número do telefone de Antônio Campos, presidente da Associação Pernambucana de Anistiados de Políticos (APAP). Segundo

³ SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: A construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS PE (1964-1985)*. 2007 (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

Marcília, a Associação possivelmente teria informações que facilitariam na localização dos presos que estiveram presentes na unidade.

No dia seguinte, encaminhei-me até o Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano e fiz a solicitação do prontuário. Um dos primeiros documentos ao qual tive acesso foi o de *Gilvan Pio Hamsi* que apresentava informações a respeito da saída deste para ‘fins de inquirição’, conforme descrito na documentação. Além das inúmeras fichas onde constavam os registros de retirada e devolução de presos durante os interrogatórios, havia alguns documentos de liberação para visitas, o que anularia o caráter de exclusiva clandestinidade da prisão.⁵ Havia também uma lista com o nome dos presos e a data das respectivas prisões e um regulamento contendo as normas de funcionamento e conduta da unidade.

Ao sair do Arquivo, telefonei para Campos e agendei uma visita à sede da APAP que fica em uma das ‘celas’ da atual *Casa da Cultura* e antiga *Casa de Detenção do Recife*. O encontro aconteceu em uma quinta-feira, nove de abril de 2009 por volta das 10h da manhã. Estavam presentes, além do presidente da Associação, alguns ex-presos políticos e familiares. Participei como ouvinte dos debates da reunião que versavam em suma sobre a importância da abertura dos arquivos da Ditadura e as atividades cotidianas da Associação. Após discutirem os pontos da pauta, os membros perguntaram o motivo da minha visita.

Explicitei rapidamente as informações que havia recebido da pesquisadora Marcília Gama e apresentei os nomes dos presos encontrados na documentação. Para a minha surpresa, nenhum dos que estavam presentes sabia informações sobre a Colônia de Férias de Olinda. Apesar da frustração momentânea, logo fui encorajado pelos presentes com palavras de incentivo e força no sentido de buscar informações sobre a unidade. “*Essa pesquisa será importante para a nossa luta pelo direito à verdade e à memória*”, comentavam. Sobre a lista apresentada, poucas informações foram ditas. Alguns presos eram conhecidos dos que estavam na reunião, e segundo eles, boa parte já havia falecido.

Dos que possivelmente estariam vivos, a Associação havia perdido o contato. Sem endereço, telefone ou qualquer outra forma de comunicação, seria pouco provável localizá-los. Entretanto, a vontade de levar o projeto adiante me fez pensar em

⁵ Apesar de encontrarmos no prontuário da Colônia de Férias algumas autorizações de visita, muitos presos eram conduzidos até a unidade sem saber para onde estavam sendo levados, só recebendo a informação após o interrogatório. Possivelmente as informações não eram fornecidas para que os presos sofressem um tipo de pressão psicológica.

possibilidades alternativas de busca, como a internet, por exemplo. Passei dias a fio executando buscas sobre os presos. Nome por nome revirando inúmeras páginas na internet. As buscas também resultaram em poucas informações. Dados como indenizações requeridas por familiares e vagas referências nos textos sobre a Ditadura são exemplos dos resultados obtidos.

Passei a analisar então os prontuários do Arquivo Público Jordão Emereciano, na esperança de localizar maiores informações. Durante o ano de 2010 as buscas foram pouco satisfatórias. Como não possuí informações precisas sobre os presos, boa parte dos prontuários era visto sem um norteamento adequado. Precisaria de mais detalhes para direcionar a busca e só então ter a esperança de maiores esclarecimentos. Ainda assim, o projeto foi elaborado e concluído em sua fase de submissão à seleção do Mestrado.

Parto dessa descrição sobre como me deparei com a documentação, para iniciar os percursos da pesquisa que desencadeou na elaboração do projeto, submetido e aprovado no final de 2010, para o curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). O projeto inicialmente intitulado *“Colônia de Férias de Olinda”: Estratégias e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964-1968)* tinha em sua forma inicial o recorte temporal que abarcaria de 1964 até a decretação do Ato Institucional N° 5 (1968). A pretensão com este recorte seria de perceber a repressão no Estado de Pernambuco em sua fase inicial, inserindo um debate sobre o adensamento da violência neste período.

Ao me debruçar sobre os documentos do DOPS-PE e especificamente sobre o prontuário da Colônia de Férias de Olinda,⁶ senti a necessidade de reduzir este recorte e centrar as análises no ano de 1964, tendo em vista que toda documentação da unidade encontrada até então data deste ano. Sempre que possível, durante o desenvolvimento dos capítulos, procurarei compreender alguns aspectos que caracterizaram a conjuntura política nos momentos que antecederam o golpe.

Este trabalho se insere, portanto, em uma discussão embasada no conceito de Cultura Política, definida por Rodrigo Patto Sá Motta como,

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como

⁶ Fundo: APEJE, Prontuário Funcional N° 29.093.

fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p. 21).

Além dos trabalhos de Motta, destacamos as análises de Ângela de Castro Gomes que ao problematizar o conceito de Cultura Política afirma que este exerce “*um papel fundamental na legitimação de regimes, sendo seus usos extremamente eficientes*” (GOMES, 2005, p. 32). A autora ainda afirma, na mesma perspectiva de Motta, que estudar uma cultura política “*é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais*” (GOMES, 2005, p. 33).

Os anos da ditadura militar brasileira 1964-1985 provocaram marcas na memória e na vida dos que atuaram direta ou indiretamente na resistência ou no apoio ao governo vigente. Os debates contemporâneos acerca da responsabilidade pelos abusos, as torturas, o golpe e os mortos – tanto dos militares, quanto dos integrantes dos movimentos de esquerda e da resistência – revela o quanto a temática permanece presente no imaginário individual e coletivo da sociedade. De um lado, os militares e uma parcela da sociedade que afirma a necessidade da intervenção militar que culminou no golpe de estado. Do outro, familiares de desaparecidos políticos e parte da sociedade que exige o reconhecimento do Estado no que se refere aos crimes contra humanidade.

Os pesquisadores que utilizam a pesquisa em arquivos como uma forma de obter as fontes que fundamentarão os seus trabalhos, necessitam de certos cuidados quanto à metodologia utilizada, desde a triagem dos documentos em que se deseja obter informações, até a forma de abordagem dos mesmos. Ao fundamentar um projeto de pesquisa que utiliza “documentos sensíveis”, ou seja, documentos que abordam períodos de regimes repressivos, este cuidado deve ter uma atenção ainda maior.⁷ Deveremos ter a priori a consciência de que quaisquer documentos contidos em acervos estão fadados a uma seleção prévia de um indivíduo/grupo, que acreditou por bem preservar, ou se desfazer, deste ou daquele documento por razões institucionais, políticas ou até mesmo pessoais.

Celso Castro nos alerta sobre esta questão afirmando que,

Quando os pesquisadores examinam os documentos de um arquivo, esse conjunto concreto e particular de itens é o resultado final de uma

⁷ Sobre a definição de documentos sensíveis, ver BAUER, Caroline ; GERTZ, René. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla ; LUCA, Tânia (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

longa seleção. O que ‘resta’ em um arquivo resulta, diretamente, de pessoas que definem certos materiais – e não outros – como aqueles “que valem a pena guardar” (CASTRO, 2008 p. 29).

É compreendendo esta lógica que percebemos nos arquivos da repressão certas “lacunas” existentes. Boa parte dos documentos da ditadura militar são resultados de seleções estabelecidas pelos que acharam por bem preservá-los. Alguns possuem uma série de restrições aos pesquisadores e outros, até o presente momento, não foram liberados para pesquisa. Esta interdição além de dificultar o trabalho no universo da pesquisa retira dos familiares o acesso a informações sobre o paradeiro de desaparecidos políticos e não esclarece à sociedade informações relevantes sobre os anos correspondentes à Ditadura.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) junto ao *Conselho Internacional de Arquivos* elaborou uma comissão com a finalidade de sistematizar um código ético e moral que serve como aporte na utilização das informações contidas nos documentos de regimes repressores. Em 1995, foi publicado após os trabalhos da comissão, um informe com o título “*Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos*” facilitando desta forma a compreensão de como utilizar tais documentos.

Ainda assim, não podemos definir de forma precisa tais documentos da história recente. Porém, em linhas gerais, “*pode-se afirmar que arquivos de repressão são conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não-democráticos*” (BAUER; GERTZ, 2009, p. 177). Entretanto, devido à forma de atuação dos agentes que trabalharam para governos desta natureza, sabemos que muitas informações não foram registradas em documentos oficiais, o que dificulta muitas vezes a compreensão de um determinado evento.

Levando em consideração tais dificuldades é que sentimos a necessidade de trabalhar nesta pesquisa, além dos arquivos do DOPS-PE, com a perspectiva da memória e dos relatos orais, utilizando como aporte teórico e metodológico autores como Jacques Le Goff e Antonio Torres Montenegro. Memória aqui compreendida como “*a capacidade de conservar certas informações, permitindo ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas*” (LE GOFF, 2003). É a partir dos fragmentos de lembranças individuais desta memória, que

percebemos uma (re)significação da mesma com impressões individuais e/ou coletivas de fatos e situações.

Sobre este aspecto, Montenegro ainda nos esclarece que,

Embora parta do real, do fato, do acontecido, o processo de memória se desloca e passa a operar através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem um vetor determinante desse quadro [...]. Dessa maneira, a memória tem como característica fundante o processo reativo que a realidade provoca no sujeito (MONTENEGRO, 2001, p. 19).

Ao considerarmos o uso metodológico da História Oral com ex-presos políticos, familiares e amigos, devemos considerar tais observações em nossa análise, pois estarão implícitos em suas memórias os impactos que o período os ocasionou. Sendo assim, trabalharemos no sentido de perceber a memória não como algo acabado e imutável que tomando forma através do discurso se aproxima do que é considerado “verdadeiro”. Buscaremos “*estudar o significado social que as lembranças adquirem em função de temas e questões colocadas pelo presente*” (MONTENEGRO, 2005, p. 28).

Além das entrevistas, boa parte das informações sobre a conjuntura política e social brasileira foi obtida através da consulta em periódicos. No Brasil, o uso dos jornais como fonte histórica passou a permear o universo dos pesquisadores ainda na década de 1970. “*Ao lado da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica*” (LUCA, 2006, p. 118). Em Pernambuco, os periódicos *Jornal do Comércio*, *Diário de Pernambuco*, *Folha da Manhã* e *Correio do Povo* foram consultados na perspectiva de percebermos desde os enraizamentos da violência no ato das prisões até os discursos que permeava as diversas esferas da sociedade sobre a atuação das esquerdas, dos trabalhadores e até mesmo o posicionamento dos jornais com relação ao movimento golpista.

Para colher informações que me levasse a estudar a Colônia de Férias de Olinda, passei a percorrer possíveis lugares onde provavelmente poderia encontrar fragmentos de memória deste lugar. A primeira coisa que pensei foi na possibilidade de conversar com algumas pessoas que tivessem engajamento político em Pernambuco nos anos que antecederam o golpe. Como os ex-presos políticos membros da APAP também

desconheciam a natureza da Colônia, fui até o Rio de Janeiro para conversar com a ex-presença política Aída Bezerra.⁸

Aída me recebeu em sua casa, onde fiquei hospedado por alguns dias. Sempre que possível, a pesquisadora comentava as suas atuações e envolvimento com a temática da Educação Popular e vez ou outra sobre o contexto social e político em Pernambuco nas décadas de 1950 e 1960. Percebendo o seu interesse em falar sobre o assunto, resolvi expor a minha preocupação em relação ao projeto pela falta de informações que contribuíssem para melhor compreensão da Colônia de Férias. Expliquei que apesar da escassa documentação presente no prontuário do DOPS-PE, havia uma lista com os nomes dos presos e um espaço vazio no mesmo documento onde deveria constar o local de origem e profissão.

A pesquisadora também não tinha informações sobre a Colônia, mas perguntou se eu estava com alguma cópia da documentação ou a lista dos presos. Prontamente, entreguei em suas mãos uma lista que havia digitado com os nomes e a data da prisão de cada um deles. Aída encontrava-se sentada em sua varanda e ao receber a lista analisou cuidadosamente os nomes que ali estavam. Após alguns minutos de silêncio, ela me olhou fixamente e disse: *“A maior parte desses presos é da zona da mata norte. Vá até a cozinha e me traga uma dose de uísque com duas pedrinhas de gelo!”*.

A agradável conversa que tivemos aquela noite no bairro das Laranjeiras foi de fundamental importância para os rumos que pesquisa teria a partir de então. Aída não forneceu detalhes específicos sobre os presos que constavam na lista, mas falou com propriedade sobre o movimento dos camponeses e a reforma agrária, a atuação dos trabalhadores rurais e a reivindicação por melhores condições de vida e trabalho, e a luta que ela travara junto ao Movimento de Educação de Base. Em seu depoimento, ela mencionou – pelo contato com as pessoas da zona da mata norte durante o período – que parte daqueles presos seria possivelmente de trabalhadores rurais.

A conversa com Aída Bezerra havia me despertado outras possibilidades de busca por informações sobre a Colônia. Se realmente parte daqueles presos era de trabalhadores rurais, deveriam existir informações em outros prontuários do DOPS-PE que fornecessem informações mais precisas sobre o envolvimento daquelas pessoas no pré-golpe. Foi com essa premissa que passei a fazer buscas nos prontuários que

⁸ Na década de 1960, Aída Bezerra compunha a equipe do Movimento de Educação de Base (MEB) em Pernambuco. Desenvolveu pesquisas sobre Educação Popular na ONG SAPÉ (Serviço de Apoio à Pesquisa em Educação) e atualmente integra a equipe da CAPINA (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa).

possuíssem alguma indicação a assuntos correlatos. Revirei arquivos sobre Ligas Camponesas, Sindicatos Rurais, Núcleos de atuação do Partido Comunista e até mesmo os prontuários da década de 1970 e início dos anos 80.

Ao iniciar uma busca nos prontuários que especificavam em seu título o nome de pessoas vigiadas ou presas, encontrei processos de presos políticos contendo os autos dos julgamentos e recortes de jornais que contribuía para compreender os casos. Entre estes prontuários, encontrei os nomes de alguns presos da Colônia de Férias. Alguns com pouquíssimas informações e outros com riqueza de detalhes sobre a atuação destes no período que antecedeu ao golpe. Dois especificamente foram de grande relevância para a estrutura deste trabalho. O processo de Amaro Fernandes da Silva⁹ e o de Cirilo Diniz de Carvalho¹⁰.

Amaro Fernandes, também conhecido como *Amaro Sapateiro* trabalhou como faxineiro do IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários) em meados da década de 1960 na cidade de Timbaúba, situada no interior do Estado. Amaro foi preso sob alegação de ser um “agitador” por insuflar camponeses na luta contra os abusos de seus patrões, tanto da zona rural quanto das fábricas do centro da cidade de Timbaúba. Quanto ao Cirilo Diniz de Carvalho, o que me chamou particularmente a atenção foi a forma como os documentos enfatizavam o seu apelido. Cirilo era conhecido na cidade de Passira como Fidel Castro, característica que recebeu pelo tamanho da sua barba e pela suspeita que todos tinham da sua ligação com o Partido Comunista.

Entrei em contato com algumas pessoas que moram na cidade de Timbaúba para tentar obter informações sobre Amaro Sapateiro, mas não tive muito sucesso. Apesar disso, encontrei alguma referência sobre ele no livro *Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos* de autoria da professora na Universidade Federal de Pernambuco Maria do Socorro de Abreu e Lima.¹¹ Ao entrar em contato com a pesquisadora, recebi gentilmente a entrevista que ela havia realizado com Amaro pouco antes de seu falecimento.

Quanto ao prontuário sobre Cirilo Diniz de Carvalho, algumas informações contribuíram para a localização das informações. Além de Cirilo, outros presos foram identificados no mesmo processo e para minha surpresa todos constavam na lista da

⁹ Amaro Fernandes da Silva. Fonte: APEJE, Fundo: 1119.

¹⁰ Cirilo Diniz de Carvalho. Fonte: APEJE, Fundo: 1129.

¹¹ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE/ Ed. Oito de Março. 2005.

Colônia de Férias. Vale ressaltar que embora estes nomes constem na documentação sobre a Colônia, em momento algum é mencionado no processo que os presos ficaram reclusos nesta unidade. Os locais de reclusão não foram identificados em nenhum dos prontuários, o que contribuiu durante todo este tempo para que existisse uma lacuna na historiografia sobre estes presos políticos em Pernambuco.

Além do nome dos presos de Passira, a documentação apresentava o nome e endereço das pessoas que foram intimadas a prestar depoimento no processo. Havendo a possibilidade de localizá-las, entrei em contato com o amigo e historiador Edson de Araújo que reside em Limoeiro, cidade próxima a Passira. Prontamente, Edson entrou em contato com o amigo fotógrafo e músico Hélder Santana, morador da cidade, para que este nos guiasse em busca de pessoas que pudessem fornecer informações sobre os presos e depoentes. Na ocasião, também nos acompanhou a pesquisadora e amiga Laíse Pereira.

Passamos toda a manhã em busca de informações. Boa parte dos endereços indicados pela documentação não correspondiam aos moradores de 1964. Alguns haviam falecido, outros não residiam mais no local e pouco se sabia sobre eles. Tanto dos presos, quanto dos depoentes. Quando já tínhamos praticamente perdido as esperanças, Hélder Santana comentou que a sua avó poderia fornecer alguma informação relevante. Sem grandes expectativas, fomos até a residência de Ignês Costa.

Ao chegarmos à casa de Ignês, apresentei-lhe os nomes e endereço de todos. A cada nome citado, uma informação vaga surgia. Alguns eram conhecidos na cidade, mas não estavam vivos. Nos documentos do prontuário de Cirilo encontrei além dos nomes de batismo, a forma como eles eram conhecidos na cidade. O último da lista referia-se a Severino Bezerra da Silva, vulgo *Bunina*. Assim que mencionei o seu nome, Ignês fez uma expressão típica de alguém que canaliza todos os esforços para lembrar-se de algo. Após alguns instantes, ela lembrou que tanto o pai, quanto o filho de um morador residente em Passira, eram conhecidos como *Bunina*. Afirmou que possivelmente a pessoa presa seria o pai que já havia falecido, mas que o filho ainda estava vivo e poderia nos conceder uma entrevista. Saímos de sua casa na esperança de encontrar o “Bunina filho”. A todo o momento, elaborava mentalmente as perguntas que faria sobre seu pai e o impacto que a prisão havia provocado na família.

Assim que chegamos ao local indicado, encontramos a casa de Severino. Avistamos de longe um senhor de movimentos debilitados na área externa da residência. Aproximamo-nos com cautela e prontamente me apresentei como

pesquisador e quais eram os propósitos da minha visita. Ao iniciar o diálogo e mencionar que o projeto abarcava o período de 1964, Severino me interrompeu subitamente com a afirmativa: *“Olhe, aquilo que aconteceu em 64 não foi uma Revolução como eles falam. Aquilo foi um golpe! Eles chegaram aqui, me prenderam e me levaram pra uma prisão em Olinda. Uma tal de Colônia de Férias...”*.

Neste momento, uma confusão de sentimentos tomou conta de todos nós. Severino, muito emocionado, externava sua indignação pela prisão e as injustiças sofridas. Os colegas presentes olhavam atônitos toda a situação. Era como se custassem a entender que aquele era um dos presos políticos da Colônia de Férias que tanto ansiávamos por informações. Quanto a mim, uma emoção sem medidas por finalmente ter encontrado uma pessoa que poderia me ajudar a esclarecer as lacunas que ainda restavam. Atônito, procurava me concentrar nas palavras como se por medo de perdê-las. Ao escrever esse texto, penso naquele sentimento como algo difícil de explicitar. Pela ausência de melhor descrição, faço minhas as palavras da escritora Clarice Lispector: o que senti é algo próximo de uma “felicidade clandestina”.¹²

Entramos em sua casa e aos poucos Bunina comentava a forma como havia sido preso e as motivações da sua prisão. Os detalhes sobre o cotidiano na Colônia de Férias e a existência de um galpão que servia como uma espécie de triagem na Secretaria de Segurança Pública também nos foi revelado. O galpão recebeu o nome de “Brasil Novo” e de acordo com Bunina, era neste local que os presos políticos ficavam confinados antes de serem destinados às prisões, delegacias e quartéis da Região Metropolitana do Recife.¹³ Severino comentou sobre a sua vida sofrida ao longo dos anos e a falta de recursos para cuidar da sua saúde. Algo que particularmente nos chamou a atenção, pois como preso político ele poderia ter recebido a verba correspondente à indenização do Estado.

Quando questionei o motivo pelo qual não tinha recebido, Severino afirmou que uma solicitação havia sido feita por intermédio de um funcionário da prefeitura de Passira, mas o pedido fora indeferido. A justificativa apresentada foi a ausência de provas documentais que atestassem a sua prisão política. Mais uma vez pensei que a pesquisa poderia ser útil, não apenas para Severino, mas para outros presos políticos que pelos mesmos motivos não receberam as indenizações de direito.

¹² LISPECTOR, Clarice. *Felicidade clandestina: contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

¹³ Sobre os detalhes da Colônia de Férias e do “Brasil Novo” descritas por Severino, ver tópico 2.3.

Após uma longa conversa com Bunina, saímos da sua casa em busca do endereço da última pessoa que restava na lista dos que prestaram depoimento em 1964. Hélder Santana nos conduziu até a residência de José Vicente de Moura. Ao chegarmos a casa encontramos José Vicente. Expliquei o motivo da visita e ele nos recebeu de forma muito cordial. Apesar de solícito, senti que a princípio o entrevistado estava inseguro e assustado. Ao longo da entrevista fomos compreendendo os motivos da sua insegurança. De acordo com a documentação, José Vicente havia prestado um depoimento em que comentava o envolvimento sobre todos os presos políticos de Passira, o que poderia o caracterizar como um delator.

Compreendendo que aquele seria um bom momento para contar a sua versão sobre o ocorrido, José Vicente falou com detalhes a forma como recebeu a intimação do Exército para prestar o depoimento sobre os presos de Passira e particularmente sobre Cirilo Diniz, a quem revelou ter uma relação de maior proximidade. O acerto de contas com o passado o emocionou diversas vezes ao ponto de interromper a entrevista e se desculpar ao final.

Após alguns meses de análise da documentação, quando já havia iniciado a escrita deste trabalho, afligia-me o fato de não ter as informações detalhadas sobre os presos. De que forma poderia traçar o perfil dos que passaram pela Colônia sem saber o local de origem, profissão e envolvimento de boa parte deles? Vele ressaltar que embora a lista com os nomes dos presos no prontuário sobre a Colônia de Férias tivesse um espaço destinado a essas informações, em todos os nomes o espaço não estava preenchido, o que impossibilitava ainda mais a localização desses dados.

Enquanto finalizava o segundo capítulo, recebi um telefonema do pesquisador Raphael Henrique Roma Correia que na ocasião desenvolvia pesquisas sobre presos políticos em 1964. Raphael, solicitamente, informou que havia encontrado um material sobre a Colônia de Férias em um prontuário de presos políticos em Pernambuco.¹⁴ Pela descrição, tratava-se da mesma ficha cadastral que havia encontrado no prontuário da Colônia de Férias de Olinda. Para minha surpresa, a ficha estava completa, com praticamente todos os dados sobre eles, o que facilitaria no detalhamento dos perfis.

Restava-me agora o local. Com base nas informações prestadas pelo Bunina, em um determinado momento da entrevista ele afirmou que no quartel em que ele estava conseguia visualizar o mar. Lembrei que no verso da ficha de autorização para visita de

¹⁴ Barreto Campelo – Presos Políticos. Fonte: APEJE, Fundo: 26981

um dos presos havia uma inscrição manuscrita feita possivelmente por algum agente indicando o local. Na inscrição, o agente informava à senhora Marieta José de Souza, que o seu marido José Francisco de Souza (Zezé da Galileia) encontrava-se em uma dependência do quartel próximo ao “terminal do Bairro Novo”.

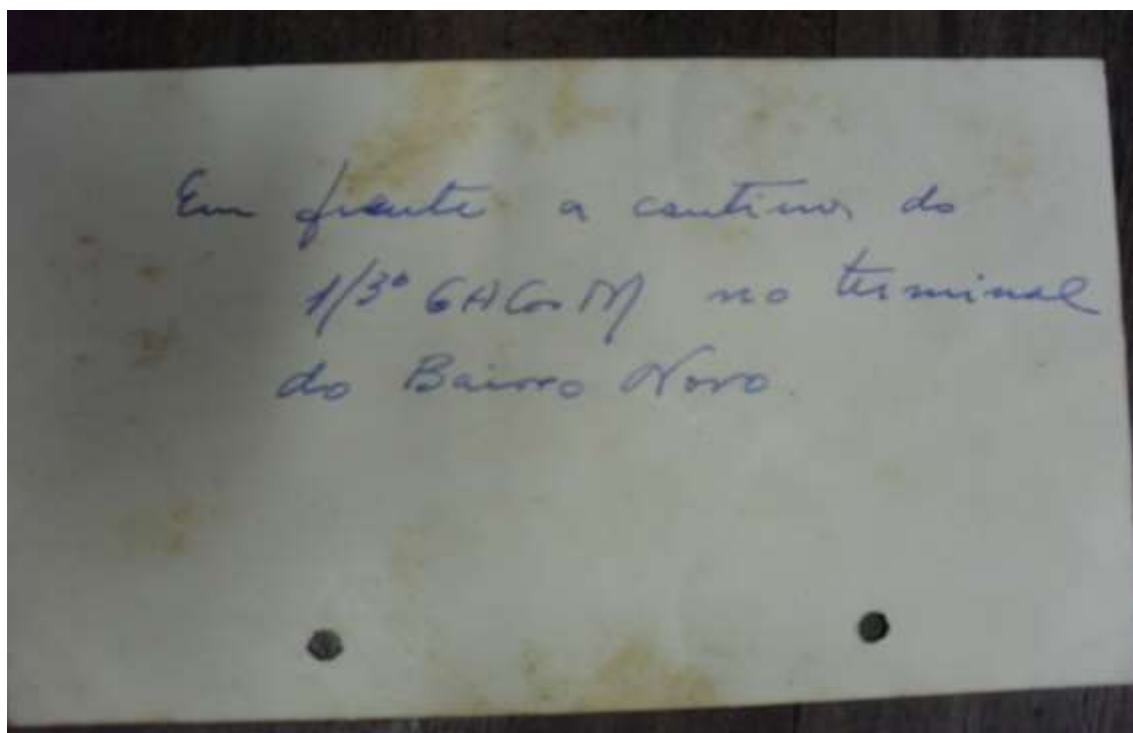


Fig. 1 – Verso manuscrito do termo de autorização de acesso à Colônia de Férias de Olinda. Fonte: APEJE, Prontuário Funcional nº 29.093.¹⁵

Algumas semanas depois, encaminhei-me até o Bairro Novo, em Olinda, seguindo as indicações coletadas. No bairro, ao conversar com moradores locais, os mesmos informaram que no passado havia um terminal de bondes no Bairro Novo e este terminal ficava próximo a um antigo quartel do Exército. Tratava-se da 1ª Bateria do 3º Grupo de Artilharia de Costa Mecanizado (1/3º GACosM) que posteriormente transformou-se no 4º Batalhão de Polícia do Exército, mais precisamente a partir de 1º de Julho de 1970, quando passou efetivamente a ocupar o local.¹⁶

Após localizar o corpus documental e o local da Colônia de Férias, restava-me estruturar e sistematizar o trabalho para uma melhor compreensão da Colônia. Com esta premissa, abordaremos no capítulo que segue intitulado *Montagem e estrutura dos órgãos de controle social* de que forma, ao longo das décadas, a preocupação com o

¹⁵ Na imagem, pode-se ler “Em frente a cantina do 1/3º GACosM no terminal do Bairro Novo”.

¹⁶ Disponível em: http://www.4bpe.eb.mil.br/o_4bpe/historico.php. Acesso em 10/12/2012.

crime de ordem política passou a integrar a pauta do Estado brasileiro culminando na criação de órgãos específicos de monitoramento dos indivíduos e isolamento para fins de interrogatórios, como é o caso da Colônia de Férias de Olinda.

Para tal feito, iniciaremos o debate a partir da definição de crime político no Brasil e as primeiras delegacias que desenvolveram trabalhos específicos de monitoramento dos suspeitos no início do século XX. Além das Delegacias, ressaltaremos o trabalho do Serviço Secreto Brasileiro em todas as suas configurações até 1964, destacando as transformações nos diversos momentos políticos do país. Após essa explanação geral, destacaremos de que forma os órgãos de segurança desenvolveram um trabalho de monitoramento no Estado de Pernambuco, desde a criação da Secretaria de Segurança Pública em 1931, passando pela Delegacia de Ordem Política e Social em 1935 e pela Delegacia Auxiliar em 1949, até a necessidade da prisão política no pós-golpe de 1964 e o surgimento de aparelhos como a Colônia de Férias.

O terceiro capítulo intitulado *Perfil dos presos da Colônia de Férias de Olinda e narrativas do medo*, traçaremos o perfil dos indivíduos que passaram pela Colônia no ano de 1964. É importante ressaltarmos que este perfil restringe-se ao ano do golpe, tendo em vista a documentação encontrada no prontuário sobre a unidade. Além dos perfis, abordaremos alguns casos específicos do envolvimento desses indivíduos com a questão política e social nos anos que antecederam o golpe, destacando as motivações que levaram às prisões e o isolamento na Colônia.

Iniciaremos este capítulo com a análise do Relatório da Delegacia Auxiliar em 1964. Basicamente, o texto versa sobre os núcleos de atuação do PCB em Pernambuco, entre os quais, encontravam-se presos da Colônia. Ao traçarmos um perfil dos atingidos, levamos em consideração os locais de residência e profissão dos presos. Através de tabelas elaboradas com a finalidade de sistematizar as informações, poderemos perceber os grupos mais expressivos, facilitando desta forma a compreensão da dinâmica desta prisão.

No quarto capítulo intitulado *Memórias e relatos*, trataremos a memória do ponto de vista traumático. Nossa pretensão é perceber de que forma as pessoas que tiveram um contato direto ou indireto com a Colônia de Férias de Olinda apresentam em seus depoimentos traços de memória traumática. Neste capítulo não optamos por analisar exclusivamente os presos políticos. Sendo assim, boa parte dos depoimentos são de parentes e amigos. Pessoas que muitas vezes são consideradas coadjuvantes na

memória sobre o golpe, passam a ter visibilidade em seus relatos. No mais, é a partir dos fragmentos apresentados que poderemos compreender de que forma se configurou a Colônia de Férias de Olinda e problematizarmos as lacunas ainda existentes sobre o período da Ditadura militar brasileira.

2 Montagem e estrutura dos órgãos de controle social

2.1 A configuração do crime político no Brasil – Espionagem e polícia política.

O caráter político das prisões na América Latina tem seus fundamentos alicerçados no século XIX. A chegada dos imigrantes europeus e suas ideias de cunho anarquista, comunista e marxista fez com que os indivíduos que porventura contestassem a ordem vigente fossem considerados elementos nocivos dentro da sociedade. Associada a esta noção, estava a caracterização do estrangeiro como portador desses ideais. O “outro” que traz consigo tais elementos, acaba sendo visto pelos governos oligárquicos como o “corpo estranho” infiltrado.¹⁷

No caso do Brasil, além da visão sobre o estrangeiro, outro fator influenciou a intensificação da vigilância sobre a população no que se refere a crimes ligados aos aspectos políticos: a Constituição de 1891 e a ampliação dos direitos de cidadania. Embora excluindo os mendigos, analfabetos, e de suspender em alguns casos o direito à cidadania (“por incapacidade física ou moral” e “por condenação criminal enquanto durarem seus efeitos”), a Constituição que esteve vigente no final do século XIX e vigorou durante o período denominado como *República Velha*, concedia direitos e uma extensão simbólica de “liberdade” e “proteção” respaldadas pela Lei, como podemos observar no artigo 72 sobre a *Declaração de Direitos*:

Art 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º - Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 2º - Todos são iguais perante a lei.

A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho.

¹⁷ Esta visão do estrangeiro como portador dos elementos que subvertem a ordem e sua posterior aversão na sociedade brasileira, pode ser percebida através dos textos produzidos pela Igreja Católica e pelos órgãos de segurança do país (MOTTA, 2002). Os estrangeiros passam a ser vistos como “ervas daninhas” que precisam ser combatidas para que não disseminem e proliferem o “mal” no Brasil. Esta vigilância será intensificada durante o período da Guerra Fria, mas estará presente durante boa parte do século XX. Cf. FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

§ 12 - Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato.

[Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891). Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 05/04/2012]

As liberdades de manifestação do pensamento, de cultos religiosos e a visão de que “todos eram iguais perante a lei”, ainda era algo que incomodava muitos setores da sociedade brasileira. Após um longo período de regime escravocrata, e de um histórico de exclusão das camadas sociais menos favorecidas, ter que admitir a igualdade de todos seria renunciar a privilégios, status e práticas adquiridas ao longo da história do país. No que diz respeito à condição dos presos sob o aspecto jurídico, nos relata o mesmo artigo:

§ 13 - A exceção do flagrante delito, a prisão não poderá executar-se senão depois de pronúncia do indiciado, salvo os casos determinados em lei, e mediante ordem escrita da autoridade competente.

§ 14 - Ninguém poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, salvo as exceções especificadas em lei, nem levado à prisão ou nela detido, se prestar fiança idônea nos casos em que a lei a admitir.

§ 15 - Ninguém será sentenciado senão pela autoridade competente, em virtude de lei anterior e na forma por ela regulada.

§ 16 - Aos acusados se assegurará na lei a mais plena defesa, com todos os recursos e meios essenciais a ela, desde a nota de culpa, entregue em 24 horas ao preso e assinada pela autoridade competente com os nomes do acusador e das testemunhas.

[Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891). Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 05/04/2012]

Contendo algumas especificidades, a prisão foi inserida dentro do projeto de nova configuração do Estado que se formava. Os indivíduos que passaram a deter mais liberdade (o que incluía a liberdade de pensamento) precisariam ter, aos olhos da

República, maior monitoramento. As elites e o Estado aperfeiçoaram e, sobretudo, fortaleceram a polícia política em todo território nacional. Ao analisar os documentos do controle policial sobre as questões políticas no Rio de Janeiro, a pesquisadora Eliana Rezende Furtado de Mendonça identifica a existência de um órgão que assumia uma função próxima do caráter da polícia política já nos primeiros anos do século XX.¹⁸

A documentação apresenta dados do *Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil* em funcionamento no ano de 1907. Segundo a autora, esta foi a primeira instituição policial com a competência para reprimir crimes políticos, ainda que versassem sobre qualquer tipo de desordem pública (MENDONÇA, 1998). Em 1920 foi criada a *Inspetoria de Investigações e Segurança Pública*, responsável pela segurança interna da República. Entretanto, foi em 1922, com a substituição dessa Inspetoria pela *4ª Delegacia Auxiliar*, que o monitoramento das questões políticas passou a ser mais bem aplicado.

Esta Delegacia possuía uma Seção de Ordem Política e Social que tinha como atribuição o controle e monitoramento das ações relacionadas ao movimento anarquista, comunista e operário. A criação dessa Seção está intimamente ligada ao fortalecimento das lutas sindicais e a crescente adesão dos trabalhadores urbanos aos ideais que permeavam o mundo do trabalho nos idos da década de 20. Outro fator que contribuiu nesta intensificação foi a fundação do Partido Comunista no Brasil em 25 de março de 1922.

Paralelo à criação de um aparato policial especializado, o governo brasileiro sentia a necessidade de monitorar essa vigilância com ações estratégicas e sigilosas. Em 1927, o presidente Washington Luís criou o Conselho de Defesa Nacional que tinha como atribuição o debate sobre os problemas internos do país, reunindo informações sobre adversários políticos do presidente, levantamento de dados sobre indivíduos com envolvimento grevista e sindical e outras questões relacionadas a ordem e a defesa do país. Segundo Lucas Figueiredo (2005), esse Conselho foi o projeto embrionário para a consolidação de um *Serviço Secreto* brasileiro.

Quando Getúlio Vargas assumiu o governo em 1930, o Conselho passou a ter uma participação maior, ainda que modesta. São criadas Seções de Defesa Nacional, que na prática seria a instalação de escritórios dentro dos ministérios civis com a

¹⁸ MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. *Documentação da polícia política do Rio de Janeiro*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, vol. 12, n. 22, 1998, p. 379-388.

finalidade de monitorar de perto o andamento dos assuntos referentes à defesa do país. Em 4 de abril de 1935, Vargas decreta a *Lei de Segurança Nacional* que tem como principal objetivo definir os crimes de ordem política e monitorar as pessoas vistas como “subversivas” pelo governo. Os argumentos que respaldaram a Lei utilizaram a imagem de um país ameaçado por um inimigo externo (comunismo) e posteriormente interno (os adeptos à ideologia comunista no país).

Munidos através do discurso da segurança nacional, os agentes do governo Vargas executaram prisões e acentuaram o uso da violência nos anos subsequentes. Os abusos cometidos pelos policiais durante este período passaram a ser bastante corriqueiros e sistemáticos.¹⁹ Com o golpe do Estado Novo este discurso foi justificado a partir do projeto de modernidade e desenvolvimento do país. Segundo a política varguista, a sociedade deveria colocar a vida coletiva acima da vida individual para que desta forma o Brasil canalizasse as suas forças rumo ao crescimento. O serviço de censura e os órgãos de controle social aumentaram exorbitantemente seu poder de atuação.

Sustentava-se a ideia da necessidade de “purificação da sociedade” de forma a justificar a ação da polícia e dos censores que, baseados na lógica da desconfiança, propagavam argumentos destinados a legitimar o mito do complô secreto internacional. Multiplicaram-se os serviços secretos de investigação, e a polícia política ganhou novo *status* mediante atribuições que lhe eram delegadas pelo Estado dito moderno (CARNEIRO, 1999, p. 336).

O que nos chama a atenção neste momento são as articulações feitas do governo com as instituições militares de todo território nacional. As altas oficialidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ficavam, através de uma determinação, à disposição do Conselho para consultas relacionadas aos assuntos regionais. Esta ligação demonstra o quanto as forças armadas estavam interligadas aos assuntos políticos do Estado, mesmo antes de ser deflagrado o golpe militar de 1964. Esses laços foram ainda mais estreitados com o passar dos anos, quando observaremos o serviço secreto e os órgãos de segurança subordinados a um comando militar.

Mesmo com a nova configuração dada por Getúlio, o serviço secreto brasileiro ainda era um monstro pela metade. Tinha cabeça (os integrantes do conselho), um tronco atarracado (a equipe técnica), longos braços (os escritórios dentro dos ministérios civis e as representações regionais), mas faltavam-

¹⁹ Sobre o uso da violência policial durante o governo Vargas, Cf. CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência – A polícia da era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

lhe as pernas (os espiões). Pela legislação generosa que o amparava podia se meter em qualquer área e só não o fazia justamente pela falta de pés. E, quando pudesse andar, para onde iria? Ou melhor, contra quem investiria? Isso já era possível antever: o *serviço* estava sendo gestado para controlar a sociedade (FIGUEIREDO, 2005, p. 42).

Com o passar dos anos, o *serviço* conquistou mais espaço e o que lhe faltava para obter maiores resultados: os espiões. No dia 6 de setembro de 1946, Eurico Gaspar Dutra criou oficialmente o primeiro serviço secreto brasileiro. O órgão recebeu o nome de *Serviço Federal de Informações e Contrainformação* (SFICI). E tinha como principal atribuição o controle das informações no Brasil. Este órgão, apesar de ser nomeado como civil, passou a ter o regimento de um comando militar, pois estava subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (de coordenação das forças armadas). Esta articulação em meados dos anos de 1940 foi um fator importante para a interação que os militares passaram a ter com o universo da *informação*.

Para compreendermos as transformações ocorridas no serviço secreto e a criação dos outros órgãos de segurança no Brasil, não podemos deixar de contextualizar os acontecimentos que permeavam o mundo em meados do século XX e que foram fundamentais para a tomada de decisões nas diretrizes do país. A Guerra Fria assume um lugar central nos debates políticos, tendo em vista que o mundo passou a se articular em torno das lideranças mundiais. De um lado os Estados Unidos da América (EUA) e do outro a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de todos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita da hegemonia soviética (HOBSBAWM, 2009, p. 224).

O Brasil articulou sua política externa aos interesses dos Estados Unidos, tendo como contrapartida o apoio financeiro e logístico dos EUA em diversos setores da sociedade. Dentre estes, o que se refere à segurança nacional.²⁰ O serviço secreto brasileiro começou a ser sistematizado, haja vista que após a Segunda Guerra Mundial os países alertaram para a importância de um órgão desta finalidade. A União Soviética, por exemplo, possuía um serviço secreto desde 1917 e após algumas transformações nomeou o mesmo como KGB. Nos Estados Unidos esta transformação ocorreu paralela aos acontecimentos da URSS e atendendo às necessidades foi criado o *Office of Strategic Service* (OSS) que em 1947 recebeu o nome de *Central Intelligence Agency* (CIA).²¹

Mesmo com toda atuação ao longo dos anos, o serviço secreto brasileiro não possuía uma sede e seus agentes ainda atuavam de forma limitada. Esta “formalidade” só foi adquirida em 1956, quando o órgão passou a ter uma sede e seus líderes um treinamento especializado da CIA. Nesta sucessão de acontecimentos, destacamos a presença de alguns militares brasileiros que tiveram acesso às orientações dos membros da CIA para o desenvolvimento deste ‘serviço’ no Brasil. São eles: Humberto de Souza Mello (que já havia sido Secretário de Segurança Pública e chefe da Polícia Militar em Pernambuco); Rubens Bayma Denys; Odylio Denys; Geraldo Knack e José Henriques Soares.²²

Este era o corpo que compunha em sua formação mais sistemática o serviço secreto brasileiro. Encarregados de aprender as técnicas de inquirição, entrevista, perseguição e espionagem, estes homens deslocaram-se para os Estados Unidos com a finalidade de obter um melhor preparo e aplicar as orientações e instruções recebidas no Brasil. Passaram por cursos de formação e ao retornar ao país instalaram-se na sede do serviço com a organização e recursos necessários para execução do trabalho.²³

Além de um espaço com salas e repartições, o órgão contava agora com os agentes que logo iniciaram os seus trabalhos colocando em prática o que haviam aprendido nos EUA. Entre os primeiros “fichados”, destacamos Francisco Julião (líder

²⁰ Em Pernambuco percebemos esta articulação entre os governos dos dois países em alguns relatórios, como, por exemplo, o que foi emitido pelo Secretário de Segurança Pública do Estado em 1961 referente ao apoio logístico que os Estados Unidos prestaram a polícia militar do Estado através do acordo firmado pelo que ficou conhecido como *Ponto IV*. Abordaremos este assunto de forma mais detalhada no tópico seguinte.

²¹ Cf. FIGUEIREDO, Op. Cit.

²² Ibid.

²³ A sede do serviço secreto brasileiro funcionava no centro histórico do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 210 - Ed. Inúbia. Cf. FIGUEIREDO, Op. Cit. p. 65.

das lutas pela causa das ligas camponesas em Pernambuco) e o então integrante da *Frente do Recife* Miguel Arraes. Segundo Lucas Figueiredo, esses dois prontuários do arquivo do Sfici datam de 1957, o que nos suscita uma possível articulação entre o serviço secreto e os destacamentos locais/regionais para elaborar uma espécie de dossiê dos elementos suspeitos na sociedade. Destacamos, portanto, a preocupação existente com esses indivíduos no final da década de 1950, antes do golpe em 1964.

Um fator que contribuiu consideravelmente para o bom funcionamento do corpo militar que passou a lidar com o universo da *informação* foi a criação da Escola Superior de Guerra (ESG). Criada em 20 de agosto de 1949 à semelhança do *Nacional War College* nos EUA ²⁴, a Escola tinha em sua formação original o intuito de treinar seus membros para estratégias de defesa externa. Seria um tipo de ação preventiva às possíveis ameaças que permeavam o imaginário mundial no contexto da Guerra Fria.

Nessa perspectiva, a ESG teria por função treinar os militares brasileiros para desenvolver mecanismos e estratégias de defesa do território nacional face às tentativas da URSS de tentar cada vez mais procurar alicerçar as bases do comunismo em todo território mundial. Para o treinamento desses militares, a instituição contou com o apoio do Serviço Secreto Americano e corpos de investigação britânico, alemão e francês. Durante sua atuação, a escola ministrou cursos, estudos e manuais, todos inspirados no *Nacional War College*.

Vejamos algumas atribuições da ESG de acordo com a Lei nº 785 de 20 de agosto de 1949.

Art 1º É criada a Escola Superior de Guerra, instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional.

Art 2º A Escola Superior de Guerra funcionará como centro permanente de estudos e pesquisas e ministrará os cursos que, nos termos do artigo 4º, forem instituídos pelo Poder Executivo.

Art 5º Terão ingresso na Escola oficiais de comprovada experiência e aptidão, pertencentes às Forças Armadas, e civis de notável competência e atuação relevante na orientação e execução da política nacional.

²⁴ O National War College (*Escola Nacional de Guerra*) dos Estados Unidos é uma unidade de ensino que tem por objetivo o estabelecimento de uma estratégia de defesa nacional com treinamento militar.

Art 6º A Junta Consultiva será constituída de eminentes personalidades, civis ou militares, do ensino superior, ou de notável projeção na vida pública do país.

Parágrafo único. A colaboração dos membros da Junta Consultiva com a direção da Escola será considerada serviço relevante prestado à nação. (BRASIL, *Lei nº 785/49 de 20 de agosto de 1949*. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 05/04/2012).

Nota-se o caráter político que a criação da Escola Superior de Guerra tem já em seus termos jurídicos. No Art. 1º, da criação da Escola, a instituição é classificada como “instituto de altos estudos” que terá o seu foco no “exercício das funções de direção” e no “planejamento da segurança nacional”. Esses estudos serão traduzidos ao longo da ESG na forma de palestras e cursos ministrados pelos membros e funcionários do órgão. No Manual Básico da ESG encontramos a definição de “guerra revolucionária” que direcionou o foco de atuação da Escola disseminando e consolidando o posicionamento hostil ao comunismo no país.

A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à conquista das mentes abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país alvo é utilizado como combatente (BRASIL, 1976, p. 79).

Nessa perspectiva, o trabalho dos militares e civis que compunham a ESG deveria ser voltado ao propósito de defesa de um inimigo externo e interno, já que segundo a formulação de seu manual básico a população local do país “cooptado” pelos comunistas estaria atuando de forma auxiliar nas investidas da URSS. Foi desta forma que foram aprimoradas as técnicas de vigilância, informação e espionagem em todo território nacional. Seria preciso uma boa articulação e treinamento daqueles que trabalhavam pela defesa do país para o combate na guerra revolucionária e ideológica.

As bases de sustentação da ESG foram alicerçadas de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Segundo Maria Helena Moreira Alves, esta doutrina “*prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação quanto a ameaça do ‘inimigo interno’ e da ‘guerra psicológica’*” (ALVES, 2005, p.31). Seria a noção de “desenvolvimento com segurança”, segundo a autora.

Além da influência norte-americana, a Doutrina de Segurança Nacional possui sua base de sustentação na teoria de “guerra revolucionária” elaborada pelas Forças Armadas francesas. De acordo com sua definição, qualquer movimento que privilegiasse reformas sociais ou que tivesse um caráter de libertação nacional poderia ser enquadrado nesta teoria. Segundo a Escola Superior de Guerra de Paris, a guerra revolucionária seria a:

Doutrina de guerra, elaborada pelos teóricos marxistas-leninistas e praticada por movimentos revolucionários diversos que visam à conquista do Poder através do controle progressivo, físico e psicológico, das populações, com a ajuda de técnicas particulares, apoiados numa *mística* e seguindo um processo determinado. Tal doutrina pode acomodar-se a todas as formas de guerra (MARTINS FILHO apud FERNANDES, 2009, p. 840-841).

A grande questão que envolve a Doutrina e que precisa ser ressaltada é a revisão do conceito de “defesa nacional”. Se antes esse conceito estava relacionado a possíveis ataques externos no que se refere às fronteiras e territórios, no contexto de aplicação da Doutrina haverá uma revisão e esta definição passa a assumir uma configuração de defesa interna. O grande foco de atuação será os indivíduos envolvidos com a ‘agitação’ de cunho comunista, como podemos observar no Manual Básico da ESG. Esta mudança justificará a ação dos militares cada vez mais envolvidos nos assuntos sobre a política do país e atingirá o seu ápice com o golpe em 1964.

O mentor intelectual de boa parte do discurso da ESG e consequentemente da aplicação da doutrina no Brasil foi o general Golbery do Couto e Silva. Segundo a sua teoria, havia uma relação entre a segurança e o bem estar social. Ou seja, “*se a “segurança nacional” está ameaçada, justifica-se o sacrifício do bem-estar social, que seria a limitação da liberdade, das garantias constitucionais, dos direitos da pessoa humana.*” (COIMBRA, 2000, p. 10). Logo, para Golbery, o Estado deveria ficar encarregado de preservar a defesa do país, mesmo que para isso alguns sacrifícios como as “liberdades individuais” fossem cerceadas.

Mais uma vez voltamos ao debate das prisões de configuração política. Durante a disseminação da ideologia de segurança nacional, essa será a justificativa para a prisão de pessoas que poderiam ameaçar a estabilidade da ordem através de seus pensamentos destoantes da lógica vigente. Ao analisarmos muitas das prisões em 1964, percebemos que boa parte delas está relacionada ao termo “agitação”, seja ela ligada ao movimento

camponês, aos membros de sindicatos, às pessoas ligadas ao partido comunista ou até mesmo indivíduos que possuíam ligação com quaisquer pessoas desta esfera.

Percebe-se com esta breve explanação sobre as bases do crime político no Brasil e das noções sobre espionagem e o treinamento militar para o combate dos crimes ideológicos, que os mecanismos de repressão e vigilância foram aprimorados durante o período republicano para atender às transformações políticas e sociais ocorridas ao longo do tempo. Para compreendermos a prisão política em Pernambuco no contexto do golpe militar, faz-se necessário uma revisão da montagem desta estrutura no Estado. A estruturação dos órgãos de segurança pública serviram de base para o desenvolvimento do aparato repressor instalado no pós-golpe.

2.2 – Aparelhos de estrutura da repressão em Pernambuco (1931-1964)

O quadro de instabilidade social que permeava os anos de 1930 foi determinante nas transformações e reformas administrativas do corpo policial em Pernambuco. Segundo Marcília Gama da Silva, essas transformações nos aspectos administrativos possuíam uma relação com as peculiaridades de cada período histórico. Na medida em que as práticas sociais caminhavam em uma via divergente da ordem estabelecida e/ou almejada pelo Estado, este corresponderia com adaptações e um novo direcionamento administrativo dos órgãos responsáveis pela segurança.²⁵

Destacamos neste momento a criação da Secretaria de Segurança Pública em Pernambuco (SSP-PE) pelo decreto nº 73 em 03 de junho de 1931. Esta Secretaria substituiu a antiga Repartição Central de Polícia no Estado e tinha como atribuição principal o controle das atividades policiais, centralizando desta forma todos os órgãos relativos à segurança. Esta necessidade de sistematização do controle policial por parte do Estado corresponde à política adotada pelo então interventor de Getúlio Vargas em Pernambuco, Agamenon Magalhães.

Após um período de atuação desta Secretaria, o interventor apresentou aos representantes federais a importância da centralização dessas atividades, como podemos observar em um relatório com um balanço das atividades da SSP-PE elaborado entre 1939 – 1940.

²⁵ Para maiores informações sobre a estrutura administrativa dos órgãos de segurança em Pernambuco e sua relação com os aspectos sociais neste período Cf. SILVA, Marcília Gama da. *O DOPS e o Estado Novo. Os bastidores da repressão em Pernambuco 1930-1945*. Recife: Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 1996.

A nova administração à organização policial sobreveio o golpe de 10 de novembro de 1937. Com ele a nova constituição, proporcionando por meios hábeis, uma ação decisiva e enérgica contra as devastações do nosso patrimônio moral, contra enfim toda forma de solapamento dos bens e das garantias sociais. Iniciou-se essa tarefa eficazmente com o advento do Estado Novo, dando-nos nova orientação à organização policial e ativando-se as medidas de proteção à sociedade ²⁶ (LACERDA, 2006, p. 78).

Percebemos nas palavras de Agamenon Magalhães uma associação entre “a nova administração à organização policial” e a configuração política do país com a vigência do Estado Novo. Esse reaparelhamento dos órgãos de segurança também estava envolto às propostas do projeto de Vargas que apresentava uma preocupação com as questões sociais, definidas nas palavras do Interventor como “devastações do patrimônio moral”. Para zelar por este “patrimônio”, aperfeiçoam-se as ações na sociedade e centralizam-se suas atividades (com a criação da Secretaria).

Em larga medida, a SSP procurou estabelecer uma rede de atuação em todo o Estado com a criação de algumas repartições que facilitaram os trabalhos de vigilância e detenção. Ao analisar a repressão policial aos alemães em Pernambuco entre os anos de 1937 e 1945, a pesquisadora Maria Lana Monteiro de Lacerda elaborou um organograma que nos ajuda a compreender de que forma a SSP estava estruturada. Abaixo o organograma elaborado pela autora e por nós adaptado.

²⁶ “O Governo Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública – 1939/ Exposição Nacional de Pernambuco 1940”.

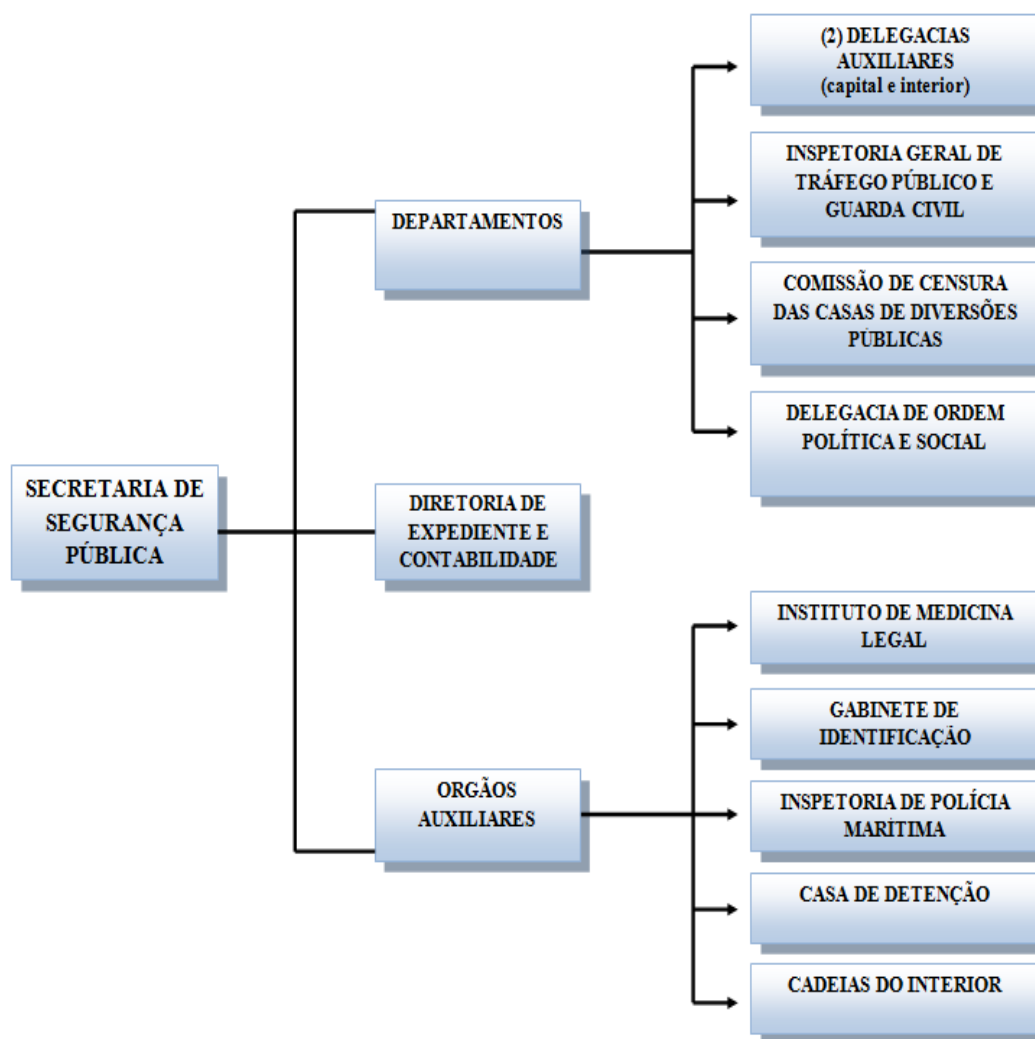


Gráfico 1 - Organograma da Secretaria de Segurança Pública em Pernambuco. Elaborado por Maria Lana Monteiro de Lacerda e adaptado pelo autor.

Com esta estrutura, o governo aperfeiçoou o trabalho policial e atribuiu a cada repartição, departamento e órgão auxiliar uma função específica. Alguns desses órgãos já desenvolviam o trabalho que passou a ser otimizado pela Secretaria, como é o caso da Casa de Detenção do Recife. Em seu trabalho sobre o policiamento na cidade do Recife entre 1865-1915, Clarissa Nunes Maia dedica um capítulo a discutir de que forma a Casa de Detenção serviu como instituição disciplinar àqueles que não cumprissem com as determinações impostas pelo Estado. Este órgão passa a ser incorporado à secretaria como uma instituição que auxiliaria nos serviços de segurança.²⁷

²⁷ Em 1964 a Casa de Detenção do Recife passa a ser um dos principais abrigos para presos políticos em Pernambuco.

Se à polícia estava reservada a tarefa de prevenir/reprimir as infrações e crimes praticados pelas camadas populares do Recife, à Casa de Detenção caberia a missão de punir exemplarmente esses desvios e redisciplinar o desviante, para que, conforme o grau de sua periculosidade, fosse novamente reconduzido ao convívio da sociedade. Em princípio, seria esta a sua função. Mas como todas as prisões do mundo, o maior presídio do Norte reunia dentro de seus muros altos e com aparência de intransponíveis, ao mesmo tempo, a vigilância e a disciplina capaz de separar o indivíduo ameaçador à ordem social das “pessoas pacíficas” e dos “cidadãos probos”; e os mesmos conflitos sociais que atravessavam suas muralhas, impedindo a materialização daquela disciplina (MAIA, 2001, p. 189).

O conflito entre a tentativa disciplinar e as questões sociais que a autora se refere, estão ligados à dificuldade de estabelecer uma norma para enquadrar os indivíduos nos regulamentos estabelecidos pela instituição. No final do Império e início da República brasileira, a Casa de Detenção do Recife abrigava, além de presos comuns, prostitutas, loucos e mendigos, o que questionaria sua função real no período. Seria a Casa de Detenção um presídio ou penitenciária em termos legais? Ao debruçar-se sobre os escritos da época e sobre as análises de autores contemporâneos, a autora prefere a utilização dos dois termos como forma de demonstrar a dualidade de sua função.²⁸

Outro detalhe sobre este momento da criação da SSP é a transformação da Inspetoria de Ordem Política e Social em Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). A elevação de *status* ocorreu através da Lei nº 71, de 23/12/1935 em decorrência das constantes agitações em torno dos embates entre o governo e os comunistas. Esta Delegacia seria a responsável pelo monitoramento dos crimes e das atividades de ordem política e social, além de atuar de forma preventiva nos serviços dessa natureza, fiscalizando desde porte de armas até casas de cômodos, hotéis, teatros e prisões.

Abaixo o esquema por nós adaptado para melhor compreensão das atribuições desta Delegacia com suas secções bem definidas entre 1939 e 1961.

²⁸ Segundo a autora, o *presídio* teria a função única de manter o preso por algum período enquanto este estivesse em processo. Já a *penitenciária correccional* teria a função de aplicar todo o aparato disciplinar ao detento junto à pena imposta pela justiça. Cf. MAIA, Clarissa Nunes, 2001, p. 200.

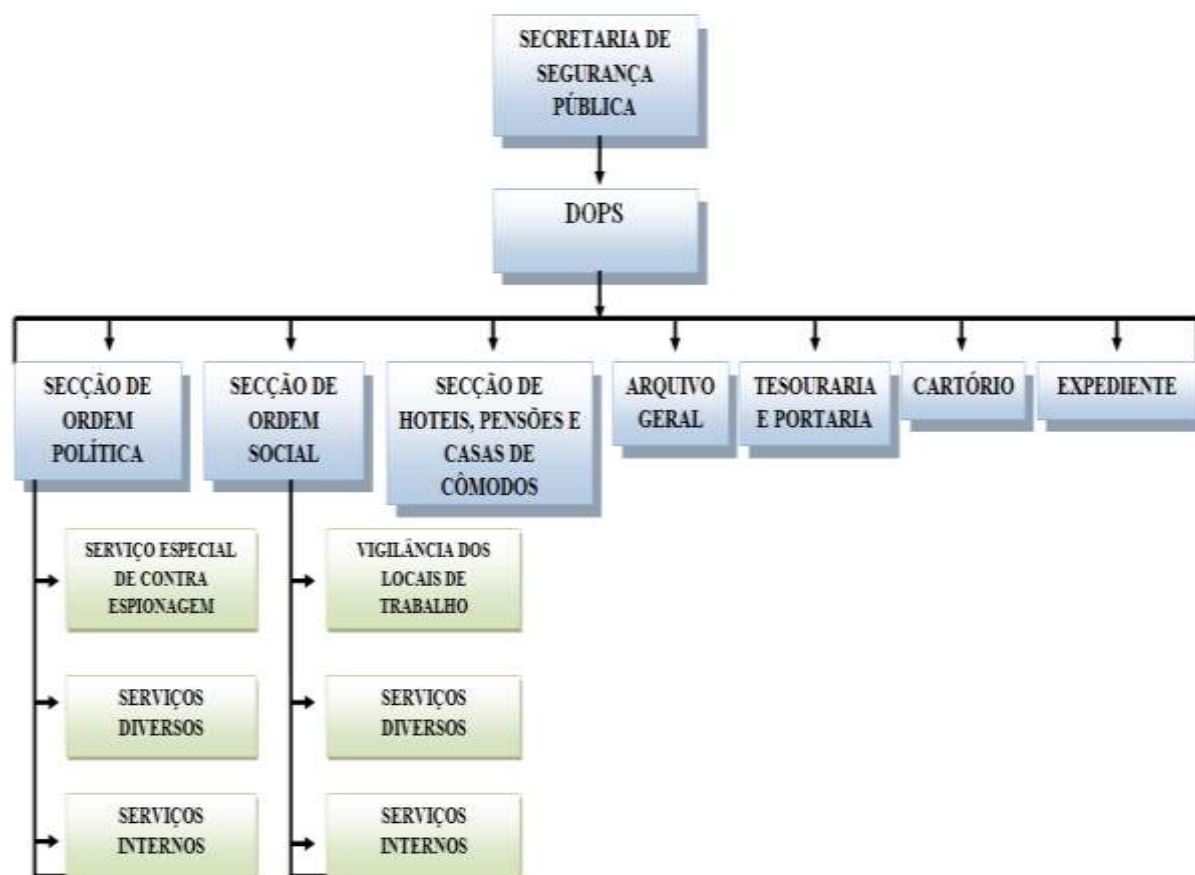


Gráfico 2 - Organograma da Delegacia/Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco, 1939-1961. Adaptado pelo autor.²⁹

Após a criação da Delegacia em 1935, quando esta passou a especializar suas ações, o trabalho policial passou a obter melhores resultados. Sobre esta atuação do policiamento nos meios sociais, nos esclarece Pedroso:

O olhar policial circula no espaço social. A penetração constante e itinerante concebe-se a partir da presença generalizada do policial atuando cotidianamente nos espaços públicos e privados, formando uma rede de constante observação. O controle estaria assim na essência da organização das relações sociais. A polícia estaria no extremo de uma rede capilar de dominação que teria na estrutura do Direito de Estado o outro extremo do poder: é ali o lugar das leis, decretos e institucionalização da repressão. Neste sentido, a legislação penal poderia ser definida como a radicalização ‘por escrito’ da

²⁹ O Organograma foi elaborado originalmente por Marcília Gama da Silva (2007) a partir da análise do prontuário 29.638, referente aos documentos administrativos da Delegacia Auxiliar e DOPS. Fonte: Fundo SSP/DOPS/APEJE.

repressão; enquanto o aparato policial seria o executor das normas dessa legislação (PEDROSO, 2005, p. 54).

Mais do que uma simples ação policial, a DOPS buscou atuar, através de suas investidas, em boa parte das esferas sociais. Destacamos neste momento a participação da imprensa como um todo e particularmente dos jornais que circulavam no Recife durante o período. Os impressos possuíam dois papéis fundamentais: o primeiro de proferir (em boa parte dos casos) a versão da Secretaria de Segurança Pública (e consequentemente da DOPS) no que se referiam aos crimes “conta a ordem” e o segundo de ação preventiva, já que as informações sobre os indivíduos e/ou grupos monitorados eram constantemente noticiadas por esses veículos.

A título de exemplo, citaremos o trabalho da pesquisadora Zuleica Dantas Pereira Campos. Ao analisar as estratégias de perseguição e repressão da DOPS aos cultos das religiões afro-umbandistas, a pesquisadora utilizou como fonte o jornal *Folha da Manhã* entre os anos de 1937 a 1945. Segundo a autora, este jornal foi porta voz do interventor Agamenon Magalhães no Estado. “*Para tanto, esse veículo de comunicação elegeu como um dos seus temas a problemática social. Dentre eles, receberam particular atenção os adeptos das religiões afro-umbandistas, identificados como casos de polícia.*” (CAMPOS, 2009, p. 306).

Ressaltamos que muito embora a constituição de 1937 tenha cedido o direito de liberdade de expressão a todos os brasileiros, as malhas do poder em sua estrutura local ainda exercia forte influência. Como exemplo, destacamos o posicionamento do então Secretário de Segurança Pública Etelvino Lins, que se utiliza de um argumento contraditório para sobrepôr o seu ponto de vista diante da Lei. Segundo o secretário, apesar de haver na constituição a defesa da liberdade de expressão, existia um tópico específico sobre o combate às práticas ‘viciosas’ que degradavam e coíbiavam as pessoas. Desta forma, seria dever do Estado repreendê-las. Para tal feito, o Secretário baixou uma portaria proibindo o funcionamento de Centros Espíritas e afro-umbandistas em todo território pernambucano o que teve como consequência a prisão de muitos de seus membros.³⁰

³⁰ Sobre este assunto, José Campello, Redator-Chefe do Jornal *Folha da Manhã*, escreveu a seguinte nota em 27 de janeiro de 1938: “A Secretaria de Segurança baixou uma portaria proibindo em todo o território pernambucano o funcionamento de seitas africanas e gabinetes de “sciencias” herméticas [...]” CAMPOS, 2009, p. 308.

PRISÃO DE CATIMBOSEIROS

Foram presos de ordem do Comissario Maranhão, as catimboseiras Francelina Pereira da Silva, Isabel Pereira do Nascimento, Leonor Pereira da Silva na ilha de Nictheroy em Afogados. Também foi presa a rua Amador Araujo 95, Areias, a mulher Anna Alves de Oliveira, vulgo "caboclinha" quando exercia a baixa magia tendo se "manifestado" perante os investigadores 22 e 49. A policia apprehendeu cartas, bilhetes, bloco para receitas, receituarios, etc. (*Folha da Manhã*, 03 de jul. de 1938, p. 08).

Esta matéria é o mote para analisarmos não apenas a participação da imprensa enquanto veículo auxiliar da Delegacia, mas a própria forma de atuação dos policiais e agentes da DOPS no período. Os agentes recebem a ordem do comissário *Maranhão* para o cumprimento da Lei, que nesta ocasião referia-se à prisão das líderes das casas de “baixa magia” como ressalta a matéria. Os investigadores, entretanto, são mencionados por números e não por nomes. Estes números são utilizados para definir os agentes. Esta classificação, contudo, é de ordem interna da Secretaria e sua utilização nos meios de comunicação nos leva perceber o quanto se confundem os limites entre o aparelho burocrático dos órgãos do Estado e o discurso adotado pelos jornais para noticiar o caso.

A utilização desses códigos também sinaliza o cuidado com a preservação da identidade dos investigadores. Tendo em vista que tanto os trabalhos de investigação quanto de espionagem precisam de certas precauções para o bom andamento de suas atividades, esses agentes não poderiam ter suas identidades reveladas. E foi desta forma, atuando nas sombras da Delegacia de Ordem Política e Social, que muitos investigadores adquiriram a prática e se especializaram na tarefa de monitorar pessoas e obter o máximo de informações sobre as suas vidas em prol do bem maior que seria a manutenção da ordem.

A vigilância deveria ser permanente e a lógica da suspeita que permeava este órgão era tamanha que até mesmo os próprios integrantes eram fichados e vigiados.

A exemplo desse aspecto, o acervo dispõe de um fichário completo com informações sobre investigadores, agentes, informantes e colaboradores que eram monitorados pelo órgão, que entre outras funções, tinham que prestar contas de sua prática policial ao secretário, cobrada através de relatórios (SILVA, 2011, p. 31).

Com o passar dos anos, os investigadores eram cada vez mais conduzidos a apresentar “provas” que poderiam de alguma forma justificar a prisão de determinados indivíduos. Para isso, o trabalho policialesco desenvolvido pela DOPS passou a utilizar

de seu poder institucional para invadir domicílios, utilizar a força bruta e abusar do poder respaldado nas normas da instituição. Como forma de limitar esses abusos por parte de seus agentes e consequentemente melhorar a imagem do órgão perante a sociedade, foi criada em 1949 a Delegacia Auxiliar pelo Decreto nº 58. Esta Delegacia tinha por função auxiliar os serviços da DOPS desenvolvendo um trabalho ainda mais específico.

Estando o Exmo.sr. Secretario de Segurança Pública interessado em uma reforma, que venha tornar mais eficiente a atuação desta Delegacia (DOPS) no setor político e social, apresentamos o presente Plano, que julgamos corresponder “in totum” às aspirações daqueles que desejam extirpar do nosso país as ideias totalitárias da esquerda e da direita, que prejudicavam a sobrevivência da democracia. A Delegacia Auxiliar, que tem a finalidade de reprimir os extremismos da esquerda e da direita, vem funcionando de acordo com o que determina o Decreto de nº 58 , que cumpre:

I - Auxiliar o Secretário de Segurança nos seus encargos pertinentes às atividades pertinentes ao serviço de segurança;

II – Colaborar com os Delegados Especializados, os Distritais da Capital, e os Diretores de Departamentos, na execução dos serviços dependente da ação recíproca;

III – Atender as requisições de comissários para os serviços especializados das Delegacias, formar as lotações de investigadores, proceder as alterações solicitadas e designa-las para os serviços especiais próprios ou de outros Departamentos; Vigiar-lhes a conduta funcional e proceder as sindicâncias sobre faltas disciplinares que lhes forem atribuídas; (...) Colaborar com o Departamento de Assistência com relação ao serviço de pessoal ;

IV – Proceder á inquérito sobre as seguintes contravenções: Associações secretas, provocação de tumulto e conduta inconveniente; falso alarme, e perturbação do trabalho ou o sossego alheio, referente á paz pública- Lei das Contravenções penais Arts. 39 ao 42; Referentes á administração pública (...);

Sobre os Crimes:

1º contra a liberdade individual, a liberdade pessoal e á inviolabilidade do domicílio, de correspondência e dos segredos.

2º [...] (Código Penal – arts. 146 a 154. Prontuário Funcional 29.638 – Fundo APEJE).

O trabalho desenvolvido pela Delegacia Auxiliar prestava um serviço direcionado às questões políticas e ideológicas. Já em seu termo de funcionamento observamos uma preocupação deste órgão para com as “ideias extremistas da esquerda e da direita”, potencializando uma preocupação do governo de garantir o controle de todos os lados. Esta ressalva sobre a ‘direita’ está próxima da conjuntura do período. Mesmo no período pós-guerra, essas ideias estavam muito presentes e a necessidade de reprimir as mobilizações e organizações partidárias que por ventura compactuassem com movimentos extremistas deveria ser bem monitorada.

Os crimes de ‘contravenções’ encontrados nos documentos são específicos e remetem à necessidade de fiscalizar “associações secretas” e “provocação de tumulto e conduta inconveniente”. Essas associações podem ser entendidas como grupos relacionados às ideias da esquerda e da direita, mencionadas anteriormente, e as provocações de tumultos seriam referentes às greves e manifestações contra o governo e instituições trabalhistas. A preocupação do governo de que essas ideias provocassem motins na sociedade demonstra seu caráter centralizador. A Delegacia Auxiliar estava incumbida de garantir nas práticas cotidianas o controle social.

Outro ponto que nos chama atenção no documento de funcionamento da Delegacia é o que se refere à fiscalização dos seus investigadores. Segundo as designações da Secretaria de Segurança Pública, a Delegacia Auxiliar deveria “*vigiar-lhes a conduta funcional e proceder as sindicâncias sobre faltas disciplinares que lhes forem atribuídas*”. Esta conduta estava altamente abalada perante a sociedade, tendo em vista o número de denúncias dos casos de abusos e maus tratos por parte dos agentes e funcionários do órgão. Segundo Marcília Gama da Silva,

Essa postura foi adotada pela Delegacia Auxiliar para reduzir os abusos e desmandos que viam sendo praticados com frequência pelos investigadores, que excediam em suas práticas, optava por agir na ilegalidade no intuito de conseguir as provas que incriminariam os suspeitos, o objetivo era corrigir a maneira com que atuavam ao ponto de não se saber mais quem representava a Lei, tamanha a violação praticada contra a sociedade. Urgia medidas moralizadoras, que viessem a reduzir as práticas abusivas de tortura, extorsão, espancamentos, denúncias de estupros, alcoolismo, violação de correspondência... Enfim, toda sorte de abuso de autoridade (SILVA, 2011, p. 17).

Percebemos a descrição de muitas dessas práticas nos jornais do período. Especialmente nas matérias que vinculavam as notícias sobre os assuntos correspondentes às atribuições da Delegacia. Vale ressaltar que neste momento os periódicos possuíam maior liberdade, pois a imprensa não estava mais sob a forte censura do Estado Novo. Detalharemos a seguir duas matérias em que será possível perceber de que forma os agentes da Delegacia atuavam nos atos das prisões, utilizando-se de abusos excessivos com práticas de tortura e violência. O primeiro caso envolve os temas da moral, da violência no ato das prisões e a participação do Serviço Secreto do Exército na execução de atribuições que deveriam ser realizadas “exclusivamente” pela Delegacia Auxiliar.

No dia 15 de fevereiro de 1953, prestou depoimento ao jornal *Folha da Manhã* o senhor Alfredo Gomes dos Santos, porteiro do Tribunal do Júri de Recife. De acordo com seu relato, o mesmo foi preso através de circunstâncias ilegais pelos agentes do serviço secreto do Exército. O motivo de sua prisão estava relacionado a idealização de um abaixo assinado solicitando a retirada da senhora R.M.P. da vizinhança. Segundo o depoente, a mesma possuía conduta “atentatória à moral”. O caso é que na ocasião, esta senhora era esposa de um sargento do Exército que por suas influências enviou três viaturas com agentes a paisana durante a madrugada para efetuar a prisão de Alfredo.

O senhor Alfredo Gomes protestou contra a prisão, em virtude da sua ilegalidade, sendo então espancado barbaramente pelos indivíduos que momentos antes haviam descido das três viaturas e que alegavam pertencer ao serviço secreto do Exército. Isto posto, conduziram-no e a alguns dos seus vizinhos que surgiram na ocasião (...). Pela manhã, foi conduzido por uma patrulha chefiada pelo comissário Matusalém Vanderlei, para a Delegacia Auxiliar, onde foi novamente espancado por ordem do delegado auxiliar (...). Os policiais após seveciarem aquele morador do Jardim São Paulo, ameaçaram-no de morte, caso levasse o caso ao conhecimento da Justiça de que é funcionário e à imprensa. (*Folha da Manhã*, 15 de fev. de 1953, p. 5).

Diante dos relatos prestados à imprensa, percebemos alguns pontos sobre as práticas de violência e sevícias no ato das prisões. Entretanto, o que nos chama atenção neste caso é a forma arbitrária do uso da autoridade tanto por ordem do delegado auxiliar quanto dos militares que efetuaram a prisão. No caso dos militares, a arbitrariedade está presente pela maneira como os agentes do serviço secreto abordaram o cidadão (durante a madrugada, clandestina e violentamente). Outro ponto que merece destaque é a participação do serviço secreto nas atribuições que deveriam ser de ordem da Delegacia Auxiliar.

Devemos fazer a ressalva de que a participação do Exército é resultado de uma ação particular, pois existia um envolvimento direto de um sargento no caso. O abuso de poder, o “coleguismo” e a ausência de uma postura ética no trabalho foram, talvez, os maiores motivadores da ação das forças armadas no caso. Entretanto, ressaltamos ainda a estruturação e a intervenção do serviço secreto. Observando esta ação, notamos que já na década de 50 o Exército estará presente nos envolvimento de ordem social, agindo nas malhas da sociedade e desta forma aperfeiçoando suas estratégias de ação e vigilância.

Outra matéria publicada pelo jornal *Correio do Povo* no dia 3 de julho de 1956 demonstra mais um caso do uso arbitrário da força e do poder por parte dos investigadores que acompanharam o episódio. Segundo o jornal, o comerciante Luiz Martins foi apontado como receptor de furtos praticados por outro indivíduo citado na matéria. De acordo com o periódico, o comerciante foi brutalmente espancado na Delegacia Auxiliar por agentes de outra instituição vinculada à Secretaria de Segurança Pública e especializada em casos de roubos e furtos.

O COMERCIANTE FOI ESPANCADO COM CABOS DE REVÓLVER, NA DELEGACIA AUXILIAR.

Bárbaro espancamento se verificou na noite de anteontem na Delegacia Auxiliar, quando o investigador Aurino e o araque José João de Oliveira, que possuem uma carteira viciada expedida pela Delegacia Auxiliar, à revelia do delegado Vicente Rabelo, espancaram com o cabo de seus revólveres, durante uma hora e meia, o comerciante Luiz Martins estabelecido na cidade de Carpina. Em consequência do espancamento o comerciante recebeu ferida contusa no frontal desmaiando em seguida (*Correio do Povo*, 03 de julho de 1956).

A matéria relata ainda que os investigadores entraram durante a madrugada para efetuar o interrogatório seguido das agressões. O delegado responsável pela Delegacia Auxiliar efetuou a prisão dos agressores e abriu inquérito para apurar o caso. Nesta matéria verificamos a presença das práticas de sevícias e uma tentativa de punição e controle por parte da instituição, como nos relata o texto citado anteriormente sobre as transformações na Delegacia. O uso arbitrário da força foi incorporado no cotidiano dos órgãos vinculados à SSP e mesmo com determinações e uma tentativa do Estado de modificar a imagem das instituições, seria difícil atingir tal objetivo.

Este caso nos leva ainda a uma questão fundamental ao estudarmos a presença das sevícias nos órgãos de segurança do Estado: os enraizamentos da violência na sociedade brasileira. Não podemos deixar de levar em consideração o histórico da utilização de tais práticas no passado do país. Desde o período colonial, o uso arbitrário da força se revela como motivador na garantia do poder. Através dos açoites, os escravizados trabalharam durante séculos e sustentaram economicamente a manutenção das elites no Brasil. Ao se estabelecer a República, percebemos que existe uma dificuldade em garantir os direitos inerentes ao projeto republicano (como por exemplo, a liberdade de ações e pensamentos). Esta dificuldade existe, pois mesmo havendo uma

transição política, o Estado não conseguiu desvincular a utilização da violência dos ditames estatais.

Motta (2009) ao problematizar o conceito de Cultura Política, aponta para a possibilidade de compreensão dos aspectos políticos e sociais através da relação que uma sociedade estabelece com sentimentos, tradições, valores, etc. Ao analisarmos o uso da violência no país, percebemos que esta prática passou a ser incorporada no cotidiano, de tal sorte que não podemos observá-la como algo centrado meramente nos órgãos de segurança (como a polícia, por exemplo). Estes usos refletem muito da população que passou a incorporar essas ações. Sobre a violência na sociedade brasileira, nos relata Paulo Sérgio Pinheiro:

Seria, entretanto, ingênuo e errado atribuir a extrema violência que caracteriza a sociedade brasileira à polícia. Como se o aparelho de Estado fosse uma entidade que pairasse descolada da população. A sociedade brasileira não está simplesmente submetida à violência: não é uma convivência incômoda, mas prática e exigência (PINHEIRO, 1982, p. 8).

Para obter bons resultados em termos de aparelhamento dos órgãos de segurança em Pernambuco e da própria SSP, o estado passou a fazer articulações externas com a finalidade de aprimorar seu esquema de vigilância e controle social. Para tal feito, os Estados Unidos tiveram uma contribuição essencial no treinamento de agentes e no financiamento para melhoria da estrutura nas instituições. Para compreender essa relação do governo brasileiro e norte-americano é preciso levar em consideração o temor do avanço comunista na década de 50 (em torno dos debates da Guerra Fria) e a consequente aproximação dos EUA com os países da América Latina, como nos explica Carlos Fico.

No campo militar, em meados dos anos 1950, era patente ao governo americano que a venda de armas aos países latino-americanos, além do fornecimento de equipamentos e treinamento (o chamado “programa de ajuda militar”), tinha alcance algo restrito e, em vez de um significado propriamente militar, tais vendas apenas “ajudavam os Estados Unidos a cultivar relações diplomáticas com os ditadores militares que dominavam a América Latina” na época. O programa era uma herança da Segunda Guerra Mundial e, no caso latino-americano, objetivava manter a dependência da região em relação aos Estados Unidos: em troca do fornecimento de armamento, a América Latina deveria comprometer-se com a defesa do continente contra ataques extracontinentais (FICO, 2008, p. 21-22).

Seria, portanto, uma forma de aproximar os países da América Latina aos interesses norte-americanos. O fornecimento de armas e o treinamento dos militares convergiam para estreitar os laços dos países latino-americanos com os EUA. No caso do Brasil, isso se torna ainda mais evidente com a presença dos instrutores da CIA no nordeste brasileiro, como veremos mais adiante. Essa intervenção vai ser mais presente após a Revolução Cubana no final da década de 1950. Quanto mais os países estivessem próximo dos interesses dos Estados Unidos, mais seria difícil emergir uma ‘Revolução’ como a que estava acontecendo em Cuba.

Pablo Porfírio em sua Dissertação de mestrado aborda as vertentes do medo que se criou em Pernambuco a respeito do comunismo, percebendo através de cartazes, notas em jornais e chamadas de matérias uma tentativa de disseminar na sociedade uma aversão ao comunista. Da mesma forma, os Estados Unidos passaram através da publicação de charges em jornais norte-americanos a provocar reflexões acerca dos países na América Latina. Na charge de Roy Justus, por exemplo, publicada no jornal de Minneapolis em 1962, percebemos uma tentativa de alerta para o problema da Revolução armada que poderia acontecer em decorrência da falta de atenção com as reformas sociais e econômicas nos países latino-americanos.



Fig. 2 – *For some, no Siesta.* Roy B. Justus. *Minneapolis Star*, 1962.³¹

³¹ JOHNSON apud PORFÍRIO, 2009, p. 65

De acordo com a visão de Justos expressa na charge, enquanto as reformas sociais e econômicas não ocorrem, a revolução armada avança em passos largos e vorazes (basta observar a forma como o rosto personificado da ‘Revolução’ está representado). Por conta dessas e outras pressões, o governo dos EUA estreita as relações com o governo brasileiro e de outros países. No caso do Brasil, um dos acordos estabelecidos ficou conhecido como *Ponto IV*. Este acordo previa um convênio entre o Brasil e os EUA nos assuntos relacionados à segurança. O governo norte-americano auxiliaria os estados brasileiros que tivessem uma postura contrária às tendências de esquerda, subsidiando o treinamento e aparelhamento dos órgãos de vigilância.

Em Pernambuco, este acordo foi posto em prática no início dos anos de 1960. Um relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Estado em 1961, referente ao ano anterior, mostra o quanto os funcionários da Secretaria de Segurança Pública foram beneficiados com tal convênio. Os treinamentos dos militares aparecem como “cooperação técnica” e de forma clara o relatório afirma que o estado enviou agente da SSP para treinamento no exterior.³²

O Convênio de Cooperação Técnica, Instrução e Equipamento, firmado entre o Governo do Estado e o Governo Americano (ponto IV), possibilitará meios substanciais para a execução dos nossos planos de trabalho. O estágio feito nos Estados Unidos da América do Norte, por alto funcionário da Secretaria de Segurança Pública, marca o início das atividades de polícia em nosso Estado (...) esboçada nas conferências, acompanhada de ilustrações e com o comparecimento da oficialidade da polícia militar, delegados de polícia da capital e do interior e funcionários civis, foram realizadas pelo secretário de segurança pública a transmissão das informações colhidas na viagem de estudos feita aos Estados Unidos da América do Norte.³³

Segundo o relatório, o envio do funcionário da secretaria é um marco no que se refere às diretrizes adotadas pelo governo para conduzir o trabalho das instituições de

³² Muitas especulações foram cogitadas no pós-Ditadura sobre a efetiva participação do treinamento de militares brasileiros sob orientação de agentes dos órgãos de segurança nos Estados Unidos. De acordo com essas teorias, esses militares receberam instruções de técnicas de inquirição e tortura para serem aplicados nos presos políticos. O filme *Estado de Sítio* (1973) do cineasta grego Costa-Gavras faz uma referência a este assunto citando de forma particular a presença de oficiais norte-americanos com o intuito de ministrar tais cursos e treinamentos na Guanabara, em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. O filme também destaca a presença do agente da CIA Anthony Dan Mitrone, responsável pelas aulas de tortura no Brasil e em outros países como o Uruguai. Mitrone foi sequestrado após a ação de um dos maiores grupos de guerrilha urbana da América do Sul – O Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T). Sobre a presença de Dan Mitrone na América do Sul, Cf. LANGGUTH, A. J.. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

³³ Relatório apresentado pelo Secretário de Segurança Pública à Assembleia Legislativa de Pernambuco referente ao ano de 1960. Recife, p. 47 e 49. Fundo APEJE – Setor de Documentos Impressos.

segurança. As informações colhidas no exterior foram repassadas pelo secretário de segurança pública como forma de palestras e conferências aos policiais e civis que trabalhavam nesses órgãos. Estas informações nos sugerem que neste treinamento não houve apenas uma instrução estratégica, mas uma capacitação administrativa e burocrática, tendo em vista a participação de civis nesses cursos.

As transformações ocorridas em Pernambuco na área da segurança mostram de que forma o estado esteve atento à sociedade. Percebendo os ditames e as necessidades de cada momento, o governo procurou conduzir da melhor forma o controle da sociedade, seja criando e (re)ordenando suas instituições, ou até mesmo firmando acordos internacionais para melhor preparar seu corpo administrativo. Os usos da força e da arbitrariedade dos órgãos também demonstram que tais práticas foram incorporadas em usos cotidianos como forma de intensificar suas ações. Quando os militares e os civis derrubaram o governo democrático através de um golpe de Estado em 1964, toda estrutura já estava montada, cabendo a estes apenas uma adaptação das instituições para atender a necessidade imposta pelo momento.

No tópico seguinte, buscaremos perceber em quais circunstâncias ocorreu o golpe no estado de Pernambuco e em larga medida como esses órgãos foram incorporados pelos militares com a finalidade de auxiliar na repressão aos presos políticos. Faremos um mapeamento das medidas adotadas pelos agentes – militares e civis – para acomodar os indivíduos considerados “subversivos”. Tomaremos como exemplo o estudo de caso de uma unidade de detenção para presos políticos que funcionou na cidade de Olinda e recebeu dos militares o nome de “Colônia de Férias”.

2.3 - Colônia de Férias de Olinda e o golpe militar em Pernambuco.

Para os militares, havia algo de peculiar na conjuntura política e social que compunha o Estado de Pernambuco em meados dos anos 60. Já na década de 1930, o Estado era considerado um dos maiores focos do comunismo no país, recebendo diretamente de Felinto Müller, chefe da Polícia Federal naquela ocasião, as orientações de como deveriam ser as ações policiais no controle social.³⁴ Com o advento do golpe, o

³⁴ Cf. SILVA, 2011, p. 48

cenário pernambucano não passará despercebido pelos militares que voltarão uma atenção especial ao Estado.

Fernando Coelho (2004) ao ressaltar essas particularidades, nos alerta sobre a representação da Igreja Católica em Pernambuco, nas articulações que precederam o Golpe, além da participação em maior escala dos trabalhadores urbanos e principalmente dos setores rurais com os Sindicatos Rurais e a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), posteriormente denominada de “Ligas Camponesas” (MONTENEGRO, 2003).

O surgimento de muitos movimentos de esquerda em momentos anteriores ao golpe preocupava as elites locais. Exemplo disso é a formação da *Frente do Recife*³⁵ em 1955. Ao ressaltar o aumento da participação popular nas diretrizes políticas do Estado, Roberto Oliveira de Aguiar nos esclarece que:

Existiram dois importantes movimentos que se empenharam por mudanças sociais em Pernambuco durante o período de 1955-1964. Foram eles: a) Frente do Recife e b) A sindicalização rural, processo no qual as Ligas Camponesas também desempenharam um papel fundamental. O primeiro marca a chegada das práticas políticas populistas no Estado, enquanto o último foi o único movimento que obteve êxito, pelo menos parcialmente, em mudar uma relação estrutural, isto é, as relações de produção na zona canavieira da região (AGUIAR, 1993, p. 185-186).

As tensões chegaram ao máximo com a ascensão de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco em 1962. A preocupação do novo governador em realizar o que chamava de “Revolução sem violência” gerou conflitos com os interesses dos setores rurais, que até então possuíam as diretrizes da política no Estado. As propostas de Arraes, centradas em propiciar aos menos favorecidos melhores condições de vida, foram interpretadas por essas elites como subversão, o que levou a oposição a acusar o governador de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que encontrava-se na ilegalidade.

O Movimento de Cultura Popular (MCP) que teve sua criação em 13 de maio de 1960, ainda no governo de Miguel Arraes na Prefeitura do Recife, também foi alvo das especulações oposicionistas. Fundamentalmente, as atividades iniciais do MCP estavam

³⁵ José Arlindo Soares em seu livro *A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964* define a Frente como “uma aliança político-partidária constituída em 1955, entre comunistas, socialistas e correntes de esquerda independentes, com base em um programa de cunho democrático e nacionalista.” Cf. SOARES, 1982, p. 21

relacionadas à alfabetização das massas sob a perspectiva da cultura popular. Entretanto, o trabalho dos integrantes do movimento passou a ampliar suas diretrizes e conscientizar os trabalhadores estimulando uma consciência política e social, impulsionando, desta forma, sua participação na vida política do país através da educação de base que utilizava além da alfabetização, música, teatro e artes plásticas como forma de promover o acesso à cultura.³⁶

Nessa luta pelo avanço da organização mobilização/popular, salienta-se a importância conferida à educação que era entendida numa dupla dimensão: elemento do processo de mobilização/organização popular e escolarização da classe trabalhadora. [Consequentemente] todas as atividades desse governo se pedagogizaram, porque são políticas e se politizaram na medida em que são pedagógicas. (SOUSA apud BARBOSA, 2010, p. 233).

Todos esses elementos que precederam o golpe foram importantes para a configuração do quadro político e social no Estado de Pernambuco. Notadamente, a intensificação da participação popular ligada aos movimentos de esquerda motivou uma reação forte dos setores mais conservadores e da elite local. Joseph Page (1972) em seu clássico *A Revolução que Nunca Houve – O Nordeste do Brasil 1955 – 1964*, aponta os momentos de tensão e os esforços que caracterizaram as mudanças em Pernambuco e sua capital.

No alvorecer dos anos 60, um sopro de excitação e prenúncios atravessou a mortalha tropical da cidade. O poder político parecia estar se deslocando, de modo lento, mas perceptível, de um círculo de famílias ricas para um movimento populista de amplas bases. Liberais e progressistas de todas as matrizes, desde devotos católicos até membros do Partido Comunista, estavam se unindo num esforço maciço. Sua meta era democratizar o governo da cidade e do estado, utilizar o poder político para fazer justiça econômica e social às massas pobres urbanas e rurais, mudando, assim, as estruturas da sociedade que eles sentiam terem condenado o Nordeste ao atraso e à extrema pobreza. (PAGE, 1972, p. 22).

Toda insatisfação daqueles que passaram a perder espaço nas diretrizes políticas e/ou se sentiram insatisfeitos com a maior visibilidade propiciada às camadas menos favorecidas, veio à tona no momento em que os militares detiveram o avanço dos projetos das esquerdas no país. Segundo Maria Helena Moreira Alves, a tomada do poder de Estado é o resultado de uma “*política de desestabilização que envolveu*

³⁶ Para maiores informações sobre o Movimento de Cultura Popular Cf. BARBOSA, Leticia Rameh. *Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana*. Recife: Liceu, 2010.

corporações multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros” (ALVES, 2005, p. 27).

Muitos autores questionam a efetiva participação dos civis e militares no processo que culminou no golpe de 1964. Lucília de Almeida Neves Delgado (2004), ao problematizar as interpretações sobre a natureza do golpe, afirma que devemos estar atentos aos tempos dessas produções, destacando essencialmente dois desses tempos: “*o referente ao desenrolar dos acontecimentos e processos e o relativo à produção de interpretações e narrativas sobre esses mesmos acontecimentos e processos*” (DELGADO, 2004, p. 16). A autora destaca clássicos das produções sobre o tema, enfatizando a linha de pensamento e visão interpretativa de cada um desses autores.³⁷

Os primeiros autores analisados são classificados como *estruturalistas e funcionais*. De acordo com esta classificação, as obras em destaque relacionam o golpe (que consideram civil e militar) aos problemas estruturais do país, “*com ênfase para o subdesenvolvimento e para o atraso na industrialização do Brasil*” (DELGADO, 2004, p. 17). Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira compõem os autores que enfatizam essa perspectiva.

A seguir, Delgado destaca os autores que privilegiam as interpretações de caráter *preventivo* da intervenção civil e militar. Florestan Fernandes, Caio Navarro Toledo e a própria Lucília Delgado afirmam que o golpe aconteceu em decorrência do “*forte descontentamento com a crescente e autônoma organização de diferentes seguimentos da sociedade civil*” (DELGADO, 2004, p. 19). Os autores destacam a importância da ampliação dos direitos entre as décadas de 1950 e 1960 e a perspectiva de maior participação política no país. De acordo com Caio Navarro de Toledo,

O golpe estancou um rico e amplo debate político e ideológico que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc. Assim, nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente para defender seus projetos sociais econômicos (TOLEDO, 2004, p. 69).

³⁷ Além dos tópicos aqui apresentados, a autora destaca as interpretações que privilegiam o caráter *conspiratório* e as que privilegiam a *política conjuntural e de falta de compromisso com a democracia*. Para maiores informações, ver DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidades e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: SP: Edusc, 2004.

Apesar de haver um amplo apoio e participação civil, desde a influência do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD),³⁸ até as Marchas da Família com Deus Pela Liberdade em todo país, foram os militares que efetivamente governaram o Brasil. A política de ampliação democrática proposta por Jango através das Reformas de Base desagradou às elites do país, que por sua vez encontraram como alternativa para conter tais avanços um golpe de Estado. A deposição de Jango foi liderada pelos militares com apoio da Igreja Católica e o financiamento do empresariado brasileiro e do governo dos Estados Unidos.³⁹

Com o aguçamento da luta de classes, a burguesia procurou reformular o Estado a partir dos interesses do grande capital nacional, multinacional e associado. O Golpe de 64 foi, portanto, a opção feita pelas classes dominantes no intuito de garantir esse processo, procurando por um fim às mobilizações populares, estreitando o campo de participação democrática e popular e, conseqüentemente, recompondo seu poder, através da ditadura militar instaurada em 31 de março (ABREU E LIMA, 2005, p. 23).

Nas primeiras horas da manhã do 1º de Abril de 1964, o então governador de Pernambuco Miguel Arraes encontrava-se no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do estado. Eram momentos de tensão e indefinições. Durante toda a madrugada, Arraes estabeleceu contato através do telefone com amigos do Rio de Janeiro e de Brasília na busca de informações sobre o movimento que estava sendo articulado pelos militares e civis. Sem grandes respostas, os ditames da nova ordem passaram a ser consumados durante o período da manhã daquele dia.

Diante dos acontecimentos, o coronel da polícia militar Hangho Trench optou pela resistência, anunciando seu apoio à legalidade do governo Miguel Arraes e ao prefeito do Recife Pelópidas Silveira. Durante toda a manhã, o coronel estabelecia comunicação do quartel da Polícia Militar com os assessores de Arraes, no intuito de direcionar suas tropas para efetuarem a resistência. Entretanto, outras tropas caminhavam em direção oposta. Enquanto Trench orientava a polícia militar para defender e impedir o avanço do movimento golpista, as rádios de Pernambuco transmitiam a mensagem do general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército,

³⁸ DREIFUSS, René Armand. 1964. *A conquista do Estado. Ação política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.

³⁹ É importante ressaltarmos a participação dos empresários, pois diversos grupos sociais adotam o termo “Golpe Empresarial-Militar” como uma maneira de especificar os setores civis que estavam envolvidos no movimento golpista.

e do almirante Augusto Roque Dias Fernandes, comandante do 3º Distrito Naval, anunciando o avanço dos tanques do Exército e a consequente deposição de Arraes, resultado do apoio dos militares pernambucanos ao movimento instalado em todo o país.⁴⁰

Boa parte dos livros de memória sobre o período aborda a temática da não resistência do então governador Miguel Arraes durante o golpe. Sobre este assunto, destacamos, por exemplo, as memórias do Gregório Bezerra. Líder do movimento de articulação dos camponeses, Gregório procurou Arraes com o intuito de solicitar deste o “apoio logístico” para resistência.

O desejo de Gregório seria conseguir armas com o governo para serem distribuídas entre os camponeses com o intuito de resistirem ao golpe eminente, que já começava a ganhar forma dias antes de sua consumação. Segundo Bezerra, o governador recusou o apoio, como relembra em suas memórias.

- Sr. governador, veja esta multidão que o está aplaudindo com a mais profunda gratidão pelo apoio que tem recebido do seu governo, nas justas lutas que trava em defesa dos seus interesses. Essa massa sabe que estão preparando um golpe para derrubar o governo e está disposta a defendê-lo sem medir sacrifício. Só pede armas para enfrentar os golpistas. Se V. Exa. não confiar nos comunistas, deposite-as em poder dos delegados de sua confiança para, na hora exata, irmos busca-las a fim de repelir os assaltantes golpistas.

Arraes olhou para mim, olhou para a massa e disse apenas:

- Vou pensar.

- Pense, senhor governador, atenda a essa massa, que é sua amiga leal. Depois, retirei-me, indo misturar-me com a massa (BEZERRA, 2011, p. 527).

Arraes pensou e não o fez. Provavelmente ponderou tendo em vista o possível derramamento de sangue pelos embates entre os camponeses e os golpistas. Outra situação também é recorrentemente mencionada quando se fala no posicionamento de Arraes sobre o golpe: o apoio solícito que foi prestado pela Polícia Militar em Pernambuco. Como mencionado anteriormente, o coronel Hangho Trench disponibilizou suas tropas a favor da legalidade. Durante toda a manhã as ruas do Recife foram tomadas por ambas as tropas, tanto da Polícia Militar quanto do Exército. Trench estava aguardando apenas o sinal do governador para efetivar a resistência. Suas tropas

⁴⁰ CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi: memórias políticas*, 2º volume. Recife: Guararapes, 1980.

foram estrategicamente posicionadas para entrar em combate com as tropas do IV Exército e isto não aconteceu por determinação do próprio Arraes.

O governador mais uma vez levou em consideração as disparidades existentes entre ambos os lados. Segundo Fernando Coelho, o IV Exército possuía um contingente de mais de 20.000 homens, enquanto a Polícia Militar de Pernambuco possuía cerca de 4.000 (COELHO, 2004, p. 147). Para o autor, mesmo que houvesse a resistência essa seria facilmente sufocada pelos militares. Entretanto, vale salientar que apesar desta disparidade entre os números do Exército e da Polícia Militar de Pernambuco, no Rio Grande do Sul o ex-governador Leonel Brizola apresentou resistência ao movimento golpista oferecendo apoio ao presidente João Goulart, o que não faria de Pernambuco um caso isolado, caso o governador tivesse aceitado o auxílio da PM-PE.

Miguel Arraes passou o dia inteiro no Palácio, conversando e resistindo ao seu modo, quando por volta das 20h finalmente foi retirado dos aposentos privados da sede do governo. Ao lado de oficiais do exército, o ex-governador deixa seu curto mandato saindo cabisbaixo no assento traseiro de um Volkswagen, acompanhado pelo coronel Castilho e escoltado por veículos militares. Arraes foi transferido para o quartel do 14º Regimento de Infantaria em Jaboatão dos Guararapes. Só depois sua transferência para a prisão na Ilha de Fernando de Noronha foi efetivada.⁴¹

Durante o dia, enquanto os militares “oficializavam o golpe” no palácio do governo, um grupo de estudantes mobilizava-se em direção ao centro do Recife com cartazes e gritos de ordem a favor da legalidade. Segundo o jornal *Diário de Pernambuco*, os militares que acompanhavam a movimentação não interferiram, até que segundo relatos, um major do Exército tomou das mãos de um soldado uma arma automática e atirou várias vezes com o intuito de intimidar e dispersar a multidão. Os tiros atingiram os estudantes secundaristas Jonas de Albuquerque Barros de dezessete anos e Ivan Rocha Aguar de vinte e três. De acordo com o jornal, ambos morreram a caminho do Pronto Socorro.⁴² Uma bala perdida atingiu ainda uma moça que circulava nas imediações do comércio, provocando-lhe alguns ferimentos.⁴³

Na manhã seguinte, passado o “dia da mentira”, os jornais noticiaram o caso e deram mais detalhes do ocorrido. Parte da imprensa que defendia os interesses dos

⁴¹ Diário de Pernambuco, 2/04/1964.

⁴² Embora conste no texto do *Diário de Pernambuco* a versão de que os dois estudantes morreram a caminho do Pronto Socorro, os trabalhos da Comissão da Verdade de Pernambuco, em recentes pesquisas, apontam para a possibilidade de o estudante Ivan Rocha Aguiar ter morrido no local. A informação foi repassada à Comissão pelo depoimento de uma testemunha que presenciou o ocorrido.

⁴³ Diário de Pernambuco, 2/04/ 1964.

golpistas, seja por afinidades de seus empresários com o golpe ou por medo de não terem seus meios de comunicação interditados, divulgava a notícia do ocorrido depositando a culpa, tanto pelas mortes, quanto pelos confrontos, nos estudantes e nos chamados “grupos subversivos”, que estariam infiltrados nos movimentos estudantis. Buscando transparecer a ideia de normalidade, nos relata o *Diário de Pernambuco*:

EXÉRCITO GARANTIU A ORDEM EM TODA CIDADE

Patrulhas motomecanizadas também tiveram sua parcela de responsabilidade na preservação da ordem no Recife, na madrugada e todo dia de ontem. Vários tanques estiveram em movimento pela cidade ou ficaram localizados em pontos estratégicos, prontos para reprimir qualquer atentado à tranquilidade da população (Diário de Pernambuco, 2 de Abril de 1964)

Ainda no dia 2 de Abril, os militares não perderam tempo e procuraram participar mais ativamente dos comunicados sobre os acontecimentos governamentais. Reunidos na sede do IV Exército, os donos de nove estações de rádio de Pernambuco firmaram um acordo com os militares e ficou estabelecido que todos os dias das 6:30 às 7:00 e das 19:00 às 20:00, seria transmitido o programa “Cadeia da Liberdade”, com o intuito de “esclarecer” e “orientar” a população sobre os acontecimentos do país.⁴⁴ Intervir nos meios de comunicação foi uma forma que os militares encontraram de repassar as informações à sua maneira, com o intuito de manter o controle dos informes e beneficiar o regime que se instalara.

Quando finalmente o novo governo foi estabelecido, com a oficialização da prisão de Miguel Arraes e do prefeito do Recife Pelópidas Silveira, iniciou-se uma verdadeira caça às bruxas em todo estado. Todas as pessoas que estavam direta e indiretamente ligadas ao governo de Arraes ou que eram consideradas de esquerda passaram a ser perseguidas. Políticos, artistas, intelectuais, líderes de sindicatos (urbanos e principalmente rurais), integrantes das ligas camponesas e membros do Partido Comunista ou de partidos de esquerda foram intimados e presos nos primeiros meses de 1964. Entre os principais perseguidos estavam os camponeses. Muitos foram torturados e mortos durante as perseguições e integram a lista de desaparecidos políticos no país.⁴⁵

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Em 2010 o Ministério do Desenvolvimento Agrário junto à Secretaria de Direitos Humanos publicou um trabalho intitulado *Retrato da Repressão Política no Campo 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Neste trabalho, os pesquisadores apresentam, além de números e relatos de

Durante muito tempo, os trabalhadores rurais estiveram submetidos às ordens de seus patrões sem direito à contestação. Os trabalhadores rurais exerciam seus trabalhos em péssimas condições e na maior parte das vezes não tinham seus direitos assistidos pela lei. As questões trabalhistas, por exemplo, eram executadas de acordo com a vontade e consciência dos patrões. Quando procuravam os delegados de polícia local, com a finalidade de resolver assuntos do gênero, os camponeses permaneciam na mesma, pois muitos desses delegados acobertavam e eram coniventes com a política dos usineiros.⁴⁶

Durante os primeiros anos de aplicação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), elaborada durante o Estado Novo, o setor rural foi negligenciado e seus trabalhadores esquecidos. Não havia na CLT uma preocupação com as especificidades do trabalho no campo. Sendo assim, durante os anos subsequentes, os empregados deste setor ficaram à mercê do descaso e da “boa vontade” dos seus patrões no que tangia às questões de assistência e seguridade no trabalho. Após anos de lutas e reivindicações, o então presidente João Goulart instituiu o *Estatuto do Trabalhador Rural*, através da Lei Nº 4.214 de 02 de março de 1963. “O Estatuto trazia finalmente para o âmbito rural, as garantias que a legislação trabalhista varguista havia estipulado para os assalariados urbanos e da indústria” (DABAT, 2008, p. 303).

Todavia, existia uma distância entre a Lei e sua aplicabilidade. Apesar de instituída, os patrões na maior parte das vezes não a executavam. Desta forma, boa parte dos trabalhadores rurais continuou sem assistência devida. As coisas só mudaram de configuração em Pernambuco quando Miguel Arraes estabeleceu o chamado “acordo do campo”, que determinou o pagamento devido dos salários e o cumprimento das leis trabalhistas para os trabalhadores rurais. Se antes os usineiros não tinham a obrigatoriedade respaldada pela Lei para o pagamento devido aos seus trabalhadores ligados diretamente a terra, a exemplo dos cortadores de cana, plantadores, carregadores, etc., com este acordo passaram a cumpri-lo – mesmo que a contra gosto.

camponeses que foram mortos no período citado, casos de mortes e desaparecimentos que não integravam as listas oficiais do Estado a respeito dos desaparecidos políticos. Para maiores informações, ver CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

⁴⁶ Este assunto será abordado de forma mais detalhada no capítulo seguinte, pois trataremos dos envolvimento dos presos políticos que ficaram alojados na Colônia de Férias, entre eles muitos trabalhadores rurais.

Quando o golpe foi instaurado, muitos desses patrões que possuíam rixas pessoais com seus empregados (especialmente relacionadas ao trabalho) passaram a denunciá-los para o novo regime que se configurava, acusando-os de serem comunistas.

Ônibus da Companhia de Transportes Urbanos, CTU, retirados do tráfego normal, viajavam ao interior, trazendo de volta, aos magotes, algemados ou simplesmente amarrados com corda, trabalhadores do campo, apontados pelos usineiros e latifundiários às Forças Armadas como “comunistas” – cada qual procurando naquelas horas, descontar velhas inimizades quando não desavenças de caráter político. Quem tivesse sido membro de diretoria de sindicato ou de liga camponesa, constava no index dos perseguidos (CAVALCANTI, 1978, p. 346).

Cerca de duas mil pessoas foram presas nessa busca incessante por “elementos subversivos”. Os quartéis do Recife e Região Metropolitana estavam superlotados.⁴⁷ Como não havia lugar para comportar tanta gente, os militares passaram a alojar muitas dessas pessoas em delegacias; salas da Secretaria de Segurança Pública e até mesmo locais inusitados e sem preparo para receber e hospedar presos como o Hospital do Câncer do Recife.⁴⁸ A princípio, não havia uma seleção dos presos e uma divisão por envolvimento, camada social ou classificação de outras ordens. O mais importante para os militares era a certeza de que qualquer pessoa suspeita estivesse isolada nesses locais até segunda ordem.

Muitos civis, motivados por interesses pessoais e de classe, aderiram ao projeto da nova ordem vigente e passaram a contribuir consideravelmente com o governo militar. Denunciando pessoas ou integrando os grupos que adentravam nas casas e faziam buscas dos elementos perseguidos. Em muitos casos, as pessoas que participavam ativamente das buscas e denúncias tendiam às questões pessoais. Entretanto, uma parcela expressiva da população se viu convencida de que os militares estavam no dever de garantir a paz e a ordem, tendo em vista a ameaça de agitação -

⁴⁷ Não podemos precisar o número exato das unidades que serviram como cárcere aos presos políticos no momento pós-golpe. Entretanto, Márcio Moreira Alves destaca que 12 unidades no ano de 1964 foram visitadas por uma comissão civil com a finalidade de investigar as denúncias de torturas no Estado. Seriam elas: II Companhia de Guardas; Hospital Geral do Recife; Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado; 14º Regimento de Infantaria; 7º Regimento de Obuses; Quartel do Grupo de Artilharia de Costa Mecanizado; Casa de Detenção do Recife; Base Aérea do Recife; Marinha; Secretaria de Segurança Pública; e o Manicômio Judiciário do Estado. Cf. ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro: S/e, 1996.

⁴⁸ Em entrevista no dia 13 de setembro de 2010 concedida ao jornal *A Verdade*, Clodomir Morais, líder das Ligas Camponesas e ex-presos da Colônia de Férias de Olinda, afirma que muitos presos políticos foram alojados no *Hospital do Câncer do Recife* pela falta de locais para hospedar o número excessivo de detenções. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=lZ-pue5WBpk>. Acesso em: 20/06/2012.

cogitada pelos militares - que seria provocada pelos comunistas se estes assumissem o país. Esta associação entre o “partido comunista” e a “agitação” foi reforçada ao longo dos anos pelos meios de comunicação auxiliando na construção de uma imagem pejorativa sobre o comunismo.

Após as prisões, a maior parte dos presos políticos passava pela Secretaria de Segurança Pública onde eram separados em grupos e distribuídos nas unidades de detenção e quartéis do Exército, Marinha e Aeronáutica. As condições da SSP eram precárias e inadequadas para alojar tantos presos. Todos os espaços eram aproveitados para a quantidade exorbitante de pessoas detidas. Um dos espaços (possivelmente o maior deles) foi batizado de “Brasil Novo” e servia como uma espécie de galpão sem acomodações. Em entrevista para esta pesquisa, Severino Bezerra da Silva (vulgo Bunina) nos relata como aconteciam os primeiros procedimentos das prisões.

Brasil Novo era na Secretaria. Numa sala que era deste tamanho e tinha cinquenta e tantas pessoas.⁴⁹ Lá ninguém deitava não, ficava a noite todinha sentado nos pés das paredes. Ninguém dormia. Não tinha cama, não tinha nada era todo mundo no chão (Severino Bezerra da Silva, entrevista ao autor em 28/12/2011).

Bunina foi preso nos primeiros dias após o golpe de 1964. Agricultor da Zona da Mata, Severino Bezerra da Silva é uma das vítimas das denúncias de patrões e usineiros da região. Segundo a documentação presente nos arquivos do DOPS-PE, Bunina seria o responsável por articular um grande número de camponeses nas fazendas de Passira e Limoeiro, inserindo estes em supostas reuniões do Partido Comunista. Após a sua prisão, Severino foi conduzido para o Quartel do Grupo de Artilharia de Costa Mecanizado em Olinda. A particularidade deste local é que, assim como o “Brasil Novo”, o galpão anexo do quartel em que ficaram alojados os presos políticos foi batizado ironicamente de “Colônia de Férias de Olinda”.

O Quartel da 1ª Bateria do 3º Grupo de Artilharia de Costa Mecanizado foi possivelmente instalado próximo ao litoral tendo em vista uma questão estratégica. Após a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro dedicou uma atenção maior às questões que envolviam o contexto internacional. Instalar um quartel de Artilharia na região do litoral nos sugere uma pretensão de defesa a possíveis ataques externos.

⁴⁹ Ao comentar a dimensão da sala na Secretaria de Segurança Pública, Severino comparou às medidas da sala e cozinha de sua casa, algo que corresponderia a aproximadamente oito metros de comprimento e três de largura.

Apressadamente, após os primeiros dias do novo governo vigente no país, os militares foram acomodando os presos políticos e suspeitos envolvidos com movimentos sindicais, ligas camponesas, estudantes e dissidências da esquerda de diversas ordens. A princípio, não havia uma logística ao separar e conduzir esses presos, entretanto, a necessidade de organizar e conduzir da melhor forma o cotidiano dos locais de detenção, levaram os responsáveis pelo Quartel de Artilharia de Costa Mecanizado a elaborar uma espécie de Regimento interno com itens e normas de conduta e manutenção do local para aqueles que passaram a habitá-lo.

No dia 28 de abril de 1964, foi criada oficialmente a Colônia de Férias de Olinda, sob a direção do Major do Exército Walter Moreira Lima. No prontuário correspondente à Colônia podemos encontrar a ficha de entrada contendo a lista com o nome dos presos, a data de sua prisão e de saída. O curto tempo em que passavam no local para depois serem conduzidos a outras unidades nos sugere que a Colônia seria um local de isolamento para presos políticos que, enquanto aguardavam as suas sentenças, deveriam permanecer neste local.

Na ficha cadastral encontramos a seguinte descrição: “Relação dos presos que se encontram na Colônia de Férias de Olinda” – nomes; data de entrada; data de saída; profissão; local de trabalho; município; observações.⁵⁰ Dessas indicações na parte superior da tabela elaborada, apenas o nome dos presos, a data de entrada e saída e as observações estão preenchidas. Nas áreas correspondentes às *observações* identificamos o local para onde esses presos foram encaminhados (em sua maioria para Secretaria de Segurança Pública e para Delegacia Auxiliar). Informações como profissão, município e local de origem não estão preenchidas.

Dos 59 presos presentes na lista, 50 adentraram na Colônia no dia de sua inauguração, o que corresponde a 85% dos detidos. Apenas cerca de 15% foram registrados em datas posteriores. O tempo médio de permanência dos presos varia de acordo com as investigações sobre eles. O tempo mais curto de estadia na unidade foi de um dia, já o tempo máximo encontrado na lista do prontuário foi de 45 dias. Para compreendermos melhor os dados apresentados, elaboramos um gráfico com o tempo médio de permanência dos presos na unidade.

⁵⁰ Fundo: APEJE, Prontuário Funcional N° 29.093

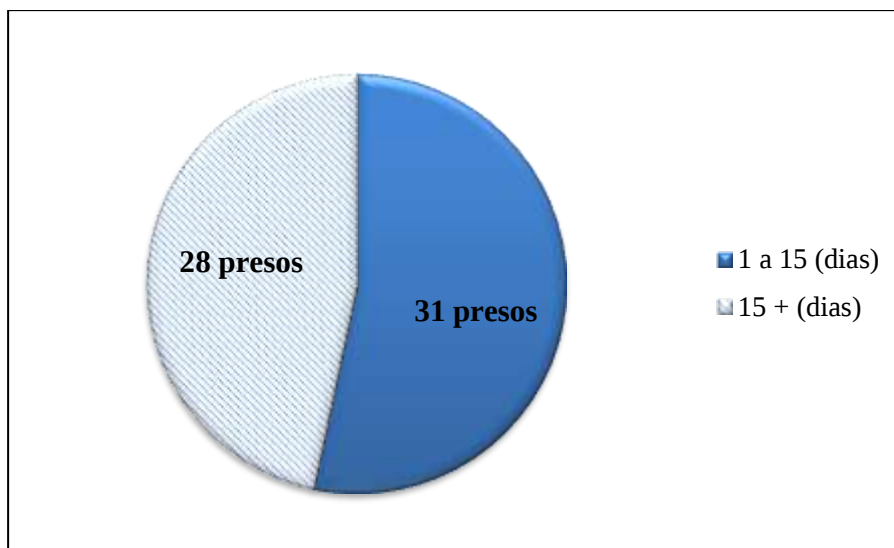


Gráfico 03 – Gráfico de permanência média dos presos na Colônia de Férias de Olinda. Fonte: APEJE, Prontuário Funcional nº 29.093.

Através dos dados acima, percebemos a variação do tempo médio que os presos permaneceram no local. Entre os que passaram de 1 a 15 dias, os dados apontam uma fração aproximada de 52,5%, sendo, portanto o grupo mais expressivo. Já os que passaram uma quantidade superior a 15 dias correspondem à faixa dos 47,5%. Partindo desses números acreditamos que o tempo médio de permanência no local aponta o caráter investigativo das detenções. A Colônia de Férias seria, portanto, um suporte estratégico que auxiliaria nas investigações dos suspeitos de “subversão” e a relação que se estabeleceu entre esta unidade e os órgãos de segurança do Estado foi firmada através de uma rede de informações que se estabeleceu em todo o país, conforme afirma Marcília Gama da Silva.

A rede possui inúmeras unidades e agências espalhadas nos estados – e quando necessário nos municípios – e uma série de órgãos voltados para desempenhar o trabalho de vigilância e controle social por meio do rastreamento das informações que circulam nas instâncias do Exército (CIE), Marinha (CENIMAR), Aeronáutica (CISA), SNI, DSI’S, além dos DOPS e das unidades DOI-CODI (SILVA, 2007, p. 101-102).

A autora reforça sua tese esclarecendo que esta rede estabelecida justifica seu poder de atuação na medida em que os indivíduos atuam no âmbito da resistência, nomeada pelo Estado vigente como “subversão”.

A integração de órgãos de informação de diferentes hierarquias, atuando estrategicamente no controle social, no combate às ideias

consideradas uma ameaça ao que é definido como ordem social e política, mostra-nos o exercício de poder que investe, perpassa, atravessa e apoia-se nos indivíduos, formando uma teia de relações sempre em movimento, em permanente tensão. [...] O combate ao que vai sendo construído, nomeado, descrito como “atos subversivos” justifica o uso de um intrincado dispositivo de poder que articula vigilância, produção e repasse da informação por todos os órgãos integrantes daquilo que se autoneia de *rede a serviço da repressão*. (SILVA, 2007, p. 100).

A documentação da Colônia de Férias de Olinda ainda nos mostra que alguns dos presos retornavam à unidade mesmo após sua liberação. Bastava surgir alguma novidade nas investigações ou alguma nova denúncia que rapidamente esses homens eram “convidados” a tirar novas férias na unidade. Quando isto acontecia, o espaço com o nome do preso era aproveitado, sendo alterado apenas o seu retorno e posteriormente a sua saída. Todas as alterações eram feitas de forma manuscrita pelos agentes que se revezavam na organização do local.

No regulamento elaborado para esta prisão, encontram-se 12 pontos que variam desde questões básicas do cotidiano como a limpeza e higiene do lugar, até as restrições de acesso às informações e visitas de familiares e amigos. Para compreendermos melhor o cotidiano e funcionamento da Colônia, descreveremos abaixo os pontos do regulamento estabelecido.

COLÔNIA DE FÉRIAS DE OLINDA

REGULAMENTO

- 1) Só serão permitidas visitas mediante autorização por escrito do Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública.
- 2) Só serão retirados prêsos mediante autorização por escrito do Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública.
- 3) Não será permitida a entrada de jornais, livros ou qualquer correspondência sem a autorização por escrito.
- 4) Não entrarão cigarros, remédios, ou qualquer objeto sem autorização por escrito do Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública ou quem por êle for autorizado.
- 5) Não será permitida nenhuma brincadeira ou baderna.
- 6) O horário da refeição será o seguinte:
CAFÉ..... 06,00 Horas

ALMOÇO..... 12,00 Horas

JANTAR..... 17,00 Horas

7) A faxina dos alojamentos e sanitários será realizada pelos próprios detentos, mediante escala do encarregado da prisão, e deverá ser procedida duas vezes por dia.

8) Não é permitida a conversa de nenhuma pessoa de fora para dentro da prisão, mesmo da guarda.

9) Qualquer pessoa ao penetrar no alojamento dos prêso só o fará com a guarda em forma.

10) O local de visita será a sala de entrada.

11) Toda visita será acompanhada de um guarda, o qual ficará assistindo a conversa.

12) Só será permitida a entrada da imprensa e fotógrafos mediante ordem escrita do Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública.

Recife, 29 de abril de 1964.

Walter Moreira Lima

(Major do Exército) ⁵¹

À primeira vista o que nos chama atenção neste regulamento é a subordinação da unidade ao secretário de Segurança Pública. Firmar uma relação desse tipo, estabelecendo um forte vínculo com o secretário, demonstra a falta de autonomia da Colônia. Mais do que isso, seria uma forma de eximir-se da responsabilidade de controlar o trânsito de pessoas no local, já que para ter acesso seria preciso uma liberação do próprio secretário ou de um representante. Na mesma via, essa subordinação estabelece uma centralização das ações nos momentos iniciais da nova ordem estabelecida.

Posteriormente, a própria postura assumida pelos militares foi de flexibilizar a tomada de ações, delegando tarefas a órgãos especializados em cada uma das vertentes do governo. Basta observarmos a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 13 de junho de 1964. “O SNI ampliou sua rede e a escalada do Estado de segurança, a começar pela transformação em Divisões de Segurança e Informações das antigas seções de segurança dos ministérios” (BAFFA, 1989, p. 14).

Ao vetar o acesso irrestrito aos jornais, correspondências e livros, os militares se esforçavam em assegurar o controle dos informes e pensamentos que pudessem incitar

⁵¹ Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Nº 29.093

articulações políticas dentro da unidade. Por isso, todos os materiais e correspondências eram inspecionados e avaliados antes de serem repassados aos detentos. A proibição do acesso às informações também pode ser vista como uma forma de pressão psicológica. A ausência de notícias dos familiares e membros dos partidos provocava nos presos uma sensação de insegurança, contribuindo para desestabilizar o psicológico.

A busca por materiais que pudessem incriminar os presos foi uma prática recorrente durante o período. A obsessão dos militares em recolher provas era tanta que no ato das prisões livros como *O vermelho e o Negro* do Stendhal, *Nosso Homem em Havana* de Graham Greene, *Guerra e Paz* de Tolstoi, além de livros sobre História da Arte que abordavam temas como o *cubismo*, foi confundido com materiais ditos subversivos e recolhidos na medida em que eram encontrados.⁵²

A faxina dos alojamentos efetuada pelos próprios detentos acentua o caráter precário e emergencial das unidades de detenção criadas às pressas pelo novo governo estabelecido. Sobre este assunto, precisamos destacar dois aspectos: o primeiro é a ausência de funcionários que executassem as atividades básicas de higiene e limpeza. O segundo é a incorporação da conduta militar aos civis que se encontravam detidos na Colônia. Afinal, não podemos esquecer que esta unidade se tratava de um anexo das dependências de um quartel e, portanto, boa parte da postura adotada para condução das atividades regulares e cotidianas estará ligada ao regime disciplinar adotado pelas instituições militares. Neste caso, a faxina executada pelos detentos corresponderia aos afazeres dos soldados no que diz respeito à manutenção dos quartéis.

Apesar da ausência de funcionários na Colônia de Férias, os relatos dos presos que por lá passaram revelam que as dependências eram limpas e organizadas. Esta, entretanto, não era uma realidade comum entre os presos políticos do mesmo período. Ao relatar em suas memórias a sua passagem pela 2ª Companhia de Guarda do Exército no centro do Recife, Paulo Cavalcanti descreve a situação das acomodações e higiene da cela desta Companhia, batizada pelos detentos como X-1.

A limpeza e a higiene do X-1 era feita por nós, voluntariamente, fixado o critério de rodízio, cada qual se esmerando em executar pelo melhor as tarefas do *coletivo*. [...] O maior problema da prisão, naquelas condições, era o mau cheiro do sanitário, sem água corrente, entrando-nos pelo nariz dia e noite. No fim do expediente do quartel, conseguíamos às vezes uns baldes d'água [sic] para fazer escoar os detritos acumulados. À noite, dada a exiguidade de espaço,

⁵² COELHO, 2004, p. 196

revezávamo-nos ao dormir no chão, cada um à sua vez, deitando-se com a cabeça próxima à latrina. (CAVALCANTI, 1978, p. 348-349).

Como podemos perceber, em mais um aspecto a Colônia de Férias possuía uma particularidade em relação a outras unidades no mesmo período. Segundo os relatos de Paulo Cavalcanti, a limpeza da cela em que se encontravam era realizada sob um regime de escala determinada pelos próprios detentos e de acordo com a necessidade deles. Enquanto na Colônia, havia um ponto específico em seu regimento que determinava as escalas dos presos que deveriam executar o trabalho, estando previamente determinadas pelo encarregado da instituição.

No que diz respeito aos cuidados com a vigilância, percebemos as medidas de precaução ao acesso de parentes, amigos e advogados dos detidos. Para conseguir acesso à unidade deveriam apresentar uma liberação expedida pela Secretaria de Segurança Pública que autorizasse a entrada dessas pessoas na unidade. A liberação possuía o timbre da SSP e seguia sempre assinada pelo próprio Secretário de Segurança Pública. O termo de autorização também especificava o caráter da prisão do indivíduo, neste caso, possuía a descrição “preso político”, como pode ser observado no modelo abaixo:

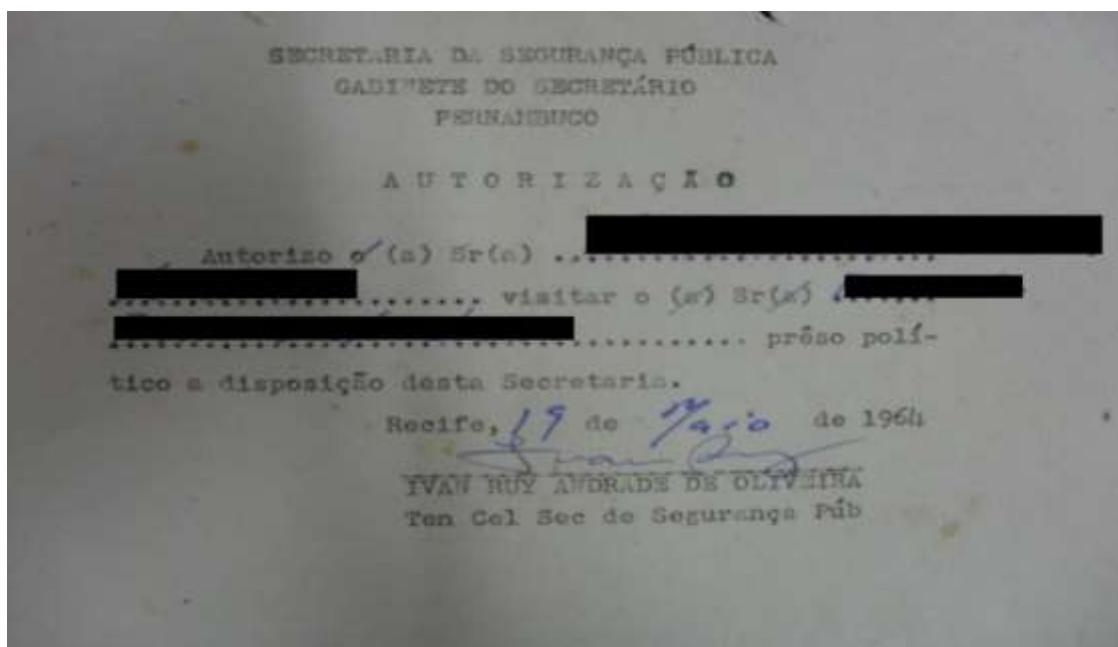


Fig. 3 – Termo de autorização de acesso à Colônia de Férias de Olinda. Fonte: APEJE, Prontuário Funcional nº 29.093.⁵³

⁵³ As tarjas foram inseridas na documentação com a finalidade de preservar a identidade dos indivíduos.

A retirada dos presos mediante a autorização do Secretário acontecia com a finalidade de interrogar os indivíduos. As intermináveis *inquirições* aconteciam na Secretaria de Segurança Pública ou na Delegacia Auxiliar. Nesses lugares, muitas vezes, os presos eram submetidos a violências verbais e/ou físicas, estando à mercê do bom relacionamento com os interrogadores ou das estratégias utilizadas pelos interrogados para burlar os questionamentos levantados. Mais uma vez, Bunina nos revela alguns detalhes desses interrogatórios.

De lá a gente saía e levavam pra secretaria. Lá eram ouvidos, ouviam o camarada, pegavam o depoimento. Tinha lá um camarada, um escrivão que batia na máquina e dizia: oh, vocês digam lá o que quiser, eu não tenho nada a ver com isso. Eu sou contra isso também e pronto. Acabar [sic], ele batia os documentos, quatro, cinco, dois, três ou mais e levava pra o tenente [...] aí lá ele assinava, não perguntava nem nada ao camarada. Ele assinava e o outro dizia: vamos simhora [sic] (Severino Bezerra da Silva, entrevista ao autor em 28/12/2011).

Esta postura do escrivão revela duas possibilidades de compreensão. A primeira delas seria a falta de “profissionalização” do funcionário, no sentido de não haver naquele momento uma seleção prévia dos agentes que possuíam uma afinidade (mesmo que aparente) com a ideologia do regime. A outra seria a aplicação de uma técnica de inquirição adotada por instituições que utilizam os interrogatórios como fonte de informações. Esta técnica consiste em transmitir ao interrogado a sensação de que aquele que questiona não está interessado efetivamente nos dados ou informações e, portanto o interrogado pode se sentir a vontade para revelar aquilo que bem entender sobre o assunto. Seria uma forma de demonstrar que o agente não está contra, mas a favor daquele que presta a declaração. Percebemos no trecho em que o escrivão, ao iniciar o interrogatório, faz questão de afirmar: “*vocês digam lá o que quiser, eu não tenho nada a ver com isso. Eu sou contra isso também e pronto*”.

A retirada dos presos da Colônia de Férias acontecia muitas vezes durante a noite. Severino Bezerra afirma que boa parte da saída para os interrogatórios eram feitas no período noturno e pela madrugada. Saíam geralmente em grupos. O portador do ofício contendo o nome dos presos que deveriam ser retirados para interrogatório, apresentava o documento ao responsável pela unidade (sempre endereçada ao diretor Walter Moreira Lima) que só então liberava a saída dos presos escoltados pelos soldados encarregados. Quando questionado sobre o dia em que foi retirado da Colônia para prestar depoimento na SSP, Severino afirma:

Eu disse um bocado de mentira. (risos) Eu ia dizer o que eu não sabia? O que eu não vi e não sabia? “Não, eu não sei não”, “o povo disse, mas isso é conversa”. Agora tinha coisa que a gente tinha feito mesmo [...] Eu ia dizer o que? Nem eu sabia o que era comunista, o que era política, não sabia o que era... Mas o que é que a gente ia dizer? Mas queriam saber. Aí o camarada tinha que inventar um bocado de mentiras pra fazer a cabeça deles. Assinavam e diziam: vai simhora! [sic]. A meia-noite é que eles soltavam o povo. (Severino Bezerra da Silva, entrevista ao autor em 28/12/2011).

Apesar das tentativas de persuasão através das técnicas utilizadas, os presos conseguiam, a partir de inúmeras táticas, despistar os interrogadores nas inquirições. Segundo Michel de Certeau,

A tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho [...] Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...], mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião” (CERTEAU, 1994, p. 47).

Neste trecho da entrevista é possível observar que muitos presos mentiam para satisfazer aos anseios dos militares que buscavam incessantemente por informações que levassem a outros indivíduos classificados como subversivos. Além de tentar forçar a todo custo a confissão dos detentos para que estes assumissem os atos de que eram por ventura acusados. Muitos – como Severino – eram camponeses que nem sabiam o motivo das prisões. Eram pessoas que foram detidas, interrogadas e muitas vezes submetidas a maus tratos pela mera acusação de “pertencerem a Arraes”.

Após as seções de interrogatórios, os presos retornavam à unidade também mediante um documento que assistia sua devolução. O controle garantia a segurança em manter os suspeitos encarcerados. Abaixo podemos visualizar a estrutura das fichas que ordenavam a saída e o retorno dos presos à Colônia.



Fig. 4 - Ficha de retirada dos presos da Colônia de Férias de Olinda. Fundo: APEJE, Prontuário Funcional nº 29.093.

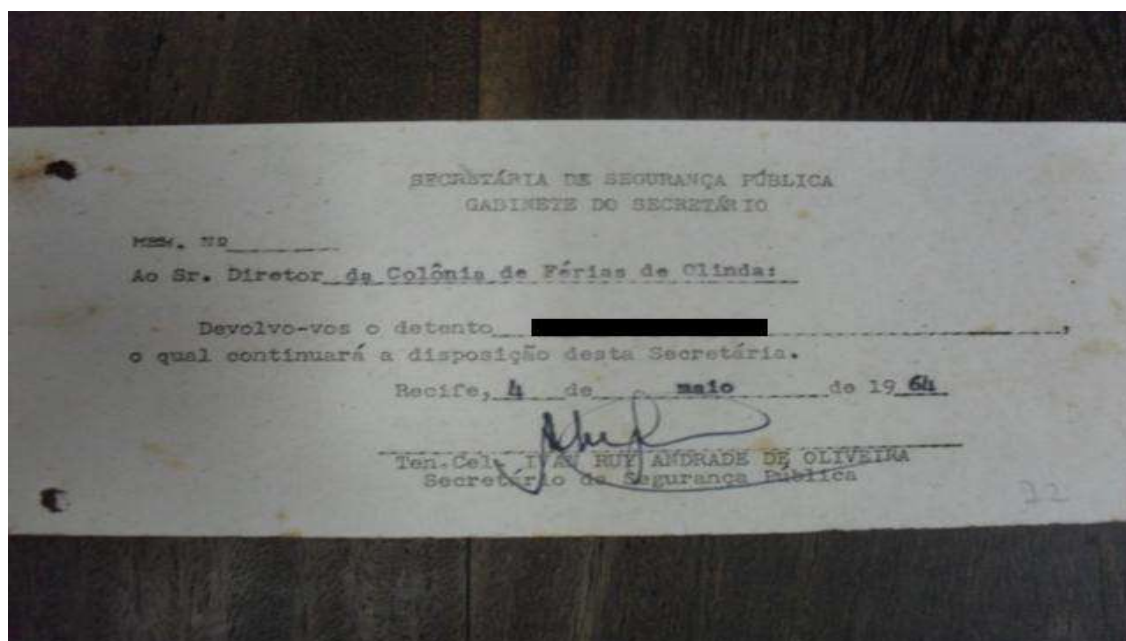


Fig. 5 - Ficha de devolução dos presos à Colônia de Férias de Olinda. Fundo: APEJE, Prontuário Funcional nº 29.093.

Na ficha de saída dos presos consta o nome do agente investigador que fará parte das inquirições dos detidos. Muitos desses agentes possuíam uma classificação e um código no cadastro da DOPS, como vimos anteriormente nos jornais da década de 1930, quando observamos o início do funcionamento desta Delegacia. Ao descrever ou relatar ações de investigadores, os meios de comunicação não noticiavam os nomes dos

agentes, identificando-os com números ou muitas vezes combinações entre números e letras. No caso da ordem de saída da Colônia os nomes dos investigadores são utilizados sem um cuidado prévio de preservação das suas identidades. Posteriormente os militares ficarão mais atentos a esta questão, especialmente no período posterior à criação do Serviço Nacional de Informações.

Ao serem devolvidos após a submissão aos interrogatórios, os presos “continuavam à disposição da Secretaria”, neste caso a SSP, responsável pelas inquirições. Esta afirmativa demonstra que havia uma regularidade na retirada dos presos de acordo com a necessidade de esclarecimentos durante as investigações. Na ficha cadastral onde consta a relação dos nomes e as datas de entrada e saída dos detidos, podem ser encontrados alguns casos de liberação e retorno à unidade. Toda estrutura do funcionamento da Colônia de Férias de Olinda está interligada aos principais órgãos de segurança do estado (a exemplo da SSP e da Delegacia Auxiliar) e foram incorporados ao regime que se instalava através de uma rede de informações que auxiliou o governo durante todo o período da ditadura, como citado anteriormente.

Ao estudar sob a perspectiva do DOPS em Pernambuco a rede de informações instalada no país, a pesquisadora Marcília Gama da Silva sistematizou os principais órgãos de segurança que atuaram entre os anos de 1964 a 1985.⁵⁴ Segundo a mesma, o intercâmbio entre estas unidades foi basilar para a manutenção do controle social na medida em que estes órgãos possuíam uma vasta rede de relações que atuava nas malhas da sociedade e tinham como ponto em comum a utilização da informação e métodos de vigilância permanentes.

Ao nos debruçarmos sobre essa rede, composta por variados órgãos de controle policial que se comunicam entre si, seja nas dependências das unidades DOPS ou nas esferas das Forças Armadas, Polícia Federal e demais órgãos de informação e segurança local/nacional, percebemos como é notório um intercâmbio de proporções grandiosas atuando no intuito de ‘zelar’ por uma determinada ordem social que é defendida sob qualquer pretexto por uma ordem militar (SILVA, 2007, p. 105).

Ao situarmos a Colônia de Férias de Olinda dentro desta lógica informacional, perceberemos uma relação forte entre esta unidade de detenção e os outros órgãos de segurança. Através dos documentos de ordem da instituição emitidos com o timbre da SSP e alguns com envio da Delegacia Auxiliar, podemos traçar um panorama desta rede. Alguns presos políticos antes de serem encaminhados à Colônia ao invés de serem

⁵⁴ SILVA, 2007, Op. Cit.

conduzidos para Secretaria de Segurança Pública (como de costume nesses casos) eram levados à Delegacia Auxiliar, o que corrobora a tese de que a ligação dessas instituições existia com propósitos afins.

Sobre os procedimentos administrativos que norteavam a condução dos órgãos de vigilância, a pesquisadora ressalta que o *pedido de busca*; a *sindicância*; a *parte do serviço* e o *termo de declaração* são pontos-chaves na coleta dos dados que confirmarão a “culpa do suspeito”. É a partir desses procedimentos que a informação será elaborada. Ao levantar possíveis envolvimento com atitudes suspeitas, esses órgãos emitem um pedido de busca que junto com a sindicância intensificavam o levantamento de dados sobre o indivíduo investigado. Neste momento, todo e qualquer envolvimento que estivesse fora do padrão aceito por aqueles que investigam poderia ser determinante nas ações subsequentes.

Após o pedido de busca e a sindicância, a ‘parte do serviço’ seria o passo adiante nas investigações. Este tipo de registro policial produzido pelo próprio investigador, condensaria o resultado dos dados levantados durante o tempo em que o indivíduo foi vigiado. “*O alvo, que ficasse a mercê do agente, fatalmente sobre si, lhe recaia os indícios, as anotações feitas pelo investigador, que iriam figurar na abertura de um prontuário ou dossiê processo a respeito do suposto envolvido*” (SILVA, 2007, p. 54).

Por último, o ‘termo de declaração’ constituía a fase final dos procedimentos. Este termo assinala a produção da confissão do suspeito. Terminado os interrogatórios, o agente responsável pelo caso elaborava o termo em que afirmava a responsabilidade do acusado pelas acusações. Após as inquirições, na presença do responsável pelo caso e do escrivão, o termo era redigido e assinado pelas partes envolvidas. Este documento seria a sentença da ‘verdade’ sobre as acusações referentes àqueles que respondiam o processo e estavam submetidos à sorte da avaliação dos investigadores.

A informação penal escrita, secreta, submetida, para construir suas provas, é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do acusado. E por esta mesma razão, embora no estrito direito isso não seja necessário, esse procedimento vai necessariamente tender à confissão [...] a única maneira para que a verdade exerça todo o seu poder, é que o criminoso tome para si o próprio crime e ele mesmo assine o que foi sábio e obscuramente construído pela informação (FOUCAULT, 2009, p. 39).

Os procedimentos administrativos que conduziam as inquirições aos presos da Colônia de Férias de Olinda revelam que estes indivíduos passavam por essas fases

descritas acima. Severino Bezerra da Silva, por exemplo, passou por todas as fases citadas. O pedido de busca, sindicância e a ‘parte do serviço’ serão precedentes à data de entrada na Colônia. Durante o período em que esteve detido o preso foi retirado da unidade para o interrogatório, que levou à produção do termo de declaração. Nos arquivos do DOPS-PE pode ser conferido o prontuário funcional com os autos do interrogatório de Severino.

Neste prontuário, além das impressões dos investigadores também encontramos depoimentos de pessoas que foram intimadas a colaborar nas investigações. Em suma, são vizinhos e conhecidos do agricultor que moravam na região de Passira e ao serem levados à delegacia local reproduziam o que sabiam e muitas vezes o que ouviam sobre o acusado. Nos autos do processo encontramos frases como “ouviu dizer que o *Bunina* é comunista” ou “ouviu dizer que o *Bunina* andava pelas fazendas insuflando os camponeses contra os proprietários de terras”. E nesse jogo de poucas certezas permeado pelos depoimentos, o escrivão produz finalmente a verdade sobre o acusado:

Por consequência, tôdas as testemunhas ouvidas no presente processo são unânimes em afirmar ser o acusado comunista e agitador e em consequência acha-se incurso nas penas do art. 5º e 11º e suas alíneas da mencionada Lei nº 1802 de 5 de janeiro de 1953, Lei de Segurança do Estado (Fundo: APEJE, Prontuário Funcional: 1129).

Os prontuários funcionais contribuem consideravelmente para compreendermos de que forma a Colônia de Férias de Olinda auxiliou nos primeiros momentos do golpe de 64, articulando junto aos outros aparelhos de vigilância e repressão no período através de uma rede de informações que interligava estas unidades. O prédio onde funcionava o Quartel de Artilharia foi ocupado posteriormente pelo 4º Batalhão da Polícia do Exército em 1º de Julho de 1970 de acordo com a ordem expedida pelo comandante do IV Exército.⁵⁵

Os arquivos aos quais tivemos acesso, não nos possibilita obter informações sobre o funcionamento da Colônia nos anos posteriores ao golpe, restringindo-se, portanto, aos meses iniciais do governo vigente no ano de 1964. No capítulo seguinte, buscaremos traçar um perfil dos presos que passaram pela unidade. Quais os principais envolvimento e motivações que foram determinantes e levaram os militares a criar esta unidade e encaminhar estes homens à detenção.

⁵⁵ Estas informações podem ser encontradas no histórico do 4º Batalhão da Polícia do Exército e estão presentes no site do mesmo. Disponível em <http://www.4bpe.eb.mil.br/o_4bpe/historico.php> . Acesso em 05/06/2012.

3 Perfil dos presos da Colônia de Férias de Olinda e narrativas do medo

3.1 O relatório da eficiência: suspeitos, vigiados e presos.

Ao término das atividades no ano de 1964, a Delegacia Auxiliar de Pernambuco elaborou um relatório sobre a eficiência dos agentes no combate à “subversão” no Estado.⁵⁶ Este relatório contendo um total de 241 páginas entre escritos, análises e anexos, foi apresentado ao Secretário de Segurança Pública, o Tenente Ivan Ruy Andrade de Oliveira. Neste documento encontram-se as principais formas de atuação dos funcionários da delegacia e um resumo das atividades de vigilância sobre os indivíduos classificados como “agitadores” e responsáveis pelo caos e a desordem no Estado, antes da *Revolução de 1º de Abril*.⁵⁷

O Relatório está estruturado da seguinte forma: I – Considerações Gerais; II – Ação sobre o Partido Comunista do Brasil, Secção de Pernambuco; II a – Atividades do Partido Comunista em Pernambuco; III – Histórico do Partido Revolucionário Trotskista, Secção brasileira da 4º Internacional; IV- Situação sindical em Pernambuco; V – Considerações Finais. Em linhas gerais, o documento busca sintetizar as atividades da esquerda pernambucana, particularmente as atividades do Partido Comunista no decorrer do ano de 1964.

Alguns pontos merecem destaque ao analisarmos esta documentação. Entre eles, o histórico traçado pelos agentes sobre os indivíduos suspeitos e integrantes do Comitê Estadual do Partido Comunista. Segundo o relatório, os indivíduos estavam sob monitoramento anos antes do golpe, o que revela uma intensificação da vigilância sobre os grupos suspeitos e as atividades por estes desenvolvidas. O relatório alerta ainda, que alguns grupos mereciam uma atenção maior que outros como, por exemplo, os membros do partido comunista que atuavam junto aos setores da orla marítima, os que atuavam com os trabalhadores do campo e os que estavam engajados nas entidades sindicais.⁵⁸

Os agentes iniciam suas análises afirmando haver uma continuidade do monitoramento dos “suspeitos”, iniciado anos antes pela mesma Delegacia. Este monitoramento diz respeito a outro relatório produzido anos antes e apresentado durante

⁵⁶ Relatório da Delegacia Auxiliar (1964). Fonte: APEJE, Prontuário Funcional nº 29255.

⁵⁷ Os termos *Revolução de 1º de Abril* e *Revolução de 31 de março* são utilizados constantemente no Relatório citado e em outros documentos produzidos pelos militares e funcionários do governo durante o período.

⁵⁸ Cf. Relatório da Delegacia Auxiliar (1964). Fonte: APEJE, Prontuário Funcional nº 29255. Pág. 09.

a II Conferência Nacional de Polícia (1958), descrevendo as atividades do Partido Comunista em Pernambuco. A pesquisadora Arleandra de Lima Ricardo, ao dissertar sobre a DOPS-PE entre os anos de 1945 a 1956, faz uma referência à Conferência anteriormente citada. O relatório foi publicado no livro *Aspectos da atividade do Comunismo em Pernambuco*, tendo sua publicação vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado. Segundo a autora,

Todo o texto é fundamentado em documentos apreendidos do PCB, cuja inclusão visava fundamentar a tese dos conferencistas. Neste sentido, logo no início do livro há um “balanço” da sociedade e da cidade do Recife e das cercanias, visto como uma “prova” da necessidade de que as autoridades ficassem “alerta contra o perigo vermelho”. Este “balanço” só poderia significar a intensão dos comunistas de difundir sua influência por toda a sociedade (RICARDO, 2009, Pág. 41).

A ligação entre o texto de 1964 e o relatório do ano de 1958 nos revela um esforço dos agentes em demonstrar ao Secretário de Segurança Pública que o monitoramento contínuo dos suspeitos resultou no sucesso das ações culminando na prisão dos indivíduos. Nos relatos, a desarticulação do PCB efetivada anos antes pelos agentes policiais em Pernambuco é mencionada com louvor. A retomada das atividades do partido também constitui um ponto chave no panorama apresentado. Os autores responsabilizam o então governador Miguel Arraes e a Frente do Recife pela reestruturação do PCB no Estado.⁵⁹

Com os govêrnos estadual e do Recife tiveram, então, os comunistas tôdas as oportunidades para exercerem suas ações demolidoras da democracia, perturbando a ordem social de molde a quase paralisar as atividades financeiras, econômicas e administrativas no Estado. Havia-se chegado, por assim dizer, ao caos quando a Revolução de 31 de março sustou aquela nefasta ação que arrastaria tôdo o país à ditadura, a anarquia e consequentemente, também ao caos. (Fonte: APEJE, Prontuário Funcional nº 29255. Pág. 7).

Os funcionários da Delegacia Auxiliar mapearam minuciosamente as divisões e subdivisões de atuação do PCB, ressaltando os nomes dos seus membros e a situação desses diante do trabalho executado. Algumas dessas pessoas foram presas na Colônia de Férias de Olinda, integrando, portanto, o quadro estrutural das subdivisões listadas no relatório. Para compreendermos melhor as informações contidas na documentação,

⁵⁹ Sobre a Frente do Recife vide pág. 24.

elaboramos uma tabela contendo a estrutura de atuação do PCB com os respectivos números de pessoas presas, foragidas e detidas no regime de prisão preventiva no ano de 1964.

Tabela 1 - Núcleos de atuação do PCB e a situação dos seus membros no ano de 1964.

NÚCLEOS DE ATUAÇÃO DO PCB	PRESOS	PRESOS COM PRISÃO PREVENTIVA	FORAGIDOS	TOTAL
COMITÊ ESTADUAL DE PERNAMBUCO	1	4	19	24
COMITÊ MUNICIPAL DO RECIFE	2	3	10	15
FRAÇÃO DO CONSELHO SINDICAL DOS TRAB. DE PERNAMBUCO (CONSINTRA)	-	5	5	10
COMITÊ DISTRITAL DO PORTO	-	5	4	9
ORGANIZAÇÃO DE BASE DOS SERVENTUÁRIOS DO PORTO	35	5	-	40
ORG. DE BASE DOS ESTIVADORES	4	-	1	5
ORG. DE BASE DOS ARRUMADORES	2	-	2	4
ORG. DE BASE DOS PORTUÁRIOS	2	2	-	4
ORG. DE BASE DOS CONFERENTES AUTÔNOMOS	2	-	1	3
ORG. DE BASE DOS TRAB. NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	4	-	-	4
ORG. DE BASE DOS MARÍTIMOS PARADOS	-	-	2	2
ORG. DE BASE DO MOINHO RECIFE	1	-	-	1
COMITÊ DOS BANCÁRIOS	2	1	2	5
ORG. DE BASE DO BANCO NACIONAL DO NORTE	-	-	1	1
ORG. DE BASE DO BANCO DO POVO	-	-	1	1
ORG. DE BASE DO BANCO DO BRASIL	3	-	2	5
ORG. DE BASE DA COOPERATIVA DOS USINEIROS	1	-	-	1
ORG. DE BASE DA SECRETARIA ASSISTENTE DO GOVERNO	1	1	13	15
COMITÊ DISTRITAL DO CENTRO	1	2	5	8

ORG. DE BASE DE SÃO JOSÉ	-	1	5	6
ORG. DE BASE DO PINA	1	1	3	5
ORG. DE BASE DOS COMERCIÁRIOS	2	-	2	4
ORG. DE BASE DA PERNAMBUCO TRAMWAYS	2	-	1	3
ORG. DE BASE DO COQUE	-	-	3	3
ORG. DE BASE DA CONSTRUÇÃO CIVIL	-	-	2	2
ORG. DE BASE DA OLIVETTI	2	-	1	3
ORG. DE BASE DOS GRÁFICOS	3	-	5	8
ORG. DE BASE DO I.A.P.I.	8	-	2	10
COMITÊ MUNICIPAL DE GARANHUNS	5	-	6	11
ORG. DE BASE DO ARRAIAL	3	-	5	8
ORG. DE BASE DO CENTRO	5	-	1	6
ORG. DE BASE DA RUA DA AREIA	3	-	4	7
ORG. DE BASE DE SÃO JOSÉ * ⁶⁰	-	-	5	5
COMITÊ MUNICIPAL DE GOIANA	11	-	1	12
ORG. DE BASE DAS QUINTAS	1	-	-	1
ORG. DE BASE DA BAIXINHA	1	-	-	1
ORG. DE BASE DO ARAME	-	-	1	1
COMITÊ MUNICIPAL DE OLINDA	3	-	4	7
ORG. DE BASE DE PEIXINHOS	3	-	3	6
COMITÊ MUNICIPAL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	-	1	4	5
ORG. DE BASE DAS MULHERES	-	1	3	4

Fonte: APEJE, Prontuário Funcional nº 29255. ⁶¹

Através dos dados apresentados, observa-se o quanto o PCB procurou deslocar estrategicamente os seus membros. É o caso de alguns núcleos em que observamos uma atuação mais intensa do que outros, a exemplo da Organização de Base dos

⁶⁰ No Relatório, a *Organização de Base de São José* aparece em momentos diferentes com nomes e dados divergentes.

⁶¹ É importante ressaltarmos que não totalizamos a tabela 1 tendo em vista que muitos desses membros atuavam em mais de um núcleo dessas subdivisões. Desta forma, os nomes de alguns desses indivíduos aparecem repetidos no relatório, o que alteraria os dados finais. Optamos, portanto, por descrever os dados da forma como estes foram apresentados na documentação.

Serventuários do Porto. Não para menos, este núcleo foi estudado e vigiado com maior atenção pelos agentes da Delegacia Auxiliar – conforme citado anteriormente. Ainda de acordo com a tabela, outro dado importante além do número efetivo de presos e foragidos, são os presos detidos no regime de prisão preventiva.

Esta dinâmica, muito presente na conduta dos governos ditatoriais, demonstra o cuidado em identificar os indivíduos que possivelmente podiam ameaçar a estabilidade através da resistência. Desta forma, todos passavam a ser considerados suspeitos até que se provasse o contrário. “*No período da ditadura militar, mais do que em qualquer outro, o comunista representou esse elemento perigoso, perturbador e nocivo; no limite, alguém possuído por forças malignas e incontroláveis. Um elemento a quem se devia temer*” (MAGALHÃES, 1997, p. 213).

Daí a necessidade das prisões preventivas. Quanto mais houvesse um isolamento daqueles que eram considerados suspeitos, mais fácil seria a identificação dos seus “crimes”, o mapeamento de suas atuações e a produção da verdade sobre eles. O medo de que os comunistas pudessem liderar uma Revolução e acabar com os privilégios das camadas sociais mais abastadas estava presente no imaginário das elites locais. Particularmente na região delimitada como Nordeste, este medo de uma Revolução comunista passava cada vez mais a ocupar os noticiários nacionais e internacionais, tendo em vista o descaso com as camadas populares e a conscientização das mesmas lideradas em sua maioria pelos comunistas e militantes da esquerda no país.⁶²

O Nordeste do Brasil tornou-se uma parada obrigatória nas viagens de todo mundo na América do Sul. Políticos e funcionários do governo, universitários, jornalistas e escritores, distintos visitantes procedentes de vários países seguiam-se uns aos outros, entrando e saindo do Recife, a fim de dar uma olhada em primeira mão nas agitações revolucionárias (...). Os nordestinos podiam verdadeiramente sentir que o mundo inteiro os estava observando. Se o mundo entendia ou não o que via, isso era outra questão (PAGE, 1972, p. 29).

Motivados pela possível ameaça, os militares empreenderam uma série de prisões pelo país. A contribuição dos civis foi importante na medida em que através das denúncias efetuadas, os militares detiveram o controle das informações sobre os

⁶² O jornal *The New York Times*, por exemplo, publicou uma matéria em 31 de Outubro de 1960 afirmando que estava cada vez mais evidente o surgimento de uma possível Revolução no Nordeste brasileiro, essencialmente pela situação de pobreza e seca da região. Os relatórios da CIA produzidos durante o período também confirmam esta preocupação. Sobre a repercussão internacional e a relação dos Estados Unidos com a região Nordeste do Brasil Cf. PAGE, Joseph. *A Revolução que Nunca Houve*. Rio de Janeiro: Record, 1972 ; PORFÍLIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959 – 1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

indivíduos perseguidos. É compreensível o pavor tomado pela população se levarmos em consideração as inúmeras publicações com teor negativo sobre os comunistas nos periódicos e meios de comunicação de forma geral. Vale ressaltar, entretanto, que o apoio maior dos setores civis estava ligado ao empresariado brasileiro.

Os comunistas eram pejorativamente classificados como ateus, bandidos, e não patriotas que tinham como objetivo acabar com a paz e instalar o caos na sociedade. Esse enraizamento da visão sobre o comunismo foi construído ao longo dos anos no Brasil a partir do que Motta (2002) classificou como “matrizes do anticomunismo” (Igreja Católica, Nacionalismo e Liberalismo). No período do golpe militar, essas matrizes se mostram de maneira ainda mais evidente.

A segunda eclosão mais significativa do anticomunismo no Brasil, não considerando a conjuntura de 1946-1947, teve lugar no início dos anos de 1960. Mobilizações contra o comunismo ocorreram também durante a década de 1950, [...] mas elas ocuparam papel secundário no cenário político. Entre 1961 e 1964, ao contrário, o anticomunismo adquiriu uma importância preponderante, sendo a fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março (MOTTA, 2002, p. 231).

Bombardeados constantemente pela série de informações a respeito dos comunistas, a sociedade passou a assimilar os discursos, confiantes de que contribuindo com o governo a partir das denúncias, receberiam em contrapartida a proteção e segurança desejadas. Neste ponto, concordamos com Jean Delumeau (1999) quando este afirma que a necessidade de segurança é fundamental e está na base da afetividade e da moral humanas (DELUMEAU, 1999, p. 19). Entretanto, o mesmo autor nos alerta para a ambiguidade do medo. Embora este exista e faça parte da condição humana, sua intensidade pode provocar danos ao indivíduo e/ou a sociedade.

No entanto o medo é ambíguo. Inerente à nossa natureza é uma defesa essencial, uma garantia contra perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte [...]. Mas se ultrapassa uma dose suportável, ele se torna patológico e cria bloqueios. Pode-se morrer de medo, ou ao menos ficar paralisado por ele (DELUMEAU, 1999, p. 19).

Alguns autores dedicaram uma atenção especial ao tratar sobre o medo que permeou no imaginário da sociedade brasileira nos anos que antecederam o golpe militar, ou até mesmo a permanência do sentimento e de que forma este foi utilizado

pelos agentes do Estado como uma postura adotada para assegurar o controle social.⁶³ Entre os trabalhos que abordam esta temática, destacamos o da historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2006), Pablo Porfírio (2009) e o de Antônio Montenegro (2008). Este último, por exemplo, desenvolve uma série de pesquisas relacionadas ao tema, analisando desde os acervos de periódicos pernambucanos das décadas que antecederam o golpe, até os discursos das pessoas que vivenciaram o período tomando como base os relatos orais dos mesmos.

A problemática do medo começou também a despertar o interesse em estudá-lo, quando notadamente nas matérias publicadas na imprensa (principalmente na década anterior ao golpe de 1964) constantemente a sociedade é apresentada como se encontrando desgovernada politicamente, ameaçada em suas instituições fundamentais como a família e a propriedade e um dos seus princípios básicos a religião cristã. De alguma forma observa-se como é construída na e para a sociedade uma forma de percepção e compreensão de insegurança e medo, acerca dos mais diferentes acontecimentos sociais, políticos e econômicos. O sentimento de insegurança e medo passa a ser associado ao cotidiano da vida das pessoas (MONTENEGRO, 2008, p. 17).

Na expectativa de que seriam salvos do “comunismo ateu” e dos “terroristas”, muitas pessoas, na mesma perspectiva dos grandes proprietários com relação aos seus trabalhadores, denunciaram integrantes das Ligas Camponesas, líderes de sindicatos e membros do PCB. Dirigentes de Ligas Camponesas e de sindicatos rurais foram detidos e, muitos deles assassinados, sem que seus familiares tenham conseguido obter qualquer nota oficial sobre o paradeiro dessas pessoas (COELHO, 2004, p. 214). Outras foram detidas, devidamente fichadas e compõem as inúmeras listas de presos políticos no país, como é o caso dos que ficaram detidos na Colônia de Férias de Olinda.

⁶³ Sobre este tema analisamos uma documentação referente à “fabricação do informante” durante os anos de governo militar e de que forma a sociedade civil colaborou (motivados pelo medo e/ou por interesses pessoais) com os órgãos de segurança. Para mais informações Cf. SILVA, José Rodrigo de Araújo. *Colaboradores a favor da ordem: a participação da sociedade junto aos órgãos de repressão na cidade do Recife*. Anais do III Colóquio de História – Brasil: 120 anos de República. UNICAP. Recife. 2009.

3.2. O perfil dos presos.

Como observamos no capítulo anterior, a Colônia de Férias surge como local estratégico de detenção dos presos políticos com a finalidade de isolá-los enquanto as investigações e os Inquéritos Policiais Militares prosseguiam sendo analisados caso a caso. Alguns desses presos possuíam ligação com o Partido Comunista, Sindicatos, Ligas Camponesas ou eram trabalhadores autônomos, comerciantes etc. Boa parte dos que foram detidos possuíam vínculos com o funcionalismo público, tanto de ordem municipal, quanto estadual ou federal.

No gráfico 4 ao esquematizarmos os núcleos de atuação do PCB no Estado, de acordo com o Relatório da Delegacia Auxiliar, mencionamos o fato de termos identificado membros desses núcleos na lista de presos políticos que passaram pela Colônia de Férias. Este é um indício de que os presos que estiveram na unidade eram cuidadosamente estudados e selecionados para integrar o grupo, ou tinham ao menos algum critério pré-estabelecido. Identificamos que um dos critérios adotados era o sexo do detento. Todos os presos que estiveram na Colônia e foram listados nas fichas de cadastro no ano de 1964 eram do sexo masculino.

Se existiam critérios como o nível de “subversão” do indivíduo ou a confirmação de suas atuações no Partido Comunista ou dissidências de esquerda, infelizmente a documentação referente ao prontuário da Colônia não esclarece. Entretanto, o que podemos inferir é que muitos desses presos possuíam os elementos necessários para que os militares pudessem classificá-los como “nocivos ao bem estar da sociedade”.

Estes elementos eram múltiplos e revelam os primeiros passos (ainda frágeis) do regime em tentar isolar esses indivíduos. A fragilidade, neste momento, possui um caráter de adaptação à nova ordem vigente. Após a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1964, o critério para selecionar os presos passou a ser mais seletivo. Paulo Cavalcanti (1980), em suas memórias, afirma que no Estado de Pernambuco havia no primeiro momento uma concentração dos presos políticos na Secretaria de Segurança Pública, para só depois estes serem encaminhados às unidades de detenção do Estado.

Elaboramos algumas tabelas com a finalidade de traçarmos um perfil geral dos presos na unidade. A princípio, detalharemos a quantidade média de presos de acordo com suas profissões e atividades.

Tabela 2 - Perfil das profissões e atividades dos presos detidos na Colônia de Férias de Olinda.

PROFISSÕES	NÚMERO DE PRESOS
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS FEDERAIS	13
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS	2
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	2
AGRICULTORES	6
COMERCIANTES	5
CAMPONESES	4
ADVOGADOS	3
MOTORISTAS	3
OPERÁRIOS	3
TECELÃO	1
BARBEIRO	1
ESTUDANTE	1
PADEIRO	1
GRÁFICO	1
CARPINTEIRO	1
FERROVIÁRIO	1
GAZETEIRO	1
AJUDANTE DE MECÂNICO	1
PORTUÁRIO	1
BICHEIRO	1
MAQUINISTA	1
LINOTIPISTA	1
*ATIVIDADES NÃO IDENTIFICADAS	5

Fonte: APEJE, Prontuário Funcional nº 26981.

O maior número de detentos está concentrado no agrupamento dos Funcionários Públicos Federais. Neste grupo, encontramos além desta classificação, os seus respectivos locais de trabalho. Estes detentos possuíam cargos no Instituto de

Aposentados e Pensionistas da Indústria - IAPI, Departamento Nacional de Endemias Rurais – DNERU, Correios e Ministério do Trabalho. Os funcionários públicos municipais e estaduais estariam, de acordo com a documentação, em mesmo número. Dos dois funcionários municipais, um não possui classificação específica de suas atividades, o outro é classificado como funcionário do departamento de limpeza pública da cidade do Recife. Dos funcionários estaduais, um aparece como tabelião no município de Timbaúba (interior do Estado) e o outro é classificado como funcionário do chafariz de um bairro do subúrbio recifense.

Em linhas gerais, acreditamos que a concentração maior de vigilância no funcionalismo público federal tem uma forte relação com o poder de atuação dessas esferas. Cabe, neste momento, lembrarmos que muitos funcionários públicos tiveram suas aposentadorias forçadas de acordo com o Ato Institucional nº 1 (AI-1). Se identificados no período de 6 meses após sua decretação o envolvimento de funcionários do poder público em movimentos contrários aos objetivos do governo que se instalara, estes estariam sujeitos à demissões, à aposentadorias forçadas e ao desligamento dos respectivos cargos, como subscreve o artigo 7º do AI-1.

Art 7º - Ficam suspensas, por 6 (seis) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos (Ato Institucional Nº 1, Disponível em http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_2.htm. Acesso em: 05/12/2012).

O prazo de seis meses seria tempo suficiente para que fossem executadas as investigações e os processos através dos Inquéritos Policiais Militares – IPMs. A respeito da abertura desses processos contra os indivíduos suspeitos, o artigo 8º do mesmo Ato esclarece que *“Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados*

individual ou coletivamente”. Sendo assim, muitos detidos foram enquadrados coletivamente nos IPMs sob a alegação de cometerem o mesmo crime. Na Colônia de Férias de Olinda, por exemplo, identificamos alguns desses casos, como veremos no tópico seguinte.

Em Pernambuco, Fernando Coelho (2004) descreve com detalhes os procedimentos utilizados durante as investigações.

Em todas as repartições públicas do Estado foram constituídas comissões de sindicância ou de inquérito, para receberem denúncias e apurarem supostos atos de corrupção e de subversão, aprioristicamente atribuídos à responsabilidade dos ex-dirigentes afastados. Em algumas delas, chegaram a ser instaladas caixas coletoras, para recolhimento de denúncias anônimas. Que eram divulgadas, sem ao menos o conhecimento dos acusados e sem qualquer esforço para apurar sua procedência (COELHO, 2004, p. 213).

Além dos funcionários públicos, na tabela sobre as profissões e atividades dos detentos, podemos identificar as mais diversificadas funções. De advogados a camponeses, passando por comerciantes, motoristas, operários e até um ajudante de mecânico. Segundo Bunina, preso da Colônia, essas pessoas permaneciam juntas, sem uma subdivisão no interior da unidade. Sendo assim, todos eram tratados da mesma forma diante dos militares, não havendo, portanto, uma seleção por importância ou distinção de camadas sociais.

Outra classificação identificada ao analisarmos a documentação, era a concentração por área do Estado. Muitos presos residiam no Recife e região metropolitana, mas boa parte deles morava no interior como podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 3 - Locais de residência dos presos da Colônia de Férias de Olinda.

MUNICÍPIOS	PRESOS
RECIFE	31
OLINDA *	1
SIRINHAÉM	3
BARREIROS	2
PASSIRA	2

JOÃO ALFREDO	1
CABO DE SANTO AGOSTINHO	1
CARPINA	1
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	1
JABOATÃO	1
PAULISTA	1
GOIANA	2
GRAVATÁ	1
PAUDALHO	1
IPUTINGA	1
LIMOEIRO	1
TIMBAÚBA	2
**LOCAIS NÃO IDENTIFICADOS	6

Fonte: APEJE, Prontuário Funcional nº 26981.⁶⁴

Os municípios de Olinda, Jaboatão, Paulista, Cabo de Santo Agostinho e o bairro da Iputinga (Recife) pertencem a Região Metropolitana do Recife. Os municípios de Sirinhaém, Barreiros, Carpina, Vitória de Santo Antão, Goiana, Paudalho e Timbaúba, compõem a região da Zona da Mata do Estado. Já os municípios de Passira, Gravatá, João Alfredo e Limoeiro estão localizados na região do Agreste pernambucano.

A maior concentração de presos por área mapeada encontra-se na cidade do Recife e Região Metropolitana, como explicitada na tabela. Boa parte dos detentos que passaram pela unidade e moravam nesta região eram ligados ao movimento sindical, como é o caso dos presos políticos Edvaldo Ratis e José Pedro da Cruz. Ligado ao sindicato dos gráficos do estado, Ratis foi encaminhado inicialmente para a Colônia de Férias no dia 28 de Abril de 1964, permanecendo na unidade até o dia 12 de Junho. José Pedro da Cruz possuía vínculo com o sindicato dos portuários. O mesmo entrou na unidade no mesmo dia do Edvaldo Ratis, mas permaneceu até o dia 2 de maio de 1964.

Segundo Márcio Moreira Alves (1996), ambos sofreram abusos durante as prisões. Edvaldo foi um dos presos que durante a detenção foi espancado por policiais e segundo relatos perdeu alguns dentes após as torturas. Já José Pedro foi espancado enquanto esteve na Secretaria de Segurança Pública, logo nos primeiros momentos da

⁶⁴ * A informação sobre o preso que residia no município de Olinda não consta neste prontuário, esta informação foi obtida através de entrevistas e buscas na internet.

detenção e dos interrogatórios. Ambos integram, portanto, a lista de pessoas que foram interrogadas pela comissão civil durante as investigações sobre os abusos e torturas em Pernambuco nos meses subsequentes ao golpe.⁶⁵

O caso do Edvaldo Ratis, entretanto, vai além das questões sindicais. Membro ativo do PCB, Ratis é citado no relatório da Delegacia Auxiliar como integrante do núcleo de Organização de Base dos Gráficos.⁶⁶ Outro fator que possivelmente pode ter influenciado sua perseguição é o fato deste ter sido funcionário do jornal pernambucano *Última Hora*. Este periódico integrava a lista de instituições vigiadas e visadas pelos militares. Nos meses que precederam o golpe, as matérias publicadas no jornal já apontavam para sua tendência aos ideais da esquerda e consequentemente havia uma crítica aos ideais defendidos pelos políticos ligados às elites do Estado. O posicionamento dos líderes do jornal também estava refletido na conduta e atuação dos seus funcionários.

Os presos que residiam nas cidades e distritos fora do eixo Recife-Região Metropolitana, estavam ligados, em sua maioria, ao mundo rural e ao trabalho no campo. Este é um dado importante levando em consideração a quantidade expressiva de agricultores e integrantes das ligas camponesas e dos sindicatos rurais que foram presos durante os momentos iniciais do golpe. Entre as centenas de pessoas ligadas ao meio rural que foram detidas, uma pequena parte esteve presente na Colônia de Férias. Estes presos, ao que nos parece, não foram escolhidos ao acaso para integrar a unidade, pois muitos representavam *status* de liderança em suas atuações, como é o caso do líder camponês José Francisco de Souza (Zezé da Galileia), e do deputado Clodomir Moraes (integrante do movimento das Ligas Camponesas).

Os argumentos utilizados como forma de acusação aos demais detentos são basicamente os mesmos. Acusações de insuflar camponeses contra os seus patrões, de serem integrantes do Partido Comunista, dos sindicatos urbanos e principalmente dos sindicatos rurais. São muitos os casos que exemplificam essas acusações contra os presos que estiveram presentes na Colônia de Férias de Olinda. Com a finalidade de entendermos melhor o universo ao qual estavam inseridas essas pessoas, abordaremos

⁶⁵ Em virtude das constantes denúncias a respeito das torturas em Pernambuco, foi criada em setembro de 1964 uma Comissão Civil de Investigações para averiguar a procedência dos relatos. O trabalho de investigação da comissão, bem como as denúncias contendo os nomes dos torturadores e os depoimentos de alguns presos políticos torturados, foram detalhados por Márcio Moreira Alves e estão presentes no livro *Torturas e Torturados*. Para maiores informações Cf. ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro: S/e, 1996.

⁶⁶ Relatório da Delegacia Auxiliar (1964). Fonte: APEJE, Prontuário Funcional nº 29255. Pág. 17.

algumas de suas histórias através de relatos e dos prontuários sobre esses indivíduos presentes no Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

3.3. O Fidel Castro de Passira e outras *personas non gratas*.

Até meados de 1960, o município de Passira na região do Agreste pernambucano era um distrito anexo ao município de Limoeiro.⁶⁷ Como boa parte da região em que se localizava, Passira possuía uma economia voltada ao setor rural que era a principal fonte de renda de sua população. A situação dos trabalhadores rurais neste período era de enorme precariedade. Além de não estarem devidamente acobertados pela lei, pois a CLT não estabelecia especificidades ao trabalho no campo, estes trabalhadores eram submetidos aos mandos e desmandos de seus patrões e das exigências estabelecidas por estes para os usos da terra.

Alguns fatores influenciaram fortemente a organização política e sindical dos trabalhadores rurais. O desejo de mudança partiu da necessidade de melhores condições de vida e trabalho. Além das péssimas condições na execução das tarefas, os trabalhadores eram mal remunerados pelos seus patrões, tendo muitas vezes o valor dos seus baixos salários reduzidos como forma de compensação por eventuais prejuízos na desvalorização do produto.

Ao final do mês, com tamanha precariedade, muitos trabalhadores dessas lavouras não possuíam renda suficiente para a compra de alimentos nos mercados convencionais, ficando a cargo de obtê-los nos chamados “barracões”. O barracão era uma espécie de armazém para o uso dos empregados das propriedades rurais. Como “benefício”, os trabalhadores que não tinham dinheiro suficiente poderiam comprar os produtos (que eram superfaturados) e pagá-los no mês seguinte. A questão é que no mês subsequente, tendo que consumir novamente os alimentos e com uma dívida em pendência do mês anterior, esse saldo só aumentava, gerando uma relação de dependência entre o empregado e o patrão.

Se (o funcionário) ficava devendo muito, tomava empréstimo ao patrão. Se o empréstimo ficava muito alto, o patrão o ameaçava de

⁶⁷ O município de Passira conquistou sua emancipação política em 20 de dezembro de 1963. Entretanto, nos prontuários e relatórios referentes ao ano de 1964, sempre que mencionado, o município aparece com o nome de *Vila Passira*.

desconto no próprio salário. Sua única possibilidade, então, seria tentar sair e encontrar um outro proprietário que lhe desse um adiantamento para saldar o débito, “vendendo-se” ao novo proprietário. Caso isso não acontecesse, teria que tentar fugir. Se preso, ficava na propriedade do credor trabalhando durante o dia e preso à noite sob vigilância (ANDRADE apud ABREU E LIMA, 2005, p. 24).

O uso da violência era constante nesses lugares. Em muitos casos a violência era utilizada como forma de intimidação, para determinar o lugar social ocupado por cada uma das partes. Os patrões contratavam administradores para suas fazendas com o intuito de que estes vigiassem e controlassem a produção, ameaçando quando necessário os trabalhadores para garantir a produtividade e um trabalho sem protestos, pois o simples ato de contestar as ordens e imposições dos patrões já era motivo para justificar as perseguições dos encarregados.

A violência era comum nos engenhos e as injustiças, constantes. Camponeses eram expulsos sem nada receber e suas plantações eram destruídas. Trabalhadores eram espancados ante a acusação de terem chupado um pedaço de cana, chegando às vezes à morte, em decorrência das sevícias sofridas.

Tomar posição contra essa situação era muito arriscado. Se isso acontecia, significava a perda do trabalho e expulsão do engenho. Dependendo do caso, o morador indignado tinha mesmo que fugir correndo, deixando tudo para trás, antes que violência maior o atingisse (ABREU E LIMA, 2005, p. 26).

Diante de toda esta situação, muitas pessoas dedicavam-se a orientar esses trabalhadores. Na maior parte dos casos a orientação partia de uma consciência política comum ao período. Vale ressaltar que, de um modo geral, o índice de analfabetismo era intenso e particularmente acentuado no meio rural. Sendo assim, muitas vezes os patrões aproveitavam-se da falta de instrução de seus funcionários e beneficiavam-se de suas limitações. O incentivo à sindicalização seria uma forma de conscientizar os trabalhadores quanto à garantia dos seus direitos, além de auxiliá-los juridicamente quando necessário.

Cirilo Diniz de Carvalho foi uma dessas pessoas que através de uma consciência política dedicou-se a orientá-los. Cirilo assumia o cargo de chefia na agência dos Correios e Telégrafos de Passira no ano de 1964. Pelo tamanho de sua barba era popularmente conhecido como “Fidel Castro” e segundo relatos dos moradores,

dedicava-se a conversar com os camponeses tendo como finalidade a sindicalização dos mesmos.⁶⁸

A ausência da relação entre as funções atribuídas a Cirilo na agência dos Correios e seu engajamento pela causa dos trabalhadores rurais, logo despertou especulações sobre a ligação deste ao Partido Comunista. Essa suspeita foi acentuada pelo vulgo popularmente conhecido (Fidel Castro) e pela postura assumida diante da política local. Segundo os relatos dos moradores, Cirilo andava pelas fazendas orientando os trabalhadores a não pagarem o foro das terras⁶⁹ e a permanecerem nas propriedades, mesmo a contragosto dos seus patrões.

Tendo em vista esse e outros casos similares, no dia 24 de abril de 1964 o Secretário de Segurança Pública resolve designar uma comissão composta pelo promotor público Jarbas Correia Guerra e pelo oficial do Exército 1º Ten. Benedito Grangeiro Costa, com a finalidade de investigar tais casos. Posteriormente, o promotor Jarbas foi substituído por José Milton de Castro Almeida para presidir as investigações. A comissão seria responsável por *“apurar a responsabilidade dos que atentaram contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública, nos municípios de Carpina, Limoeiro e São Lourenço”* (Fundo: APEJE, Fonte: 1119. p. 8).

Como na ocasião Passira ainda era um distrito de Limoeiro, ficou a cargo desta comissão investigar o caso do ‘Fidel Castro’ e de outros suspeitos locais. Além de Cirilo Diniz de Carvalho, estavam sendo acusados Djalma Dutra de Barros, também funcionário dos Correios, José Sidrônio de Santana, funcionário público ligado ao setor da saúde, Evaristo Amaro de Lima, também da área da saúde e Severino Bezerra da Silva (Bunina), trabalhador do setor rural. Enquanto estavam sendo investigadas, essas pessoas foram encaminhadas à Colônia de Férias de Olinda.

Às 10h30min do dia 4 de maio do corrente ano, deu-se início à seção dos interrogatórios no município de Passira. Foram intimadas seis testemunhas para prestar depoimento sobre os acusados.⁷⁰ As informações são basicamente as mesmas, possuindo pouca variação entre uma declaração e outra. A primeira testemunha inicia seu relato afirmando que conhecia o primeiro acusado – Cirilo – há aproximadamente

⁶⁸ Inquérito – Cirilo Diniz de Carvalho. Fonte: APEJE, Fundo: 1129.

⁶⁹ Foro seria uma espécie de tributo pago pelos camponeses aos patrões como condição para uso das terras.

⁷⁰ Para preservarmos a identidade dos depoentes, substituiremos seus nomes pelo termo “testemunha”. Os mesmos serão diferenciados através de uma ordem, respeitando a sequência dos depoimentos e a forma em que foram apresentadas no inquérito.

dois anos. Segundo a testemunha, este senhor, nos primeiros anos de trabalho nos Correios, dedicava-se exclusivamente ao trabalho, mas assim que o Governador Miguel Arraes assumiu o cargo, Cirilo passou a apoiar o governador e a incorporar a sua política, assumindo, portanto, uma postura favorável à defesa dos camponeses.

Ouviu dizer que Cirilo em pregações pelas fazendas das redondezas, procurava doutrinar humildes camponeses, dizendo-lhes não pagar o fôro das terras em que trabalhavam e que não saíssem do local de trabalho, pois, “o tempo bom vinha por aí” (Testemunha 1, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 14).

O “tempo bom” seria uma referência ao momento em que o governador Miguel Arraes passaria a intervir na questão agrária em defesa dos trabalhadores rurais. Cirilo tentava agregar os camponeses para que juntos estes não temessem as imposições dos seus patrões orientando-os à sindicalização. A postura assumida por Cirilo nos remete à política adotada pelas esquerdas no período. Quando questionado sobre a suposta participação política do acusado, a testemunha nega ter conhecimento do envolvimento de Cirilo com o Partido Comunista, bem como afirma não saber se o acusado utilizava-se de suas atividades como funcionário dos correios para repassar “material subversivo” aos moradores locais.

Os habitantes do distrito, diziam e comentavam sempre, que Cirilo era um grande agitador dos camponeses, mas que não ouviu dizer ser o mesmo comunista; que não sabe dizer se Cirilo abusava de sua função para distribuir no município material subversivo; que Cirilo, em dias de trabalho, quando se dirigia para as fazendas para as suas pregações subversivas, deixava no Correio o funcionário Djalma Dutra, carteiro (Testemunha 1, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 14).

Neste ponto entra em cena o segundo acusado, o carteiro Djalma Dutra de Barros. Os motivos pelos quais Djalma foi acusado de subversão são claros. Para a comissão que formalizou as denúncias, Djalma seria conivente com os ideais defendidos por Cirilo e, por esta razão, ficava em seu lugar quando este saía nas propriedades rurais conversando com os camponeses. Todas as testemunhas, entretanto, afirmam ter sido de grande surpresa para a comunidade a prisão do segundo acusado, pois o mesmo nunca havia demonstrado sinais de envolvimento político ou de conduta esquerdista, como podemos observar no depoimento da primeira testemunha.

Com referência ao segundo indiciado, Djalma Dutra, carteiro dos correios, informa que conhece Djalma desde menino e que por isso, tanto ele depoente, como a população local, ficaram bastante surpresos com a prisão de Djalma, pois aqui ninguém o tem como comunista, ou agitador de qualquer espécie; que não sabe nem jamais ouviu falar, ter Djalma tomado parte em qualquer reunião de caráter subversivo, em comícios agitacionistas e nem tão pouco pregando ideias comunistas entre os camponeses ou qualquer outro trabalhador. Que ele depoente tem a impressão de que Djalma foi prêso, por ser colega de trabalho de Cirilo, pensamento idêntico tem pessoas de minha família e outras com quem conversa a respeito (Testemunha 1, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 14-15).

Todas as testemunhas são unânimes no discurso. Afirmam que nada sabem sobre Djalma, nem sobre o seu envolvimento com o comunismo. Possivelmente esta prisão enquadra-se na lógica da suspeição, discutida anteriormente, em que o indivíduo passa a ser considerado suspeito pelo simples fato de ter algum envolvimento com terceiros considerados nocivos à segurança do país. Além de não ter indícios de seu envolvimento com o comunismo, todos afirmaram que Djalma possuía uma conduta ética e responsável em suas atribuições no trabalho.

O terceiro suspeito, José Sidrônio de Santana possui um envolvimento ainda menor. De acordo com as testemunhas, o mesmo seria funcionário da saúde e morava no Recife, visitando constantemente seus parentes que residiam em Passira. Nenhum dos que testemunharam fizeram qualquer referência ao fato deste indivíduo ser ligado ao comunismo ou ter qualquer envolvimento com a questão dos trabalhadores rurais. Os autos do inquérito também não esclarecem de forma objetiva os motivos pelos quais José Sidrônio foi preso e envolvido nas investigações. Possivelmente, o mesmo pode ter levantado suspeita pelas visitas recorrentes ao distrito, como podemos perceber através do relato da segunda testemunha.

Quanto ao terceiro indiciado, José Sidrônio de Santana, diz que o conhece a uns sete anos aproximadamente e que o mesmo é funcionário federal, trabalhando no Recife, não sabendo nada a respeito que desabone sua conduta funcional; que quando vem a Passira é em visita aos seus familiares que jamais ouviu dizer que ele acusado, pregasse qualquer espécie de agitação entre as classes sociais; [...] que não compreende a razão da prisão de Sidrônio, pois o mesmo nessas redondezas, jamais se mostrou nem mesmo simpatizante do comunismo (Testemunha 2, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 16).

Mais uma vez o medo parece permear as suspeitas sobre os acusados. Mesmo sem uma acusação clara e objetiva, ou “provas” que justificassem a prisão de José

Sidrônio, o acusado foi provavelmente considerado suspeito por realizar visitas periódicas aos seus familiares. Assim como este, muitas outras pessoas foram detidas por serem consideradas suspeitas, mesmo sem argumentos consistentes que justificassem tais prisões. José Sidrônio permaneceu na Colônia de Férias de Olinda entre os dias 28 de abril e 20 de maio de 1964, até que formalmente fosse inocentado pela comissão que investigava o caso.

Evaristo Amaro de Lima, quarto suspeito presente no inquérito, também foi detido pelos mesmos motivos que levaram Cirilo à prisão. No caso de Evaristo, além da acusação de argumentar junto aos camponeses com o intuito de sindicalizá-los, há uma clara menção a questão do comunismo. De acordo com a primeira testemunha, Evaristo havia mencionado em uma conversa com dois amigos que o “comunismo é bom”. A conversa teria ocorrido em um hotel de Passira com a presença do dono do estabelecimento. A terceira testemunha que prestou depoimento sobre o caso é o referido dono do hotel em que havia acontecido a declaração, confirmando, portanto, o depoimento prestado anteriormente.

Com respeito ao quarto indiciado Evaristo Amaro de Lima, diz ele depoente conhecê-lo há muito tempo; que Evaristo certa vez no hotel dele depoente disse para o senhor X, residente em Limoeiro que “o comunismo era uma lei bôa”; que Evaristo levava camponeses para Limoeiro, para sindicalizá-los, não sabendo êle depoente se para o sindicato rural ou ligas camponesas. (Testemunha 3, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 18).

Correndo à boca solta esta informação, muitos moradores de Passira passaram a especular o fato de que Evaristo era comunista. Entretanto, esta informação era apenas especulação. Quando aberto o inquérito para investigar o caso, as consequências da prisão rapidamente recaíram sobre Evaristo. Ao ser encaminhado para a Colônia de Férias de Olinda, Evaristo – que na ocasião assumia o cargo de vereador do distrito – foi submetido a uma votação na câmara municipal que tinha por objetivo a cassação do seu mandato. A segunda testemunha que prestou o depoimento para os autos do inquérito, também ocupava um cargo de vereador e menciona em seu relato o posicionamento assumido diante do impasse na Câmara.

O depoente, vereador do município, informa que foi cassado o mandato de Evaristo e que êle próprio depoente votou a favor da cassação pelo motivo “alegado na câmara municipal de estar o mesmo prêso”. Que acha ele depoente não ser Evaristo comunista e nem

nunca ouviu dizer isso [...] (Testemunha 2, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 17).

O medo enquanto motivador, mais uma vez conduziu as ações dos indivíduos envolvidos no caso. Neste depoimento podemos observar o quanto o sentimento de insegurança encontra-se presente nos discursos das pessoas durante o período. O depoente afirma não apenas que votou a favor da cassação do seu colega na Câmara “porque o mesmo estava preso”, como deixa claro que não acredita que o acusado seria comunista e afirma que “nunca ouviu dizer isso”. Tamanha convicção seria motivo suficiente para votar contra a cassação do mandato de Evaristo, mas o fato de o acusado estar preso – e a prisão ter sido executada pelo governo em vigência - fez com que os vereadores optassem por cassar o seu mandato.

O quinto acusado no inquérito é Severino Bezerra da Silva, conhecido popularmente como *Bunina*. Severino era um trabalhador rural, na época com 39 anos, que foi acusado de insuflar os camponeses e participar de reuniões clandestinas do Partido Comunista. Boa parte dos que testemunharam sobre o acusado, afirmaram que ele também era conhecido como “matuto velho” e que não passava de um “*trabalhador braçal, alugado e analfabeto*”. Segundo a terceira testemunha, “*o povo dizia que Evaristo fazia reuniões à noite sobre comunismo junto com Bunina*”. A sexta testemunha menciona que os moradores locais comentavam o fato de Severino viver nas fazendas da região colhendo assinaturas dos trabalhadores rurais.

Com referência ao quinto acusado Severino Bezerra da Silva, vulgo Severino Bunina, sabe dizer que o povo desta Vila, afirma ser o mesmo agitador e que andava com um livro colhendo assinaturas sem saber dizer para que tais assinaturas; que Bunina fazia reuniões em sua casa, para resolver problemas de camponeses e que não sabe informar se Bunina se dirigia para as fazendas desta redondeza para insuflar os trabalhadores do campo contra os patrões, que não sabe precisar o motivo da prisão de Bunina (Testemunha 6, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 25).

Entretanto, Bunina sabia precisar o motivo de sua prisão. Em 28 de dezembro de 2011, ao conceder uma entrevista para esta pesquisa, Severino Bezerra relembra emocionado os motivos pelos quais foi preso e encaminhado até a Colônia de Férias de Olinda. Em seu depoimento, podemos encontrar elementos remanescentes das práticas do coronelismo e dos abusos cometidos através de fazendeiros locais. Quando questionado sobre as motivações de sua prisão, Severino categoricamente responde:

- Olhe, aquilo que aconteceu em 64 não foi uma Revolução como eles falam. Aquilo foi um golpe! (choro). Então... Chegaram aí um grupo mandado de “Chico Heráclio”. Já ouviu falar de Chico Heráclio? Era os mandão daqui. E disseram que aqui tinha um negócio de comunista. Com raiva do povo né? Tinha um outro fazendeiro aqui um tal de Alberto que se juntou com eles e começou a perseguir o povo e prender aqui. Muita gente desapareceu até hoje. (Severino Bezerra da Silva, entrevista ao autor em 28/12/2011).

No relato de Severino podemos perceber o quanto o período correspondente à sua prisão foi significativo ao ponto de deixar transparecer em suas memórias as marcas traumáticas que foram geradas com todo o processo. Ao enfatizar que “*aquilo que aconteceu em 64 foi um golpe*”, Bunina deixa claro que tinha consciência do que se passava e apesar da pouca instrução, conseguia discernir bem a conjuntura de uma “Revolução” para um “golpe”. Quando interpelado sobre o tema percebe-se inicialmente um tom de revolta e mágoa em seu discurso que logo se desfaz em lágrimas emocionadas de um tempo em que teve a liberdade cerceada.

No trecho que segue, há uma clara menção ao grupo de atuação do coronel Chico Heráclio. Conhecido pelas perseguições políticas aos seus opositores, Francisco Heráclio do Rêgo iniciou sua carreira política no ano de 1922 no município de Limoeiro. Chico Heráclio assumiu o poder local após a saída de Severino Pinheiro da prefeitura do município. Na ocasião, Severino Pinheiro havia sido eleito senador e para assumir o cargo deixou na prefeitura o amigo Francisco Heráclio. Logo quando assumiu o cargo, Chico passou a estabelecer uma política centralizadora, típica da formação mandonista do coronelismo.⁷¹

Podemos compreender o coronelismo como um conjunto de práticas e ações políticas dos latifundiários brasileiros que através de um poder local instituído pela força, poder aquisitivo, barganhas políticas ou até mesmo prestígio familiar, passou a deter o controle sobre as terras de sua propriedade. Este tipo de política, muito evidente na primeira metade do século XX, possui seus enraizamentos ainda no período imperial, expandido através das oligarquias locais durante a República Velha. Autores como José Murilo de Carvalho (1997), consideram que o coronelismo reflete uma estrutura

⁷¹ Sobre o coronelismo e a política de Chico Heráclio Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; HERÁCLIO, Reginaldo. **Chico Heráclio: o último coronel**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1979; VILAÇA, Antônio. *As Astúcias do Coronel*. Recife: Comunicarte, 1989.

fundamentada no mandonismo, muito evidente na história política do Brasil, e que os primórdios dessa prática podem ser percebidos ainda no período colonial.⁷²

Como o principal foco do sistema coronelista seria o controle político, econômico e social da região, boa parte da conduta dos coronéis era pensada de forma calculada tendo como objetivo central o isolamento da área de domínio. Quanto menos houvesse o desenvolvimento local, maior seria a dependência da população ao assistencialismo do coronel. Sendo assim, havia uma relação estabelecida entre o poder público e os coronéis que, através da troca de favores, garantia a perpetuação do sistema. Enquanto o Estado se ausentava na garantia dos direitos aos cidadãos dessas localidades, o mesmo era suprido pela assistência do coronel, que, em contrapartida, exigia a não interferência do poder público nos ditames da política local. *“Na ausência do Estado, era o “coronel” quem exercia as mais variadas funções, sendo simultaneamente o detentor de poder político, jurídico e legislativo do município que lhe cabia”* (MELO, 2012, p. 211).

Essa ausência do Estado também pode ser percebida nos relatórios policiais sobre as denúncias de abuso aos camponeses. Na maior parte das vezes em que os trabalhadores rurais procuravam a polícia para denunciar abusos e violências sofridas pelos seus patrões e/ou encarregados, os delegados e policiais mantinham o silêncio, não tomando satisfações ou punindo com respaldo jurídico os agressores. Com isso, os fazendeiros, coronéis e suas milícias particulares continuavam exercendo à revelia da Lei sua maneira particular de conduzir a política e resolver os problemas locais.

Quando Bunina menciona o fato de haver uma perseguição do grupo de Chico Heráclio, logo ele faz uma associação ao comunismo, como se essa fosse a justificativa da perseguição. No trecho *“e disseram que aqui tinha um negócio de comunista. Com raiva do povo né?”* fica ainda mais evidente a relação estabelecida entre o comunismo e a responsabilidade pelo mal. Possivelmente pelo fato de Severino organizar reuniões em defesa dos trabalhadores rurais, os fazendeiros como forma de vingança denunciaram o mesmo como comunista, que para o pensamento popular era algo ruim presente na sociedade. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, *“o anticomunismo deu origem à constituição de um imaginário próprio, uma conjunção de imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo”* (MOTTA, 2002, p. 47).

⁷² CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*. In: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Vol. 40 nº Z, 1997.

Quando questionado se ele ou os outros que haviam sido presos na ocasião eram comunistas, Severino responde:

E esse bairro nunca teve comunista, homem? Comunista no Brasil era Luís Carlos Prestes! Mas agora vamos saber o que é ser comunista. Eles vão dizer que não sabem. O que é ser qualquer uma coisa? Eles não têm a mentalidade do que diz e não vai dizer [...]. Ser comunista dizem que é pra matar ou não sei como é lá, tomar o que é dos outros (Severino Bezerra da Silva, entrevista ao autor em 28/12/2011)

Como bem explicitou Motta (2002), nas memórias dos que vivenciaram o período a construção das imagens sobre o comunismo e os comunistas estão povoadas de estigmas. Para Severino, a figura do comunista estava personificada na imagem do Luís Carlos Prestes, assim como o seu discurso está associado ao imaginário de que ser comunista seriam as pessoas que “matavam e tentavam tomar o que é dos outros”. Mas se Severino afirma não ter ligação com o comunismo, qual seria então o motivo da sua prisão? Quando questionamos se ele era membro de algum sindicato rural o entrevistado responde.

- Eu era, mas naquele tempo estavam falando em sindicato, mas não tinha sindicato ainda. Tinha umas reuniões pra falar sobre os sindicatos, mas não havia.

Ao comentar sobre as motivações que o levaram à sindicalização ele revela:

- É porque andavam... Chegavam uns homens por aqui, e a gente palestrava. Isso eles começaram assim a estudar. Eu e muitos mais. Muitos não foram presos não porque se esconderam. Eu não tinha do que me esconder. Não matei, não roubei, não estuprei, não buli com ninguém, pra onde eu ia? Tinha uma mulher e sete menino. Ia deixar o quê? A família pra morrer de fome? (Severino Bezerra da Silva, entrevista ao autor em 28/12/2011).

Como um jogo de quebra-cabeças, as peças começam a se encaixar e passamos a obter algumas possíveis respostas que evidenciam a prisão do senhor Severino e dos outros presos. De um lado, encontramos nos depoimentos prestados pelas testemunhas do inquérito, algumas referências ao Bunina como sendo um “trabalhador braçal, alugado e analfabeto”. Por outro lado, algumas testemunhas afirmam categóricos que Bunina seria um conhecido agitador que se dedicava a “recolher assinaturas nas fazendas e insuflar os camponeses contra os seus patrões”. No depoimento, Severino

revela ter sido um entre muitos trabalhadores que participaram de palestras e orientações a respeito da importância da sindicalização no meio rural.

Sem os devidos cuidados por parte da CLT que não correspondia às necessidades do trabalho no campo, sem o aparato jurídico favorável em casos de abuso dos patrões pela não interferência do Estado nos assuntos relacionados ao poder local, e ainda tendo como limitação a falta de liberdade diante das regras estabelecidas pelo coronel Chico Heráclio, restava a estas pessoas a sindicalização como forma de resistência.

Por isso as palestras na casa de alguns trabalhadores (nesse caso, de Severino) e a ajuda de alguns deles para tentar convencer outros a participar das reuniões. Severino possivelmente esteve encarregado de recolher assinaturas dos interessados nas fazendas da redondeza, o que era considerado pelos proprietários como um ato subversivo e de caráter comunista. Isto era repassado aos moradores que assimilavam como um discurso verdadeiro. Maria do Socorro de Abreu e Lima (2005) afirma que mesmo entre os camponeses não era fácil a aceitação dos sindicatos, muito em decorrência da falta de informação. Por isso a necessidade de se elaborar cursos de formação, palestras, etc. Como exemplo, a autora cita o trecho do depoimento de um sindicalista que era encarregado de estabelecer o contato com os camponeses.

Feito o curso, começa o trabalho de reuniões, indo diretamente aos engenhos, casa por casa, caderninho na mão, caneta, e conversando com as famílias o que era sindicato, ah, o povo ficava todo assombrado: - ‘Rapaz, olha, os mais velho disse que quando fosse o fim dos tempos aparecia a Besta Fera de porta em porta, não é essa história do sindicato não?’ Eu digo: - Não. O problema, as Besta Fera estão aí, matando vocês trabalhadores escravizados aí [...] (Euclides Almeida, entrevista a autora. ABREU E LIMA, 2005, p. 43).

Duas testemunhas durante os interrogatórios do inquérito sobre os presos de Passira afirmam que Cirilo estaria fazendo as pregações e agitando os camponeses na propriedade de um senhor conhecido como *Alberto*. Logo quando inicia o seu depoimento, Severino faz referência a Alberto, proprietário da região: “*Tinha um outro fazendeiro aqui um tal de Alberto que se juntou com eles e começou a perseguir o povo e prender aqui*”. Ao analisarmos os depoimentos prestados no ano de 1964 durante as investigações, identificamos que um dos depoentes intimados era o referido

fazendeiro.⁷³ Seu depoimento revela a tentativa de confirmar a procedência das denúncias sobre os acusados.

Prestado o compromisso legal e inquirido a respeito do fato a que é feita as investigações, disse: que conhece Cirilo Diniz de Carvalho como Cirilo dos Correios, disse quando o mesmo aqui chegou, mais ou menos há dois anos e logo nessa época ter tendências comunistas; que tão logo assumiu o govêrno o senhor Miguel Arraes, Cirilo começou a pôr em prática as idéias comunistas; que diversas vezes, Cirilo dirigiu-se à fazenda independência [sic] de propriedade dele depoente, onde procurava insuflar os moradores “a não pagar o fôro, a não pagar condição (um dia de trabalho à propriedade em troca dos frutos recebidos), desobedecer ao administrador, prometer surrar quem desobedecessem às suas orientações”. (Testemunha 5, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 22).

Sobre Severino, o depoimento do fazendeiro converge para um tom ainda mais preciso. Enquanto os demais depoentes afirmavam que as pessoas na localidade especulavam o fato de Bunina ser comunista, principalmente por conviver com pessoas ligadas ao movimento sindical, o fazendeiro afirma categoricamente e com riqueza de detalhes em sua acusação.

A respeito do quinto indiciado, Severino Bezerra da Silva, vulgo Bunina, tem a dizer que Bunina é comunista há muito; que o mesmo vivia em visitas pelas fazendas, com livros e material subversivo de propaganda a anotar o nome das pessoas que aderiam às suas idéias comunistas; [...] procurava catequizar os rústicos trabalhadores às suas idéias e insuflá-los à luta social contra o direito da propriedade privada; que Bunina fazia isso não só na propriedade dele depoente como em toda zona [...] (Testemunha 5, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 22-23).

Durante as investigações, todos os presos foram encaminhados para a Secretaria de Segurança Pública no Recife e posteriormente até a Colônia de Férias de Olinda. Os acusados, como boa parte dos que estiveram no local e constam na documentação, entraram na unidade no dia 28 de abril de 1964. O tempo de permanência desses detentos na Colônia durou o período do processo de investigação e inquérito sobre eles. No relatório final, datado de 28 de julho do corrente ano, foram considerados culpados e condenados Cirilo Diniz de Carvalho (o Fidel Castro) e Severino Bezerra da Silva

⁷³ Apesar de termos ressaltado anteriormente que manteríamos a identidade dos depoentes preservada, acreditamos ser relevante esclarecermos que um dos depoimentos foi prestado por uma das partes envolvida diretamente nas denúncias (neste caso o fazendeiro). Embora conste na documentação maiores informações sobre o depoente, nos deteremos apenas ao primeiro nome como forma de preservar sua identidade.

(Bunina), sendo aplicados a estes as penas do artigo 5º e 11º da Lei nº 1802 de 05 de janeiro de 1953, Lei de Segurança do Estado.⁷⁴ Quanto aos demais indiciados, a comissão considerou que não havia provas suficientes para incriminá-los, libertando-os após o período de reclusão na Colônia de Férias.

3.4. “O tempo do cativo já passou!”: um faxineiro comunista e a quarta-feira que abalou Timbaúba.

Amaro Fernandes da Silva era funcionário público federal do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). Contratado como servente e auxiliar de serviços gerais, Amaro iniciou suas atividades no Instituto em agosto de 1962. Por ter exercido a função de sapateiro em um determinado momento de sua vida, ficou popularmente conhecido como *Amaro Sapateiro*. Durante o período em que esteve trabalhando no IAPI, Amaro desenvolveu suas atividades no município de Timbaúba, região da zona da mata pernambucana.

De acordo com o inquérito instaurado pela comissão de investigações, Amaro estaria desenvolvendo atividades ligadas ao comunismo, organizando passeatas e atos públicos em protesto aos empresários e latifundiários da região. Quatro testemunhas foram intimadas a prestar depoimentos sobre o acusado, com a finalidade de esclarecer a procedência das acusações. Os interrogatórios tiveram início às quinze horas do dia 3 de junho de 1964, com o depoimento de um comerciante local. Segundo o depoente,

Por duas ou três vezes viu o indiciado usando um jipe com alto-falante a percorrer a cidade, parando em frente de fábricas e casas comerciais empregando em linguagem rasteira termos ofensivos aos proprietários, chamando-os de ladrões, sonegadôres dos direitos dos trabalhadores, etc.; que foi realizada uma passeata nessa cidade, que motivou o fechamento do comércio e a população ficou apreensiva, dado o clima de insegurança; que o indiciado teve papel de destaque na passeata referida, pondo-se à frente da mesma e dando vivas a Arraes e Fidel Castro [...] (Testemunha 1, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 6).

⁷⁴ De acordo com esta Lei, o artigo 5º corresponde aos atentados à Constituição do país. Deveria ser aplicada aos indivíduos que por meios violentos tentassem modificar total ou parcialmente a Constituição. A pena para este crime seria a reclusão de 3 a 10 anos aos líderes e de 2 a 6 anos aos demais envolvidos. O artigo 11º corresponde ao uso da propaganda para “a subversão de ordem política ou social”. A pena para este crime seria a reclusão de 1 a 3 anos. A documentação que tivemos acesso não nos apresenta de forma precisa qual o período exato de reclusão dos presos que foram condenados.

O clima de insegurança ressaltado pelo depoente seria na realidade o reflexo dos seus temores com relação à postura do acusado. Para uma pessoa que trabalhava com comércio e possivelmente possuía empregados, deparar-se com um indivíduo que faz declarações públicas contra os patrões, possibilitando desta forma uma conscientização dos empregados, seria uma ameaça ao sistema vigente. O fechamento do comércio no dia da referida passeata também é ressaltado pela segunda testemunha, que, assim como a primeira, era proprietário de um estabelecimento comercial no município. Segundo o depoimento presente nos autos do processo,

O depoente fechou o seu estabelecimento comercial às treze e trinta horas, aproximadamente no dia da passeata, dado o ambiente de insegurança; que o comércio naquele dia cerrou suas portas de doze para treze horas, apesar de ser um dia em que se realizava feira nesta cidade, conservando como é habitual, por certas e determinadas casas comerciais abertas naquele horário; que o comércio e a indústria, no dia da passeata, não voltaram à atividade normal [...] (Testemunha 2, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 7).

De acordo com o depoimento da terceira testemunha, a passeata foi realizada em uma quarta-feira do ano de 1963. A grande questão em torno deste dia, é que para os declarantes foi improdutivo do ponto de vista comercial. A terceira testemunha ainda informa que a população se viu temerosa pelo fato de boa parte dos manifestantes serem do setor rural e por conta disso durante a passeata, carregavam em punho “foices, pistolas e peixeiras”, gritando palavras de ordem e afirmando que a partir daquele momento “tudo seria resolvido na marra”.⁷⁵ (Testemunha 3, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 9). Vale ressaltar que na ocasião a terceira testemunha ocupava o cargo de presidente do Sindicato dos Empregadores Agrícolas, o que aponta o seu posicionamento e ponto de vista sobre o caso.

Além de comentar a respeito da paralização do comércio durante esta quarta-feira, a terceira testemunha relata um caso ocorrido em uma feira livre na cidade. De acordo com seu relato, Amaro habitualmente utilizava-se dos espaços públicos para conversar com os camponeses e provocar tumulto, como podemos verificar em seu depoimento.

O indiciado atuava no terreno da agitação ao lado do servidor Fabio Moreira tesoureiro da agência do I.A.P.I local; que neste ano, antes da

⁷⁵ Entre as palavras de ordem, a quarta testemunha afirma ter escutado de Amaro durante a passeata a expressão “*O tempo do cativo já passou!*”, fazendo uma alusão ao momento de escravidão e subordinação dos trabalhadores aos seus patrões.

revolução, se encontrava o depoente na sede do Sindicato acima já referido, quando apareceu ali o associado [...] proprietário em També, muito afobado, dizendo ao depoente que o moleque safado do IAPI, o comunista Amaro estava na feira de batata agitando o povo, maltratando os proprietários e fazendo um apêlo aos camponeses para a invasão de terras (Testemunha 3, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 9).

O depoimento faz referência a um caso que envolve mais uma vez os interesses de um grupo. A informação de que Amaro estaria conversando com os camponeses em uma feira livre foi fornecida por outro proprietário rural, membro associado do sindicato. Segundo o depoente, o proprietário se mostrava muito afobado afirmando que Amaro estaria “agitando o povo”. O interesse em repassar a informação ao líder do sindicato demonstra o desejo de que o presidente tomasse alguma providência e resolvesse o problema que envolvia o faxineiro comunista.

Além das declarações sobre Amaro, o depoente também menciona outro envolvido no caso. Fábio Moreira de Lima trabalhava como tesoureiro do IAPI e recorrentemente era visto na companhia de Amaro. Outro nome que aparece no inquérito é o de Geraldo Ferreira Lima, que trabalhava como tabelião no município. As testemunhas relatam que durante a manifestação da quarta feira, Geraldo foi visto conversando com os camponeses e discursando para os mesmos. Pela proximidade com Amaro e diante das declarações prestadas pelas testemunhas, ambos também foram recolhidos e durante as investigações permaneceram na Colônia de Férias.

Às onze horas e trinta minutos do dia 15 de junho de 1964, presta depoimento sobre as declarações o próprio Amaro Fernandes. Como de praxe, Amaro foi retirado da Colônia de Férias e levado à sede da Delegacia Auxiliar onde confirma sua ligação com os demais acusados, nega ter participado de ataques ou insulto aos empregadores e de ser membro do Partido Comunista. Sobre os acusados, Amaro fornece detalhes do dia em que ocorreu a manifestação. Segundo o declarante,

A passeata era realizada com a finalidade de combater ou protestar contra a carestia; que à frente dessa passeata se encontrava o presidente da Liga Camponesa, [...] que ao passar a passeata pela sede do Esporte o doutor Geraldo Ferreira Lima, que se encontrava sentado em uma cadeira da calçada da referida agremiação, tendo sido aclamado pelo povo ocasião em que o doutor Geraldo Ferreira Lima fez uso da palavra; que na passeata deu vivas a Miguel Arraes e João Goulart; [...] que enquanto trabalhou em Timbaúba, fazia as refeições em casa do tesoureiro da agência do IAPI, senhor Fábio Moreira de Lima; [...] que nunca foi filiado ao Partido Comunista, sendo agora fichado como elemento agitador proveniente de denúncia dos seus

colegas de trabalho (Amaro Fernandes da Silva, Fonte: APEJE, Fundo: 1119. p. 12-13).

Ao mencionar os colegas de trabalho que possivelmente podem tê-lo denunciado, nos remetemos ao ambiente onde o mesmo se encontrava enquanto morava na cidade de Timbaúba. O Instituto funcionava enquanto uma autarquia dentro do serviço público federal e seus funcionários, durante os primeiros momentos após o golpe, foram investigados sob a égide do Ato Institucional nº 1, que previa um levantamento dos atentados contra a segurança do Estado que por ventura tivessem sido realizados por funcionários do serviço público, além de uma investigação sobre a conduta ética destes em suas atividades.

A suspeita de envolvimento dos funcionários do IAPI com as tendências de esquerda aconteceu ainda antes do golpe com o caso do delegado regional do Instituto, Gilvan Pio Hamsi. No dia 18 de fevereiro de 1964, uma mobilização conjunta entre os líderes dos sindicatos rurais, do Conselho Sindical dos Trabalhadores (CONSINTRA) e da Intersindical dos Trabalhadores na Indústria, agitou o centro da cidade do Recife. O motivo pelo qual essa mobilização veio à tona está relacionado com a deposição de Gilvan Pio Hamsi do cargo que ocupava até então, por indicação desses órgãos e o apoio do PCB e do governo Arraes.

O novo indicado para assumir o cargo foi Nicanor Leite, que possuía pouca ligação com os trabalhadores do Estado e por isso não obteve boa aceitação dos mesmos. Para os trabalhadores, a mudança de cargo representava uma tentativa de desarticulação dos trabalhadores em Pernambuco. Segundo Mauro Koury (2010), o início dos protestos aconteceu com o envio de telegramas à presidência do IAPI e ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Nos telegramas, os trabalhadores “*ameaçavam com a irrupção de greves por todo o estado de Pernambuco caso não houvesse a reintegração imediata do antigo delegado regional*” (KOURY, 2010, p. 193).

O governo do estado tentou intervir, dado o avanço das ameaças dos trabalhadores. Segundo o jornal *Diário de Pernambuco*, a intervenção se deu pela ameaça dos trabalhadores de impedir a posse do indicado à substituição. Arraes tentou convencer a presidência do IAPI de que a melhor alternativa seria a permanência do Gilvan Pio Hamsi ou a indicação de outra pessoa que fosse de comum acordo com os

trabalhadores.⁷⁶ Apesar da tentativa, a presidência do Instituto não a considerou e manteve a indicação de Nicanor Leite. Como resposta, os camponeses ocuparam o Edifício JK, sede do IAPI na cidade do Recife.

Os jornais noticiavam de forma alarmante esta informação. Tentavam causar a impressão de que todo tumulto gerado pela manifestação seria o resultado da administração do governo Arraes, responsável pelo caos e a desordem em Pernambuco. Dias após o golpe, Gilvan Pio Hamsi é levado para Colônia de Férias de Olinda, e permanece detido durante as investigações. A partir desse caso, os militares levantaram uma investigação maior a respeito dos funcionários do IAPI que levou à prisão de outros trabalhadores do Instituto que, assim como Gilvan, ficaram recolhidos na Colônia.

Após a abertura dos inquéritos sobre os funcionários do IAPI, o *Jornal do Comércio* do dia 26 de maio de 1964 divulga uma matéria com a seguinte chamada:

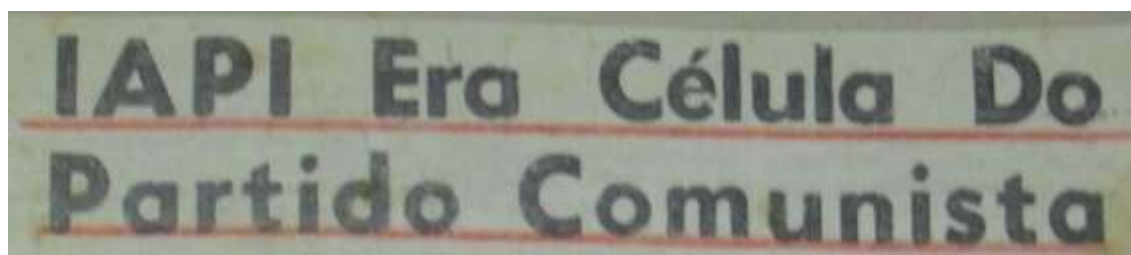


Fig. 6 – Jornal do Comércio, 26/05/1964. Fundo: APEJE, Prontuário Funcional nº 30512.

Segundo o jornal, foi enviado até o Recife o Ten-Cel. Artur Loureiro de Oliveira Filho, membro representante das forças armadas na junta interventora do IAPI. O representante do Exército foi solicitado pelas Forças Armadas para investigar as denúncias de participação comunista de alguns funcionários e de irregularidades no Instituto. De acordo com a declaração do Artur Loureiro, um dos suspeitos já se encontrava detido para devidas investigações. Tratava-se de Fábio Moreira de Lima, o tesoureiro de Timbaúba, que de acordo com o jornal estaria desviando verbas do Instituto para movimentos de resistência após o golpe.

Falando acêrca da Delegacia do IAPI, no que se refere à administração passada, informou que funcionava uma célula comunista no próprio gabinete do delegado, sr. José Guedes de Andrade, o último titular antes da revolução. [...] Lá foi solicitada e executada a prisão administrativa do ex-tesoureiro Fábio Moreira Lima, autor de um

⁷⁶ Diário de Pernambuco, 23/02/1964.

alcance⁷⁷ que teria sido destinado a estimular reação ao movimento de 1º de abril. [...] Durante sua entrevista, revelou o Ten-Cel. Artur Loureiro que foi nomeada uma comissão a fim de tomar todas as medidas necessárias à *descomunização* e à *moralização* da autarquia. (grifo nosso) (*Jornal do Comércio*, 26/05/1964. Fundo: APEJE, Prontuário Funcional nº 30512).

O discurso do representante das forças armadas ao jornal revela a preocupação do mesmo quanto à necessidade em “*descomunizar*” o Instituto. Foram utilizados contra Fábio Moreira os argumentos do Ato Institucional nº 1 no que se refere aos funcionários públicos, tendo em vista as suspeitas de desvio nas verbas do IAPI com a finalidade de financiar atuações de resistência promovidas pelo Partido Comunista. A ligação entre *Amaro Sapateiro*, o tesoureiro Fábio Moreira e o tabelião do município Geraldo Ferreira foi o suficiente para fechar o cerco entre os suspeitos e indiciá-los. Anos após o ocorrido, ao relatar suas memórias, Amaro confirma sua participação enquanto membro do Partido Comunista e sua atuação no município de Timbaúba.⁷⁸

De acordo com o seu depoimento, o contato com o Partido Comunista se deu ainda na infância por intermédio da sua mãe, que despertou no mesmo a curiosidade sobre o partido, após as constantes conversas sobre política. Anos depois, já na fase adulta, Amaro é convidado através de um amigo de trabalho a comparecer a uma reunião do partido. Foi neste momento que seu engajamento político se tornou mais efetivo, com a criação de uma associação no bairro de Santo Amaro na cidade do Recife e, posteriormente, outras associações em núcleos trabalhistas. O contato com Miguel Arraes por intermédio do amigo Francisco Julião também influenciou no trabalho de Amaro junto ao meio rural. Quando questionado sobre o início de suas atividades com os trabalhadores do campo, Amaro responde:

O dr. Miguel Arraes, a pedido de Francisco Julião, me pediu emprestado pra eu ir pra Timbaúba, eu fui pra Timbaúba. Eu fui e fiquei na Previdência Social em Timbaúba, me transferiram, mas eu não dava nenhuma atividade na previdência, minha atividade era no campo. E lá eu criei o Conselho dos Trabalhadores Camponeses pra poder funcionar. Alias, não foi trabalhador camponês, foi o Conselho Nacional dos Trabalhadores Camponeses, porque se eu não criasse

⁷⁷ Segundo o dicionário Aurélio (1994), alcance pode ser entendido como desfalque e extravio financeiro.

⁷⁸ A entrevista foi realizada pelos pesquisadores Maria do Socorro de Abreu e Lima e Luiz Anastácio Momesso em 14 de abril de 2000. As transcrições foram gentilmente cedidas pela pesquisadora e é parte integrante de sua tese de doutorado em História intitulada “Revisitando o Campo: Lutas, Organização, Contradições. Pernambuco - 1962-1987” defendida no ano de 2003 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Utilizamos o depoimento cedido pelos pesquisadores tanto em vista a impossibilidade de entrevistá-lo pelo seu falecimento anos antes da execução dessa pesquisa.

assim eu não poderia ser o presidente (Amaro Fernandes da Silva, 14/04/2000).

Através do seu depoimento, Amaro não apenas revela que era membro ativo do Partido Comunista, mas afirma que seu deslocamento até o município de Timbaúba foi realizado de forma estratégica. Certamente a sua experiência com a criação de associações foi um fator que influenciou no deslocamento. Amaro exercia a função de faxineiro no IAPI, mas esse cargo era apenas um suporte para o desenvolvimento dos trabalhos junto ao movimento camponês. A função de Amaro seria de conscientizar os trabalhadores (em especial os camponeses) para que esses reivindicassem seus direitos junto aos patrões.

Primeiro nós ganhávamos a simpatia pela seguinte maneira: o roubo é grande no engenho, no problema da medição de terra, e eu andava, ia verificar a vara, se a vara tivesse errada, roubando, nós quebrávamos e carimbava uma outra vara. A medição que eles faziam dobrada, a gente não aceitava. (Amaro Fernandes da Silva, 14/04/2000).

Desta forma, Amaro passou a receber a confiança dos trabalhadores rurais e posteriormente de outros que confiavam nele a orientação sobre os problemas trabalhistas. A questão ressaltada por Amaro quando menciona o caso das medições, era um problema constante no campo. Muito embora boa parte dos trabalhadores tivesse a consciência de que estavam sendo lesados, o medo de contestar e sofrer perseguições falava mais alto e silenciava esse tipo de violência. Quando Amaro iniciou sua intervenção junto aos trabalhadores, Timbaúba já possuía um sindicato rural. A grande questão em torno do seu funcionamento é que o mesmo estava ligado à igreja Católica, como boa parte dos sindicatos rurais da região. Quando questionado sobre a existência de sindicatos rurais em Timbaúba, Amaro responde:

Tinha sindicato, mas o sindicato, ele era manobrado, infelizmente, pela igreja. Esse foi um dos episódios. Quando eu cheguei fiz a reunião, quem era o tesoureiro do sindicato era o capelão, tinha quarenta e tantos anos lá, então o presidente era José, [...] era um trabalhador do campo que não tinha nada na cabeça [...]. O que acontecia o padre botava a mão em cima e José atendia. (Amaro Fernandes da Silva, 14/04/2000).

A relação entre o sindicato e a igreja passa a ser uma presença constante durante a década de 1960. Desde que o PCB e as Ligas iniciaram o processo de conscientização no campo, a igreja sentiu a necessidade de atuar também neste setor. Durante a primeira

metade do século XX, algumas encíclicas são emitidas pela igreja, enfatizando a questão dos trabalhadores. “Neste processo, a atuação da igreja inspirou várias iniciativas: o Movimento de Educação de Base (MEB) e, no caso da sindicalização rural no Estado, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE)” (ABREU E LIMA, 2005, p. 42).

O objetivo geral do SORPE era diminuir a influência das Ligas Camponesas e principalmente do PCB no meio rural. Para isso, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco passou a organizar os trabalhadores em cooperativas e sindicatos, com a finalidade de orientá-los - sob a égide da igreja - para que estes resolvessem suas pendências trabalhistas. Boa parte das vezes, o pároco local orientava o sindicato ou exercia uma atividade administrativa, como foi o caso de Timbaúba. Quando Amaro chegou ao município, o sindicato rural existente era ligado ao SORPE e, segundo Amaro, isso dificultava o andamento das reivindicações dos trabalhadores, pois o pároco buscava “conciliar” as disputas entre patrões e empregados, favorecendo na maior parte das vezes os empregadores.

Ao iniciar suas atividades em Timbaúba, Amaro procurou desarticular a influência da igreja no meio rural e obviamente a igreja buscou estratégias para resistir à atuação do comunista na cidade. Em suas memórias, Amaro relembra a quarta-feira que parou o comércio de Timbaúba e a estratégia usada pelo pároco para sufocar o movimento.

Então, agora no dia do paradeiro, por sinal fizemos uma parte no dia da passeata, o padre inventou uma procissão. E nessa procissão ia a banda *Pé de Cará* ⁷⁹ [...] e ele pra nos fazer o mal botou a banda pra procissão (Amaro Fernandes da Silva, 14/04/2000).

Amaro sabia que a banda seria um atrativo importante para persuadir a população local a participar do evento. Por isso, rapidamente procurou o dirigente do grupo musical e barganhou a participação da banda no evento organizado por ele.

Eu fui até ele e fiz valer a dureza mesmo, eu disse: olha, se você sair com essa banda *Pé de Cará* e com a igreja eu não garanto tua vida, tu vai ver o número de camponês que a gente vai botar na rua (mas foi muita gente mesmo) e vamos fechar o comércio, e o povo sabe onde tu mora, e eu vou dizer que foi você que não quis sair com a gente. E nós pagamos a mesma coisa que a igreja pagava. Ele disse: não, eles

⁷⁹ A banda *Pé de Cará* era um famoso conjunto musical da região.

não vão me pagar nada não. E eu: nós queremos pagar. Ele disse: me dê um tempo. Quando deu dez horas ele chegou [...] e disse: Amaro, eu vou sair com vocês, agora sei que atrapalhei minha vida até o fim, acabou-se minha vida. Ele era maçom, a igreja ligada, né? [...] Aí a banda pé de cana saiu com nós e foi um sucesso. Fechou tudo, até os barbeiros fechou (Amaro Fernandes da Silva, 14/04/2000).

O Tomo III do projeto Brasil: Nunca Mais – Perfil dos Atingidos, ao analisar os processos referentes à “propaganda subversiva”, relata o caso de Amaro, destacando de que forma se deu o inquérito e os rumos do processo após a abertura. De acordo com o BNM, apesar da intervenção de um representante do Ministério Público em favor do réu, Amaro foi condenado anos após a sua prisão temporária na Colônia de Férias.

BNM 134: Processo contra Amaro Fernandes da Silva, faxineiro do IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários – de Timbaúba, no interior pernambucano, acusado de se utilizar de um alto-falante para fazer incitamentos contra fazendeiros da região. [...] O faxineiro foi julgado em 26 de julho de 1967 e, não obstante o próprio representante do Ministério Público ter pedido a absolvição do réu, o conselho de justiça do Exército condenou-o a 6 meses de prisão. (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, Tomo III, p. 335).

Diante dos casos apresentados, percebemos que os presos que passaram pela Colônia de Férias de Olinda, possuíam, em linhas gerais, um perfil que se enquadrava nos temores dos militares com relação ao comunismo. Alguns desses presos eram ligados ao PCB, como é o caso de Amaro Fernandes, que embora tenha negado em depoimento por receio das possíveis retaliações, posteriormente admite sua participação no partido. Outros, como *Bunina*, foram levados à unidade pelo simples fato de reivindicar seus direitos enquanto trabalhadores rurais. Apesar da diversidade dos perfis que compuseram a unidade em seus primeiros meses de funcionamento, a permanência na Colônia e a relação que muitas dessas pessoas estabeleceram direta ou indiretamente com a unidade, deixou marcas nas memórias, como observaremos no próximo capítulo.

4 Memórias e Relatos

4.1 Narrativas e memórias traumáticas: algumas considerações

Eu sozinho tenho mais lembranças que terão tido todos os homens desde que o mundo é mundo. (BORGES, 2007, p. 105).

Em 1942, o escritor Jorge Luís Borges publicou um conto que sintetiza as preocupações dos historiadores que se debruçam nos estudos sobre a memória e a narrativa. *Funes, o memorioso*,⁸⁰ traz à baila uma questão crucial sobre os limites entre o indivíduo e o ato de (re)memorar os acontecimentos vividos. No conto, Funes é um rapaz de dezenove anos que nos idos do século XIX vive na cidade de Fray Bentos, no Uruguai. Após sofrer uma queda de um cavalo, o protagonista do conto fica paralítico e por conta de uma lesão cerebral, sua capacidade dos sentidos se torna mais aguçada.

O que acontece com Funes é um efeito inverso ao que normalmente é constatado pelos estudos da medicina moderna. Ao invés de perder parcial ou totalmente a memória, o protagonista de Borges tem sua memória potencializada ao extremo, não existindo, portanto, uma seleção dos eventos por ele vivenciados. O ato de lembrar os eventos do passado passou a ser uma compilação em forma de arquivamento da memória de todos os detalhes daquilo que foi vivido pelo protagonista. Funes não seleciona e não problematiza aquilo que ficou registrado em sua mente, apenas verbaliza, com riqueza total de detalhes, todas as situações presenciadas.

O conto do Borges é o mote para discussão que pretendemos levantar a respeito dos usos da memória e suas implicações nos estudos sobre os anos da ditadura militar no Brasil. Além de uma discussão geral sobre o tema, abordaremos a questão da memória do ponto de vista dos traumas, ou dos eventos e situações traumáticas vivenciadas pelos depoentes que direta ou indiretamente tiveram contato com a Colônia de Férias de Olinda. Ao contrário do Funes (a quem um trauma desencadeou um efeito de excessos na memória), tomaremos como análise o não dito, as interdições e os confrontos presentes na memória daqueles que sofreram situações traumáticas em 1964.

Como ponto de partida, iniciaremos o nosso debate discutindo alguns autores que utilizaram a memória como fonte de estudo. O primeiro dos autores que iremos tratar abordou o tema do ponto de vista sociológico. Maurice Halbwachs parte do princípio de que as lembranças são construções sobre o passado influenciadas pelo

⁸⁰ BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

presente. Para isto, o autor defende a ideia de memória coletiva, afirmando que as memórias são construções sociais coletivas associadas a grupos e a partir delas as pessoas estabelecem uma relação com a identidade do grupo ao qual fazem parte. A memória individual seria, portanto, uma (re)significação sobre o passado, alicerçada na memória coletiva e passível de influências de acordo com as questões colocadas pelo presente.

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda dos dados emprestados do presente, e, além disso, preparadas e outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Halbwachs desenvolveu sua análise na perspectiva dos “quadros sociais da memória”. Segundo esta teoria, a linguagem, o tempo e o espaço são elementos que constituem os enquadramentos da memória. Para tal análise, o autor utilizou grupos sociais como a família, grupos religiosos e classes sociais analisando do ponto de vista coletivo a construção da memória desses grupos. Com esta teoria, Halbwachs reafirma a ideia de identidade associada à memória coletiva.

O grupo é condição necessária para a memória da mesma maneira que a memória é condição indispensável para a existência do grupo. Os diversos grupos coletivos funcionam como suporte da memória coletiva. A convicção de Halbwachs de que a memória é sempre coletiva reforça a importância desses quadros sociais, já que, para ele, nossas lembranças sobre um evento sempre são coletivas, mesmo que somente nós estivemos envolvidos (ANSARA, 2009, p. 70).

Jacques Le Goff, por sua vez, problematizou a memória dentro de uma perspectiva histórica. Para ele, a memória seria a propriedade de conservar informações sobre o passado. O autor pontuou, de acordo com os períodos históricos, como algumas sociedades lidaram com a memória e como esta esteve por vezes associada a uma relação de poder. Segundo Le Goff,

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 422).

Desta forma, quando uma sociedade estabelece uma relação com determinados aspectos da sua cultura, dos seus valores e até mesmo da sua história, ela está garantindo os espaços da manutenção de grupos sociais no poder. Da mesma maneira que ocorre com os elementos que são renegados ao esquecimento. Os fatos, nomes e situações que comprometam de alguma forma a manutenção dos grupos e/ou indivíduos no poder, serão “esquecidos” ou colocados em segundo plano. Nas sociedades contemporâneas podemos perceber estas práticas nas construções dos calendários anuais de feriados e comemorações, além dos acervos em museus e arquivos públicos. As “escolhas” serão feitas, portanto, de acordo com os interesses vigentes.

Ao relacionarmos as teorias da memória aos períodos das ditaduras militares na América Latina, e em especial ao Brasil, percebemos que esta disputa entre a memória e o esquecimento é algo muito presente no momento do pós-abertura política. A luta pela memória da resistência, pelo paradeiro dos desaparecidos políticos e pelo reconhecimento pelo Estado da existência de torturas e demais crimes contra a humanidade estão diametralmente opostos aos interesses daqueles que são acusados de cometerem tais atrocidades e que, portanto, presam pelo esquecimento. Ao reconhecer que estes crimes foram cometidos por agentes a serviço do governo, em muitos casos ligados às Forças Armadas, o Estado precisa tomar um posicionamento punitivo – o que ocasionaria transtornos aos membros ainda em atividade. Desta forma, por interesses particulares ou até mesmo por barganhas políticas, os governos optam pelo silêncio e a indiferença.

Paul Ricoeur ao pensar o esquecimento, sugere três formas de manifestação deste: memória impedida, memória manipulada e esquecimento comandado. A memória impedida teria uma relação com o inconsciente freudiano e as interdições na memória. A segunda forma de esquecimento teria uma relação com a narrativa, tendo em vista que ao selecionarmos determinados eventos e outros não na construção narrativa, automaticamente existe uma “manipulação” proposital ou involuntária da memória. Já o terceiro tópico referente ao esquecimento comandado, corresponde ao esquecimento institucional – como ressaltamos anteriormente ao mencionarmos as seleções de arquivos, museus e datas comemorativas. Esta forma de esquecimento subscreve uma tentativa de controle ideológico e neste caso a memória teria um papel fundamental. *“Esquecimentos, lembranças encobridoras, atos falhos assumem, na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer à luz”* (RICOEUR, 2007, p. 455).

As memórias podem ainda passar por situações diversas de interdições, quando associadas a eventos ou situações traumáticas. Retomando o viés literário do início deste capítulo, elucidaremos uma obra que trata deste tema da memória traumática para que tenhamos uma melhor definição deste conceito. No livro *A Pedra Arde*, Eduardo Galeano relata a história de uma criança que encontra uma pedra com poderes mágicos de rejuvenescimento e oferece esta a um homem idoso que possui marcas e cicatrizes resultadas de eventos passados. Apesar de ter a possibilidade de tocar a pedra e apagar estes traumas, o senhor opta por não fazê-lo. Ao expor as suas razões, ele elucida que apesar de traumático, o passado o constitui e faz deste o indivíduo que é. Apagar este passado seria o mesmo que negar a sua existência e a essência que o constitui. Mais do que isso, as marcas físicas e psicológicas seriam a persistência da memória como resistência que está além da esfera individual e passa a atingir a coletividade, como podemos observar no trecho que segue.

Estes dentes não caíram sozinhos. Foram arrancados à força. Esta cicatriz que marca meu rosto não vem de um acidente. Os pulmões... a perna... Quebrei a perna quando escapei da prisão ao saltar um muro alto. Há outras marcas mais, que você não pode ver. Marcas visíveis no corpo e outras que ninguém pode ver. Se quebro a pedra, estas marcas somem. E elas são meus documentos, compreendes? Meus documentos de identidade. Olho-me no espelho e digo: ‘Esse sou eu’, e não sinto pena de mim. Lutei muito tempo. A luta pela liberdade é uma luta que nunca acaba. Ainda agora, há outras pessoas, lá longe, lutando como eu lutei. Mas minha terra e minha gente ainda não são livres, e eu não quero esquecer. Se quebro a pedra cometo uma traição, compreendes? (GALEANO *Apud* ROVAI, 2010, p. 11).

As marcas da memória aparecem no relato quando a personagem afirma: “*há outras marcas mais, que você não pode ver*”. As memórias traumáticas estão presentes nos indivíduos que passaram por situações de conflitos psicológicos em ocasiões diversas. Esses traumas podem ser motivadores para diversos outros problemas como o desenvolvimento de fobias, transtornos e distúrbios emocionais. Quando não resolvidos, os traumas podem acompanhar estes indivíduos ao longo de suas vidas.⁸¹

⁸¹ O conto *O Poço e o Pêndulo*, do escritor norte-americano Edgar Allan Poe, aborda o tema da tortura psicológica ao relatar os efeitos que um prisioneiro sofreu ao ser submetido a um isolamento em um poço durante o período da Inquisição na Idade Média. Após um longo confinamento, a personagem passou a sofrer uma pressão psicológica ao observar todos os dias um pêndulo em forma de lâmina que se aproximando de seu corpo sugere uma ameaça de morte. Os efeitos provocados por essa forma de tortura são colocados pelo autor como um tipo de morte. Neste caso, uma morte provocada por “torturas morais”. Cf. POE, Edgar Allan. *O Poço e o Pêndulo*. In: *Histórias Extraordinárias*. São Paulo: Nova Cultural, 2003. p. 249-267.

Em Pernambuco, assim como em muitos estados do Brasil, a violência utilizada pelos agentes da repressão foi determinante para que inúmeros presos políticos e até mesmo pessoas que não tinham uma relação direta com os núcleos da resistência, criassem traumas em suas memórias. Traumas esses que podem ser identificados em seus relatos, como é o caso da ex-presa política Sylvia Montarroyos. Sylvia foi presa no Recife em 1964 no momento em que elaborava uma faixa de protesto. Após várias seções de tortura conseguiu fugir clandestina pelo Paraguai e depois para a Europa. Através do seu depoimento podemos perceber o quanto as marcas dos traumas físicos e psicológicos permanecem presentes em sua vida.

Fui levada ao DOPS-PE por vários agentes que participaram da missão. Todos eles me diziam horrores. Fui submetida a seções ininterruptas de interrogatório, onde eles usavam todos os equipamentos de tortura de que dispunham, além da violência sexual, onde fui seviciada por vários agentes. As seções eram sempre acompanhadas de agressões verbais, morais e físicas. Durante os interrogatórios, para forçar a minha confissão, me submeteram a um foco de luz [do tipo farol de carro] altíssimo em meus olhos, em qual perdi 90% da visão [...] Após inúmeras torturas, onde desmaiei diversas vezes, perdi a consciência após os violentos abusos, sendo encaminhada para tratamento médico, onde fiquei até adquirir forças para ser novamente submetida às seções de interrogatórios, torturas e maus tratos [...]. De todas as sequelas que fiquei, e não são poucas – tomo ainda hoje remédios fortíssimos para me manter lúcida, analgésicos diários para os problemas decorrentes das torturas-, a dor maior é a distância. É saber que fui obrigada a me separar da família, dos amigos, do meu país. Saber que minha vida aqui foi interrompida, que fui arrancada do meu meio, do seio de minha família, e esta não pôde acompanhar a minha vida. Enfim, constatar que eles me tiraram tudo (MONTARROYOS Apud SILVA, 2007, p. 229-230).⁸²

Os traumas que permanecem na memória de Sylvia são compartilhados por aqueles que viveram longos anos no exílio longe de seus familiares e amigos. A distância imposta e o isolamento forçado por anos a fio são marcas irreversíveis nas lembranças de muitas dessas pessoas. Falar sobre situações delicadas (como exílio, torturas, etc.), exige um esforço grande dos depoentes. Em muitos casos, o silêncio é um artifício utilizado como uma espécie de paliativo, uma forma de camuflar o sofrimento e

⁸² MONTARROYOS, Sylvia. Depoimento gravado na manhã de 03 de setembro de 2004 na mesa intitulada “*Militância e resistência feminina à Ditadura Militar*” no Seminário *Repensando a Ditadura Militar e os 25 anos da Anistia Política*, Realizado no Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. Recife, 2004.

aliviar as dores provocadas pelas recordações. Em outros casos, os silêncios são artifícios de perpetuação da memória. Aquilo que não é dito está sendo guardado e, portanto, preservado até o momento adequado em que possa vir à tona.

Michael Pollak ao estudar o silêncio entre os grupos perseguidos na Alemanha Nazista ressalta que “*o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais*” (POLLAK, 1989, p. 5). Para o autor, as memórias permanecem subterrâneas até o momento de se afirmarem diante das produções de memórias tidas como “oficiais”. Os discursos daqueles que foram perseguidos, presos e sofreram torturas físicas e psicológicas durante a ditadura militar no Brasil, enquadra-se neste patamar. É o direito à memória silenciada pelos mecanismos do Estado ditatorial que emerge dentro da democracia e busca se afirmar na sociedade.

A memória traumática não é um lamento, mas a possibilidade de digerir a experiência dolorosa. É assumir, assim como na história de Eduardo Galeano, as marcas, as cicatrizes, o compromisso com uma trajetória, um destino em comum [...]. Trata-se não de “dar voz” aos silenciados, porque a voz sempre lhes pertenceu. Trata-se da conquista do espaço social da escuta, da apropriação das palavras que sejam capazes de mover a indiferença ou acomodação social em relação ao passado. A campanha pela abertura dos arquivos e a intensificação das pesquisas com a história de vida de torturados, exilados e perseguidos pela repressão implica em entender dois processos distintos e complementares: o direito e o dever de lembrar e falar sobre os traumas psicológicos e físicos, e o direito ao registro, à interpretação e à análise histórica deste período traumático no Brasil (ROVAI, 2010, p. 13).

No Brasil, o primeiro passo dessa conquista social da escuta aconteceu ainda no período da ditadura. Em agosto de 1979, com o início do processo de abertura política, alguns advogados de presos políticos passaram a ter acesso a documentos do Tribunal Superior Militar (TSM). Ao se depararem com a documentação, os advogados perceberam que aquelas informações seriam primordiais para comprovação da existência de mortos; desaparecidos e das torturas realizadas durante os anos de 1964 a 1979. A preocupação e o cuidado com a memória fizeram com que este grupo procurasse o reverendo Jaime Wright – irmão do desaparecido político Paulo Stuart Wright - e o Arcebispo Franciscano D. Paulo Evaristo Arns.

A empreitada audaciosa logo ganhou corpo e uma equipe que se revezava em um galpão 24 horas, copiando todos os documentos que o grupo de 12 advogados

retirava do TSM para ‘estudos de caso’. Com o nome provisório de *Testemunhos Pró-Paz*, o projeto contou com o apoio do conselho mundial de igrejas, sediado em Genebra na Suíça, de onde partia boa parte das verbas que financiariam o projeto. Em 1985 o grupo havia reunido cópias de 707 processos do Superior Tribunal Militar, (cerca de um milhão de páginas), além de 10.000 documentos dos réus como panfletos, cartas, bilhetes, jornais e outros documentos que corroborariam as denúncias.

O projeto maior, contendo 12 tomos e 25 cópias distribuídas no Brasil e no exterior, ficou conhecido como *Projeto A - Brasil: Nunca Mais*. Entretanto, a inviabilidade do acesso a todo esse material, (6.891 páginas) fez com que a equipe elaborasse uma edição compilada em forma de livro, que recebeu o nome de *Um Relato Para a História – Brasil: Nunca Mais*. Além do próprio Evaristo Arns, mais duas pessoas ficaram encarregadas de ler todo material e transformar a dimensão do projeto em um único livro: O jornalista Ricardo Kotscho e o ex-militante da ALN e ex-presos político Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto.⁸³

O livro foi dividido em seis partes contendo a versão da esquerda para as origens do Regime Militar; a montagem do aparelho repressivo; os partidos e grupos que foram perseguidos e as denúncias de abusos e torturas durante o período. Segundo o BNM, a partir dos depoimentos foi possível identificar a prática de 285 modalidades de tortura – físicas e psicológicas – com homens, mulheres, idosos e até crianças. A divulgação em massa dos relatos sobre as torturas com riqueza de detalhes, provocou uma reflexão sobre os efeitos dos traumas nos torturados, além de colocar para a sociedade a versão dos atingidos, silenciados até então pelas prisões e censura.

Estudar as memórias traumáticas nos oferece um leque de possibilidades para a compreensão dos efeitos que os anos de ditadura militar provocaram nos indivíduos. Ao analisarmos este tipo de relato estaremos contribuindo para uma reflexão acerca dos discursos sobre o período, partindo do olhar daqueles que sofreram os impactos provocados. Ao longo deste capítulo, abordaremos estas marcas na memória tanto dos presos da Colônia de Férias de Olinda, quanto das pessoas que tiveram contato com eles. Pessoas que em seus relatos carregam sentimentos diversos como dor, mágoas e até mesmo culpa.

⁸³ Para mais detalhes sobre o Projeto Brasil: Nunca Mais, Cf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985; FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho: Os livros secretos da Ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

4.2 Zezé da Galileia: um cabra marcado para ser preso.

A imagem da miséria contrastada com a presença do imperialismo. Essa era uma tendência típica na cultura daqueles tempos (Trecho presente na locução inicial do filme *Cabra Marcado Para Morrer* de Eduardo Coutinho).

Durante o mês de abril de 1962, a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu uma caravana que circulou todo Brasil e tinha por objetivo levantar o debate sobre a Reforma Universitária. Esta caravana recebeu o nome de UNE-Volante. Com estes estudantes, viajaram integrantes do Centro Popular de Cultura da UNE (CPC) para que juntos pudessem estimular a formação de novos centros de cultura local. Neste percurso, a caravana que na ocasião contava com a presença do cineasta Eduardo Coutinho chegou à Paraíba. Duas semanas antes, João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé havia sido assassinado. Como forma de protesto, os camponeses organizaram uma manifestação em que denunciaram os abusos dos patrões para com seus empregados e reafirmaram a luta por melhores condições de trabalho no campo.⁸⁴

Sensibilizados com toda história, os integrantes do CPC fizeram uma parceria com os membros do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco⁸⁵, e juntos pensaram na possibilidade de um longa metragem sobre a história de João Pedro. As filmagens seriam protagonizadas pelos moradores locais, filhos e a viúva do mártir da liga, a também militante Elizabeth Teixeira. Nascia ali o projeto embrionário do filme *Cabra Marcado Para Morrer*. As filmagens seriam iniciadas dois anos depois, em 1964 nas terras de Sapé. Entretanto, um conflito local entre camponeses e proprietários rurais impossibilitou a viabilidade do projeto na região. Como alternativa, as locações foram transferidas para outra comunidade agrícola, desta vez no estado de Pernambuco. Tratava-se da liga camponesa do Engenho Galileia.

Galileia localiza-se no município de Vitória de Santo Antão que fica a 60 km do Recife. No início de 1964, teve início as gravações do longa-metragem que contou, nesta ocasião, com os moradores locais do engenho. Rapidamente, o projeto ambicioso - que apesar de ter como eixo central uma ficção baseada na vida de João Pedro Teixeira - logo ganhou um tom documental, haja vista que tanto as locações, quando a presença

⁸⁴ Este caso é conhecido como Conflito de Mari. Na ocasião, morreram 12 pessoas, sendo 5 camponeses e 6 ligados ao latifúndio. Após este conflito houve um aumento significativo no policiamento do local, o que inviabilizou as filmagens na região.

⁸⁵ Sobre o Movimento de Cultura Popular ver tópico 2.3

dos moradores da liga que estavam presentes e engajados na produção, acentuavam o tom das denúncias a respeito das relações entre patrões e empregados no campo e a precariedade do seu cotidiano. Com o advento do golpe, as filmagens foram suspensas. Os militares invadiram as terras de Galileia, prenderam alguns integrantes da equipe de produção e líderes do movimento da liga (entre eles José Francisco de Souza, o *Zezé da Galileia*). As filmagens só foram retomadas em 1981 com o roteiro adaptado e a perspectiva de resgate da memória sobre o evento.

Ao abordamos o Cinema enquanto lugar de memória, observamos neste um produto da Cultura Histórica. Elio Chaves Flores define este conceito como sendo,

Os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais (FLORES, 2007. p. 95).

Nesta perspectiva, *Cabra marcado para morrer* contribui, através de sua narrativa, como fonte de estudos sobre uma produção artística que fora interrompida pelo golpe militar e revela-se em um mosaico de memórias e discursos, tanto das personagens, quanto do próprio diretor, que através de um narrador sugere aos espectadores o seu ponto de vista sobre a história e as memórias daqueles que participaram dos eventos. Os traumas presentes na memória dos habitantes de Galileia são colocados através dos depoimentos da ocupação dos militares, bem como a formação da liga e as bandeiras levantadas nos anos de luta desses trabalhadores.

A configuração original das ligas camponesas remete aos anos de 1940. Após a sua legalização com o fim do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) iniciou um processo de atuação no campo. Apesar de haver na Consolidação das Leis do Trabalho uma ressalva que possibilitava a sindicalização rural, esta era indeferida constantemente por pressão dos grandes proprietários rurais. Diante deste impasse, o PCB passou a organizar grupos no campo com o intuito de fortalecer a luta desses trabalhadores. Em contrapartida, essa seria uma forma de expandir o campo de atuação do Partido que até então possuía uma enorme concentração dos setores urbanos.

As ligas camponesas ganham rapidamente espaço nas regiões rurais, especialmente no Nordeste. Pela forte influência do PCB nestas organizações, as ligas passam a ser perseguidas pelos proprietários, recebendo apoio logístico das forças policiais na perseguição e combate dos seus líderes. Em 1946, o senador Luiz Carlos Prestes, apresenta um projeto de lei que tem como principal objetivo a reforma agrária. Pouco tempo depois o projeto é sufocado, bem como as mobilizações das ligas camponesas, pois o PCB é posto mais uma vez na ilegalidade durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

Alguns militantes com trajetória no PCB e que organizaram as primeiras Ligas do partido em 1947, participaram do movimento camponês no Engenho Galileia em Vitória de Santo Antão. Entretanto, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) é fruto do interesse dos próprios moradores locais que ansiavam por melhores condições de vida na comunidade. Na ocasião, quando surgiu o movimento em 1954, a imprensa local passou a noticiar as reivindicações dos *galileus* batizando a Sociedade de *Liga Camponesa*, com a pretensão de dar a este os ares da ilegalidade do movimento anterior ligado ao Partido Comunista.

Galileia, na época, já era um engenho de fogo-morto⁸⁶. Seus moradores receberam do proprietário Oscar de Arruda Beltrão o direito de trabalharem na propriedade desde que houvesse um pagamento mensal pela utilização da terra. Cerca de 140 famílias moravam em Galileia e dependiam da terra para sobreviver. A vida desses moradores era de extrema precariedade e diante das necessidades os moradores cogitaram a possibilidade de criar uma associação que pudesse beneficiar os galileus. “*Eles poderiam, por meio de contribuições mensais, estabelecer um fundo que seria utilizado para contratar uma professora para as crianças e para formar uma cooperativa de crédito para a compra de sementes e implementos*” (PAGE, 1972, p. 53).

Existia também uma preocupação dos moradores com relação à morte. Na realidade, com as condições pelas quais os mortos seriam enterrados. O descaso aos moradores de Galileia era tanto que até na hora da morte seria preciso um ato de caridade para suprir as despesas com o funeral. Os moradores não tinham condições de comprar o caixão e diante desta impossibilidade, sempre que um membro da

⁸⁶ Entende-se por Engenho de fogo morto aquela propriedade agrícola que no passado desempenhava o cultivo da cana de açúcar, mas que no presente não exerce tal atividade.

comunidade vinha a óbito, as famílias solicitavam um caixão que era emprestado para o enterro e posteriormente devolvido a prefeitura.

José Francisco de Souza, o *Zezé da Galileia*, era o administrador do engenho. Apesar de trabalhar para o proprietário Oscar Beltrão, Zezé era um camponês que convivia direto com as necessidades dos outros trabalhadores e junto com José dos Prazeres e outros líderes fundaram a Associação. Como presidente de honra, os galileus convidaram o dono da propriedade, conforme podemos observar na carta que segue.

Prezado Sr.

A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, registrada sobre o número 92.907 pede vênha para comunicar a Vossa Excelência, que em Assembleia Geral, com o comparecimento de 123 associados, por unanimidade de votos, foste eleito Presidente de Honra de nossa Sociedade, bem assim, viemo-nos em nome da mesma convidar a Vossa Exa. para assistir e tomar posse do referido cargo, em reunião que terá lugar no 1º domingo de julho do corrente ano, e assistir a posse de nosso advogado, Dr. Arlindo Dourado, como também inauguração da escola que receberá o nome de “Paulo Belence”. Sem mais para o momento subscrevemo-nos atenciosamente e obrigado. Assinados a Diretoria. Engenho Galileia, 5 de junho de 1955 (Fonte: APEJE, Fundo: 29.709).

Grato pelo convite, Oscar aceita as honrarias e passa a presidir a SAPPP. No entanto, pouco tempo depois da tomada de posse, Oscar recebe um alerta de seu filho e de outros proprietários de engenhos locais que esta associação nada mais era do que uma associação desconhecida que possivelmente teria relação com o “comunismo subversivo”. O medo de que uma associação de assistência se fortalecesse e influenciasse a formação de outras nos engenhos próximos fez com que estes proprietários convencessem Oscar Beltrão de que ele havia sido “enganado” pelos galileus e que, portanto, deveria reconhecer o erro exigindo destes o fim da associação.

Influenciado e arrependido, Oscar determina a imediata dissolução da SAPPP, afirmando que caso os moradores se recusassem, estes seriam expulsos da propriedade (o que na época equivaleria ao desligamento sem indenizações). Com receio de perderem as terras e determinados a não aceitarem a imposição do proprietário, os moradores de Galileia buscaram ajuda no Recife. Na Assembleia Legislativa foram orientados a procurarem o advogado e deputado estadual Francisco Julião que rapidamente aceitou a causa.

A partir daí, Julião e os galileus lutaram na justiça para que o direito dos trabalhadores fosse garantido. Os moradores de Galileia resistiram e se recusaram a sair

das terras quando expulsos pelo proprietário. O caso passou a ganhar notoriedade na imprensa nacional quando Julião apresentou um projeto de lei para desapropriação do engenho em 1957. Após inúmeras manifestações dos camponeses em frente à Assembleia Legislativa e ao Palácio do Governo, os deputados aprovaram e o governador sancionou a desapropriação de Galileia em 1959.

Mais do que uma vitória material tendo em vista a conquista da terra, a desapropriação representou uma vitória simbólica. Nunca antes no país um grupo organizado de trabalhadores rurais havia conquistado o direito da desapropriação. A vitória dos galileus corroborou a importância da luta e da persistência, alimentando ainda mais o debate sobre as organizações camponesas, tanto dos grupos que apoiavam os movimentos das Ligas, quanto dos que divergiam ideologicamente destas. A imprensa ligada aos setores conservadores fez fortes críticas aos deputados e ao então governador pernambucano Cid Sampaio. A conquista dos camponeses foi vista como uma ameaça ao *status quo* pela possível influência comunista.

O editorial do jornal *O Estado de São Paulo* intitulado “Demagogia e Extremismo” demonstra a preocupação dos setores conservadores:

Ao criticarmos, não faz ainda muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho Galiléia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade, distribuí-las aos empregados daquela empresa, prevíamos o que disso poderia resultar. A violência seria como foi, considerada uma conquista das Ligas Camponesas, e acenderia a ambição dos demais camponeses assalariados, desejosos de favores idênticos (...). O movimento ganhará novas proporções, atingindo as classes proletárias das cidades, com invasão de oficinas, com o apossamento violento das fábricas, com assaltos a casas de residências, com depredações de bancos e estabelecimentos comerciais. A revolução é assim. E o que, com sua cegueira, o Governo pernambucano incentivou foi à revolução (*Demagogia e Extremismo*. In: *O Estado de São Paulo* 18 de Fevereiro de 1960 (primeiro caderno) apud SANTIAGO, 2001, p. 28).

O papel desempenhado por José Francisco de Souza foi de fundamental importância durante toda luta da SAPPP. Zezé da Galileia era administrador do engenho há muitos anos. Além de recolher dos camponeses o tributo pelo uso da terra, Zezé também era responsável pelo pagamento destes, além de fiscalizá-los nas atividades cotidianas. Por ser o braço direito de seu patrão, os moradores hesitaram no primeiro momento em convidá-lo para integrar o quadro administrativo da Liga. Entretanto,

apesar da atividade desempenhada, Zezé encontrava-se insatisfeito com o trabalho, especialmente pelo não reconhecimento de seu patrão.⁸⁷ Desta forma, o seu filho José Virginio da Silva, morador de Galileia, sugeriu aos companheiros o convite para que o seu pai aderisse ao movimento. Por não haver uma sede da Associação, as primeiras reuniões foram realizadas na sala da casa do “velho Zezé”, como ressalta José dos Prazeres a Eduardo Coutinho.

O cargo de presidente honorário foi ocupado posteriormente por Zezé. Julião sugeriu que Zezé ocupasse tal posição tendo em vista seu poder de articulação com os camponeses e a sua dedicação pela causa do movimento. Obviamente o ex patrão não viu com bons olhos a mudança de lado do seu braço direito e assim como ele, outras pessoas recriminaram a decisão de José Francisco.

O fruto dessa insatisfação pode ser percebido através da perseguição sofrida logo após assumir a presidência da liga. De acordo com José Joaquim da Silva (Zito da Galileia), neto de Zezé e morador do engenho, José Francisco foi preso pela delegacia de Vitória de Santo Antão por recomendação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).⁸⁸ A prisão ocasionou uma revolta dos camponeses insatisfeitos com a arbitrariedade do caso. Não havia, segundo o relato, um motivo real que justificasse tal medida. No depoimento que segue, Joaquim descreve o momento em que o filho de Zezé (José Virginio) vai até a delegacia e solicita ao prefeito a liberdade de seu pai.

Seu prefeito, o meu pai foi preso pelo delegado sem motivo, eu quero que o senhor vá lá soltar o véio porque se não, os camponeses vão derrubar Vitória. Os camponeses tão tudo lá fora com pedaço de pau, enxada, facão, tudo pra ir buscar o véio lá dentro da delegacia. Aí o prefeito disse: Não Zé, o que é isso? Se acalme! Eu vou falar com o delegado. Chegou para o delegado e disse: Mas rapaz, solta o homem. Tu num tem prova contra ele. Tá querendo arrumar problema com os camponeses é? O delegado discutiu um pouco, mas depois soltou seu Zezé e os camponeses saíram fazendo festa (José Joaquim da Silva, 19/09/2009).

O caso aconteceu anos antes do golpe e já sinaliza a preocupação do Estado com relação à influência de Zezé entre os camponeses. Anos depois, com o advento do

⁸⁷ Sobre a participação de Zezé da Galileia na fundação da SAPPP, ver depoimento de José dos Prazeres no filme *Cabra Marcado Para Morrer*.

⁸⁸ A entrevista foi realizada pelo pesquisador Raphael Henrique Roma Correia em 19 de Setembro de 2009. O material foi gentilmente cedido pelo pesquisador e é parte integrante do projeto *José Francisco de Souza ou Zezé da Galileia e os camponeses da Zona da Mata de Pernambuco em meios do século XX*. O projeto foi desenvolvido através do Programa de Fortalecimento Acadêmico (PFA) na Universidade de Pernambuco sob a orientação da professora Maria do Carmo Barbosa de Melo.

golpe, o nome do ex-administrador que trocou o seu trabalho pela atuação na Liga Camponesa entrou na lista negra de “caça as bruxas”. Ao invadir o engenho, os militares buscavam pessoas e armas com a intenção de incriminar e justificar as prisões. Entre os perseguidos estava o Zezé, além de outros líderes.

No dia 1º de abril de 1964, na boca da noite já, umas 6:00 à 7:00 horas [18:00 a 19:00h], três caminhão de soldado entraram para invadir Galileia, [...], e entraram de arma em punho, como se tivesse entrando na colina de Golam, como se tivesse entrando no Iraque. Naquele momento o caminhão estacionou-se na casa de Zé Daniel, daí por diante os soldados começaram a procurar os líderes da Sociedade que estavam escondidos na mata. Estavam procurando João Virginio, Zezé, meu avô, Zé dos Prazeres [...] (José Joaquim da Silva, 19/09/2009).

Após uma busca intensa dos lideres e sem grandes resultados, os militares passaram então a investir na busca das armas.

Os soldados do exercito, no outro dia, ficaram cavando buraco de dez em dez metros, debaixo dos pé de manga, de jaca, na casa grande[isto é, a cada dez metros faziam um buraco],[...] cavando buraco, procurando arma, porque os políticos de vitória com os latifundiários, insistia e dizia para os militares que em Galiléia existia um caminhão de arma que tinha vindo de cuba, mas essas armas nunca tinham chegado em Galiléia, eles num encontraram um canivete se quer (José Joaquim da Silva, 19/09/2009).

Duas semanas após as buscas, os militares mudaram de estratégia. Segundo Zito da Galileia, houve uma tentativa de conquista e aproximação por parte dos soldados. Os militares passaram então a enviar medicamentos e mantimentos com o intuito de sensibilizar os moradores para que eles delatassem seus líderes. Mais uma vez frustrados em sua investida, os militares apelaram para que ao menos o seu líder comparecesse e prestasse um depoimento. O apelo foi feito à esposa do Zezé, Marieta José de Souza que enviou uma carta explicando as “boas intenções” dos militares.

O depoimento de Severina Ferreira de Souza, nora de Zezé, nos esclarece este episódio.⁸⁹ Na ocasião, Severina morava na cidade do Recife e com a ocupação dos militares em Galileia escondeu Zezé e os outros moradores perseguidos em sua casa.

Quando os militares invadiram o Engenho da Galileia meu sogro conseguiu fugir com alguns amigos, e eu e meu marido mantemos eles

⁸⁹ A entrevista foi realizada pelo pesquisador Raphael Henrique Roma Correia em 20 de Setembro de 2009.

aqui, e manteríamos o tempo que fosse preciso. Só que o velho recebeu uma carta da Galileia de sua mulher dizendo para ele ir para casa que os militares só iam ouvi-lo e ele viveria tranquilamente por causa de sua idade já avançada. Todo mundo acreditou que por causa da idade dele ele não seria preso, e então ele partiu para o engenho. (Severina Ferreira de Souza, 20/09/2009).

A emboscada criada para prisão do Zezé surtiu efeito. Ao chegar a Galileia, Zezé entrou direto em um jipe do exército e, segundo estes, seguiriam até a delegacia em Vitória de Santo Antão para prestar depoimento. Entretanto, Zezé foi levado para Secretaria de Segurança Pública do Recife. A partir de então, houve uma busca incessante de Severina pelos quarteis do Recife e da Região Metropolitana. As informações eram sempre vagas e desencontradas. Não havia uma indicação precisa sobre o local em que Zezé ficara recolhido. Após dias de busca, Severina recebe a informação na Delegacia Auxiliar de que Zezé esteve detido naquela instituição, mas que por decorrência de um Acidente Vascular Cerebral, havia sido transferido para Colônia de Férias de Olinda.

Após receber as instruções de como chegar até à Colônia, a nora de Zezé – que para os militares se apresentava como filha – vai até o local indicado e finalmente recebe a confirmação de que José Francisco de Souza estava na unidade.

Quando eu cheguei lá tinha dois guardas, um do lado e outro do outro no portão com guarita. Aí eu disse: eu estou procurando um preso político, o Zezé da Galileia. O guarda perguntou: o que ele é seu? E eu disse: ele é pai! Aí ele foi lá dentro, um ficou cá e outro foi lá dentro falar com o grandão de lá, né? Aí o grandão disse: mande ela entrar! [...] Eu conversei com eles e eles ficaram fazendo um *bando* de perguntas pra mim. E eu respondendo na altura que eu podia responder. Perguntavam o que Zezé fazia em Galileia, perguntavam o que ele era em Galileia, se realmente ele era comunista. Tudo isso eles queriam saber da vida de Zezé (Severina Ferreira de Souza, 20/09/2009).

Após o interrogatório sobre Zezé, os administradores da Colônia comunicaram à Severina que o preso não tinha condições de receber visitas. Os militares alegaram que com a visita Zezé poderia piorar, tendo em vista a forte emoção que sentiria ao reencontrá-la. Em seu depoimento, Severina levanta a hipótese de que a impossibilidade da visita súbita também poderia estar relacionada ao estado físico do Zezé após as intensas torturas sofridas na Delegacia Auxiliar. Durante cerca de duas semanas, ela

compareceu à Colônia de Férias todos os dias, levando sempre almoço e jantar, além de artigos para higiene pessoal como sabonetes, creme dental e roupas.

Emocionada, relembra o dia em que finalmente encontrou Zezé.

Quando foi um dia eu cheguei lá e ele disse: você hoje vai ver seu pai. Quando eu olhei lá vem ele agarrado com dois guardas, um do lado e outro do outro. *Mago, mago*, os lábios dele chega tavam [sic] roxo. Quando ele me viu, caiu nos meus braços assim. A gente se abraçou, o guarda segurou ele, colocou ele na cadeira [...] aí eu me sentei, a gente ficou ali conversando. Quando deu a hora eu saí e vim embora. (Severina Ferreira de Souza, 20/09/2009).

Além da visita da nora, Zezé recebeu durante o tempo em que esteve presente na Colônia de Férias de Olinda a visita de sua esposa, conforme a documentação do prontuário nº 29.093 sob guarda do Arquivo Público do Estado.

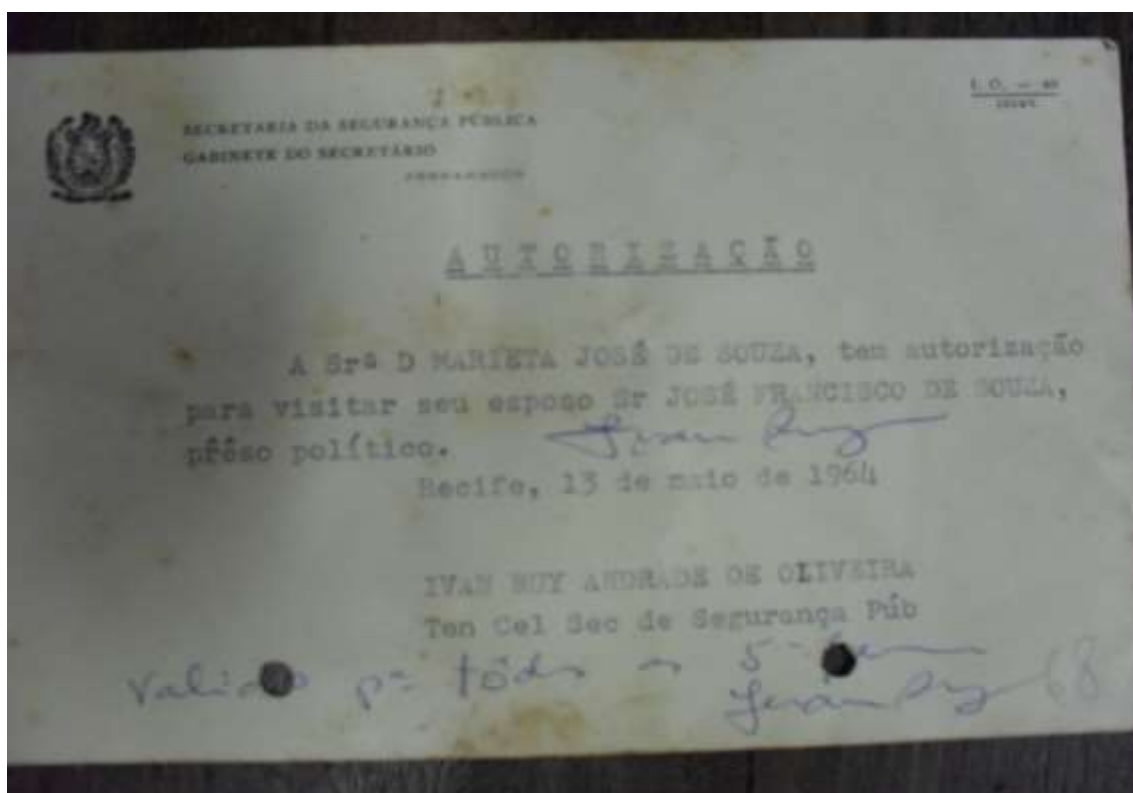


Fig. 7 - Ficha de autorização dos visitantes à Colônia de Férias de Olinda. Fundo: APEJE, Prontuário Funcional nº 29.093.

O documento ainda ressalta que as visitas são válidas para todas as quintas-feiras. Severina ressalva que embora comparecesse diariamente na unidade para levar as refeições, ela sempre deixava com um soldado, pois havia uma limitação quanto ao

número de visitas. O termo de autorização, bem como os outros presentes no prontuário, é assinado pelo próprio Secretário de Segurança Pública, Ivan Ruy Andrade de Oliveira.

Após o período de reclusão na Colônia, Zezé foi encaminhado, mais uma vez, para a Delegacia Auxiliar e só então recebeu a liberação definitiva. Durante as inquirições que antecederam a liberdade, Severina afirma que ele chegou a ser interrogado por dois dias seguidos, havendo um revezamento entre os interrogadores. As torturas sofridas na prisão contribuíram consideravelmente para o desgaste físico e psicológico de José Francisco. Recuperado parcialmente dos maus tratos, Zezé retorna à Galileia – já desarticulada – e morre em 1969 no município de Vitória de Santo Antão.

Tanto os relatos presentes no filme *Cabra Marcado Para Morrer*, quanto os depoimentos de Severina Ferreira de Souza e José Joaquim da Silva, contribuem no âmbito da memória sobre Zezé da Galileia. Os depoimentos de pessoas que conviveram com os presos políticos de maneira geral, carregam traços de traumas ao serem revisitados. Durante as entrevistas, os familiares se emocionam com frequência e revelam que apesar da distância temporal sobre o evento, o impacto provocado pode ser sentido ao longo de suas vidas.

4.3 – O amigo de Fidel Castro e a memória revisitada.

Os moradores de Passira encontravam-se polvorosos dias após o golpe. A pacata cidade da zona da mata pernambucana observava atenta e apreensiva o desfecho das acusações sobre os moradores presos acusados de serem ligados ao Partido Comunista.⁹⁰ Muitos, entretanto, nunca tinham escutado falar sobre a relação destes com o partido, nem com qualquer envolvimento partidário. A cidade estava dividida. De um lado os que apoiavam a prisão dos supostos agitadores, e do outro, os que viam como injustiça a prisão de pessoas acusadas sem provas contundentes.

Em torno desta divisão estavam os coadjuvantes. Pessoas que de alguma forma possuíam relações com os acusados e que, portanto, foram intimadas a prestar depoimentos sobre eles. Entre estes depoentes estava o senhor José Vicente de Moura. Morador de Passira, José Vicente tinha 28 anos em 1964 e trabalhava como agricultor em uma propriedade local. Às dez horas e trinta minutos do dia quatro de maio de 1964,

⁹⁰ Sobre os presos políticos do município de Passira ver tópico 3.3.

José Vicente prestou depoimento na delegacia do município. O primeiro depoimento foi sobre Cirilo Diniz de Carvalho, o “Fidel Castro de Passira”.

Disse que conhece Cirilo e que muitas vezes, êle depoente, presenciou camponeses na residência do acusado e quando de lá saíam, afirmavam que Cirilo estava providenciando suas carteiras para o sindicato que êle Cirilo, fundaria aqui; que ouviu dizer que Cirilo muitas vezes se dirigiu a fazenda de seu Bening e de Didi Gomes, a fim de insuflar os camponeses contra os proprietários; que o povo desta localidade não dizia ser Cirilo comunista; porém o taxava de Fidel Castro, por causa de sua abundante barba; que nada se comenta neste distrito a respeito de desonestidade praticada em sua função; que quanto aos efeitos que a prisão de Cirilo, causara na opinião pública local, diz o depoente, que algumas pessoas afirmam ter sido justa a referida prisão, pois, êle era um agitador e outras pessoas dizem não ter sido justa tal prisão, por se tratar de um elemento direito e honesto; que nada mais tem a dizer com referência a Cirilo Diniz de Carvalho [...] (José Vicente de Moura, 04/05/1964. Fundo APEJE, Fonte: 1129).

No decorrer do seu depoimento, José Vicente comenta sobre os outros presos políticos, sempre ressaltando que conhece pouco os acusados e pela falta de convívio não poderia precisar a maior parte das informações, apenas reproduzir o que as pessoas comentavam na cidade. Informações vagas como a existência de reuniões secretas do Partido Comunista promovidas por Evaristo Amaro de Lima foram citadas pelo depoente com a seguinte ressalva: *“informa que segundo a opinião do povo, frequentava êle acusado, reuniões secretas com Severino Nunes, Bunina e outros, sem, no entanto, poder precisar o local das reuniões e suas finalidades”*.

Ainda a respeito dos acusados, José Vicente ao ser questionado sobre Djalma Dutra – funcionário dos correios e colega de trabalho de Cirilo – afirma que assim como boa parte da população ele acredita que a prisão do Djalma aconteceu pela amizade dele com Cirilo, tendo em vista que ambos eram amigos de trabalho. Entretanto, ressalta que o pai de Djalma, inconformado pela prisão, comentara que o filho havia sido preso a mando do coronel Chico Heráclio, *“mas, que tal fato, somente quem acha ser verídico é o pai de Djalma, pois o povo mesmo, não acredita que o parlamentar tenha feito tal denúncia”*.

No dia vinte e oito de dezembro de 2011, quarenta e sete anos após o depoimento prestado aos militares, enquanto levantávamos a documentação e as entrevistas que fariam parte desta pesquisa, nos deparamos com José Vicente de Moura. Vereador na Câmara Municipal de Passira pelo quarto mandato, o entrevistado ainda

residente no mesmo local que consta nos autos do processo presente nos arquivos do DOPS-PE. Quando questionado sobre o ano de 1964, José Vicente inicia seu depoimento na defensiva, citando uma série de nomes de pessoas que conviveram com ele durante o período. Entretanto, nenhuma delas correspondia à lista dos presos políticos que abarcavam o processo ao qual foi intimado.

Após dez minutos de conversa, José Vicente vai se sentindo mais a vontade para falar sobre um assunto ainda difícil para ele. Soltando um longo suspiro encorajador ele pergunta: “*Você quer saber sobre a revolução, não é isso?*”. Aos poucos, um mosaico de memórias se cruza e toma forma ao relembrar o passado. O primeiro tema a ser comentado – que considera ser o fio condutor dos acontecimentos subsequentes – é o poder da família Heráclio e as perseguições ao governador Miguel Arraes. Ao seu modo de relacionar os fatos, explica o que seria o coronelismo.⁹¹

O coronelismo era o seguinte: Arraes foi eleito governador com o poder do *coroné* Chico. Só que Arraes não contava com o estilo Heráclio do *coroné* Chico. Em 64, quando Passira passou a ser um município, foi no governo de Arraes. Aí quando Arraes foi expulso quem tomou conta foi o vice Paulo Guerra, que era o vice-governador. Aí foi quando Paulo Guerra perseguiu o povo de Arraes. Paulo Guerra era ligado ao grupo Heráclio aí foram perseguir o povo de Arraes. [...] Esse povo que foi preso aqui é porque eram perseguidos do grupo de Arraes (José Vicente de Moura, 28/12/2011).

Paulo Guerra era vice-governador de Miguel Arraes e apesar de ter sido eleito ao lado de um político de esquerda, Paulo Guerra era conservador e ideologicamente voltado aos interesses dos empresários e grandes latifundiários. Segundo Dreifuss, o vice-governador era ligado ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), um dos órgãos que apoiaram a investida dos militares. Para o autor, a ligação de Paulo Guerra com o IPES foi importante na medida em que “*deu à elite orgânica um ponto de apoio no próprio Palácio do Governo*” (DREIFUSS, 1981, p. 371). Assim que Miguel Arraes foi deposto, Paulo Guerra assumiu o governo, tendo em vista as boas relações com os interesses vigentes.

⁹¹ A forma particular que José Vivente analisa o acontecido, construindo a sua versão para os fatos, nos remete ao clássico *O queijo e os vermes*. Ao analisar uma documentação do período inquisitorial, Carlo Ginzburg relata a história de Menocchio, um moleiro que no século XVI afirmava que a origem dos seres vivos vinha da putrefação, da mesma forma que os vermes que nascem dos queijos e não da criação de Deus. A compreensão que Menocchio tinha sobre o mundo o levou a julgamento pelo Tribunal da Inquisição. Sobre a metodologia adotada pelo autor para analisar a documentação Cf. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Ao comentar a eleição e vitória de Miguel Arraes, o entrevistado afirma que o governador foi eleito “com o poder do *coroné* Chico”. Esta colocação corrobora os parâmetros de poder estabelecidos por ele e a influência que o coronelismo exerceu sobre aqueles que mantiveram uma relação direta com o mandonismo local. Para José Vicente, Miguel Arraes tinha tanto poder quanto o coroné Chico, mas apesar disso, o governador não contava com o “estilo Heráclio” de força que logo desestabilizaria seu governo com a ajuda dos militares.

Os primeiros indícios de traços traumáticos na memória do entrevistado apresentaram-se logo no início da entrevista. Ao iniciar sua fala sobre o depoimento prestado em 64, José Vicente faz questão de ressaltar os benefícios que o seu depoimento proporcionaram aos presos, em especial ao Cirilo.

Quando esse pessoal foi preso, eu fui ouvido pelo Exército para contar alguma coisa que eu sabia e se eu convivia com esse povo que tava [sic] preso. O que eu sabia de vida deles eu contava, né? Quer dizer que pra eles foi até uma boa. Eu contei o que sabia, não menti, e aquele povo que tava [sic] preso *foram* até solto por conta disso aí. *Foram* mais de um solto por conta disso aí (José Vicente de Moura, 28/12/2011).

Essa afirmação do caráter benéfico de seu depoimento demonstra uma preocupação do acusado em não ser confundido como um delator. É uma forma de manter a sua integridade diante do fato. A ressalva também sinaliza a falta de escolha após a intimação dos militares. José Vicente não compareceu por espontânea vontade à delegacia de Passira para prestar o depoimento sobre os presos. Ele foi forçado a esta situação após alguns membros do Exército comparecer a sua casa, como nos esclarece em seu relato.

Eles chegaram aqui e perguntaram onde eu tava [sic]. Eu *tava* lá atrás trabalhando com meu pai, montando uma cerca. Aí nisso eles disseram “diga a ele que venha aqui que o Exército tá aqui fora querendo falar com ele”. Aí nisso eu saí e eles disseram “olhe, tem aí um povo preso... Faz quanto tempo que você mora aqui?” Aí eu disse: eu sou daqui mesmo. E eles disseram: “você conhece esse povo que tá preso?” E eu disse: conheço! Aí o camarada perguntou: “você pode ir na delegacia dizer alguma coisa que você souber sobre a vida deles?” E eu disse: Posso. Aí ele disse: “você vai daqui a pouco na delegacia”. Aí quando eu entrei que fui tomar banho pra trocar de roupa o carro chegou de novo. Aí ele disse: “tá pronto?” eu disse: tô pronto. Eu vou pra lá, mas eu não vou no carro não. Pode ir pra lá, você pode ir que eu vou agora. (José Vicente de Moura, 28/12/2011).

Após fornecer os detalhes sobre a intimação, o entrevistado faz uma reflexão que nos direciona a um ponto chave sobre a sua participação no caso.

Alguém me indicou, né? Chegaram aqui já dizendo que eu sabia sobre a vida desse povo. Alguém me apontou, né? Alguém me apontou... Mas eu falei a verdade, não menti. Doa a quem doer, pese na cabeça de quem pesar. Fui em cima certinho, não disse nenhuma palavra, nem pra aumentar, nem pra diminuir do que eu sabia. Eu não aumentei nenhuma palavra, nem diminuí. (José Vicente de Moura, 28/12/2011)

Na medida em que o entrevistado reconhece que a escolha dos militares pode não ter sido aleatória e sim proposital, tendo em vista uma possível indicação por parte dos moradores locais, há uma consciência de que ele – na condição de depoente - foi tanto vítima quanto aqueles que estiveram presos. A “verdade” é enfatizada em seu depoimento como uma forma de se resguardar de qualquer dúvida que por ventura possa surgir sobre o relato do passado. “*Não disse nenhuma palavra, nem pra aumentar, nem pra diminuir do que eu sabia*”, afirma José Vicente.⁹²

Após demonstrar uma preocupação em defender a veracidade do seu discurso, José Vicente confessa a existência de depoimentos que contribuíram para a prisão dos acusados. Segundo ele, algumas pessoas ligadas ao grupo Heráclio foram à delegacia prestar depoimentos distorcidos que não correspondiam a realidade.

Teve testemunha que acusou tanto que foi nulo. Teve gente que era do grupo Heráclio que acusou tanto os que tavam [sic] presos que eles não consideraram o depoimento. Aquilo era uma maneira que eles estavam atacando sem limites, né? Quando eles ouviram o meu depoimento quase eliminou os outros, porque eu convivia com eles e contei uma história que eu sabia e isso foi a sorte de vários. (José Vicente de Moura, 28/12/2011).

Neste momento, José Vicente reconhece e admite haver uma ligação com os presos políticos. “*Quando eles ouviram o meu depoimento quase eliminou os outros, porque eu convivia com eles*”, confessa. Após essa afirmação, a entrevista passou a ser direcionada a relação que o entrevistado estabeleceu com os acusados, em especial com o Cirilo a quem se refere como “um cara bom”. Quando questionado sobre o depoimento que prestou em 64, José Vicente afirma que confirmou a participação de

⁹² Sobre o conceito de verdade e discurso Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2000; REIS, José Carlos. *História e Verdade*. Síntese – Revista de Filosofia. Vol. 27, n. 89; Belo Horizonte, 2000.

Cirilo com a formação do Sindicato Rural em Passira, pois o mesmo o havia – pessoalmente - confidenciado seu interesse.

O Cirilo queria fundar na época o sindicato, que era o sindicato rural que existe hoje. O Cirilo saía de casa e ia conversar com o povo na zona rural pra criar esse sindicato. Porque o número de pessoas era tão pequeno, o povo não sabia nem o que era o sindicato e ele se deslocava da casa dele pra conversar com o povo e explicar o que era o sindicato. Aí eles (os militares) me perguntaram: você tem certeza que era o sindicato rural? Aí eu disse: eu não tenho certeza porque eu não participei, mas a certeza eu tenho porque ele dizia a mim que era o sindicato rural (José Vicente de Moura, 28/12/2011).

Além do interesse em saber sobre a fundação do Sindicato, os militares questionaram a relação de Cirilo com o governo Miguel Arraes (visto pelos militares como um governo comunista). Mais uma vez José Vicente detalha uma passagem em que presenciou um fato na companhia de Cirilo.

Aí eles me perguntaram: e eles eram muito ligados a Miguel Arraes? Aí eu disse: Olhe, eu vi um dia que um cara chegou perto do Cirilo pedindo um jornal da *Última Hora* e o Cirilo disse que ele não pedisse mais porque ele não fazia parte daquele jornal e nem ali era uma repartição que tinha a ver com aquilo, que era os Correios. No fim esse homem (Cirilo) foi o mais perseguido. Ele e o Djalma, porque o grupo que chegou ao poder não gostava deles aí botou o pé no pescoço deles (José Vicente de Moura, 28/12/2011).

Neste momento achamos adequado fazer uma consideração quanto à passagem descrita pelo entrevistado. A ligação que alguns jornais mantiveram com a história política local era intensa. Após o golpe, houve um desgaste entre dirigentes, jornalistas e editores com líderes políticos. Se não defendiam partidos ou grupos políticos, os impressos eram elaborados com o intuito de defender alguma camada social, criticando abertamente a política e autoridades que de posse de cargos governamentais, iam de encontro aos interesses daqueles que diziam representar (LINS; LIRA, 2007, p. 02).

O jornal *A Última Hora Nordeste* teve forte influência nas eleições de 1962, dando apoio ao então candidato Miguel Arraes. Após uma sequência de edições suspensas e muitos dos seus jornalistas presos, o periódico foi fechado no dia 9 de abril de 1964. Sobre o fim das atividades da *Última Hora* e a perseguição aos seus jornalistas, nos relata Múcio Borges da Fonseca em entrevista a Ronildo Maia Leite no *Jornal do Commercio* de 17 de março de 1992.

Chegou a tropa de choque. A ordem era espancar e prender, mas já tínhamos apagado as luzes do jornal e batido em retirada. Os policiais entraram atirando e quebrando tudo. Derrubaram violentamente as mesas de paginação, espalharam pelo chão da oficina as linhas de chumbo já compostas. 00h22min – Eles chegaram à cantina. Como numa cena de filme de *far-west*, puseram-se a atirar em garrafas de leite e nos refrigerantes. A certa altura resolvera fazer tiro ao alvo contra indefeso relógio de parede, cujos ponteiros marcavam precisos 00h22min quando parou de funcionar, atingido mortalmente por um dos disparos. A hora da morte de "Última Hora" (FONSECA apud LEITE, *Jornal do Commercio*, 17/03/1992, pág. 6).

Essa perseguição ao Jornal *Última Hora Nordeste* reflete a influência da mídia pernambucana nos ditames políticos do Estado. Quando menciona aos militares o fato de certa vez ter presenciado o repúdio de Cirilo a uma pessoa que solicitou o jornal, José Vicente acredita ser prova suficiente de que o acusado não possuía ligação com Miguel Arraes e/ou o jornal visto como subversivo.

O medo é outro elemento que permeia o depoimento do entrevistado. Ao comentar sobre as prisões e perseguições em Passira ele revela.

No período mesmo que tava [sic] pegando o negócio aí eu tive medo. Eu fiquei assombrado porque eu convivia com esse povo que não era dos Heráclio. Esse povo que era mal visto. Esse menino dos Correios mesmo que era meu vizinho (Cirilo), o Djalma também e outros e outros. Então eu andava sempre com esse povo. Eu até tive um choque quando disseram assim: “olha o Exército tá lá te esperando pra conversar contigo”, eu disse: “pronto, fui preso!”. Eu fui conscientemente que ia ser preso (José Vicente de Moura, 28/12/2011).

José Vicente reconhece os riscos que o contato com os acusados poderia lhe trazer, pois da mesma forma que o Djalma Dutra, funcionário dos Correios, foi preso por ser colega de trabalho do Cirilo, possivelmente outros amigos próximos poderiam facilmente ser identificados como elementos subversivos aos olhos dos militares.

O interrogatório durou cerca de duas horas e houve um revezamento dos interrogadores, de acordo com o entrevistado. Outro ponto questionado foi sobre a existência de palestras promovidas por pessoas ligadas aos sindicatos com fins de orientação. José Vicente afirmou tanto no depoimento aos militares quando em nossa entrevista, que apesar de saber da existência de tais palestras ele nunca havia participado das reuniões.

Meses após o depoimento de 4 de maio de 1964, José Vicente foi intimado novamente a prestar depoimento sobre o caso. Desta vez, não havia a presença dos militares e o interrogatório não aconteceu na delegacia de Passira como o anterior. De todos os presos políticos, o único que havia restado após meses de detenção havia sido o Cirilo Diniz de Carvalho. O depoimento foi prestado em Limoeiro na presença do Juiz da região e do próprio Cirilo. Mais uma vez, o entrevistado utilizou o argumento sobre o jornal para defendê-lo, conforme relata em seu momento de maior emoção.

Foi marcado um dia pra eu em Limoeiro e lá não foi o Exército mais não, já foi o Juiz. O povo depois de um tempo já tava [sic] tudo solto e o único dos presos de Passira era o Cirilo. Aí quando eu tava lá teve uma hora que o Juiz disse assim: Esse homem era contra Arraes ou era a favor? Aí eu disse: Esse homem era contra Arraes porque um dia eu vi um homem pedindo um jornal a ele e ele disse que o homem nunca mais entrasse lá pra pedir. (choro) Aí o juiz disse pra ele: agora se levante e se defenda a respeito do depoimento. Ai ele disse: nada tenho a dizer [...] (choro). Quando ele foi solto, aí ele disse – pra você vê ele como era – ele disse: você não fez nenhum benefício a mim não, você fez foi um dever de um homem que é não mentir (José Vicente de Moura, 28/12/2011).

A emoção que toma conta de José Vicente ao lembrar sobre o passado nos remete a fragilidade do entrevistado. Enquanto explicava o acontecido, as lembranças vinham a tona através de detalhes do cotidiano que marcaram o caso. Por vezes a entrevista foi pausada durante os relatos pelas lágrimas de José Vicente. O longo silêncio sobre os presos envolvidos no caso nos momentos iniciais da entrevista, os detalhes da intimação e do interrogatório, a voz embargada ao comentar sobre Cirilo, sinalizam as dificuldades em externar os sentimentos e os fatos marcantes em sua memória.

Ao concluirmos a entrevista, José Vicente nos pede desculpas pela emoção durante a conversa e em suas palavras confessa: “*você me desculpe alguma coisa. É que eu fico meio nervoso quando lembro dessa história*”. Seu depoimento, além de nos fornecer detalhes importantes para entendermos os elementos processuais que levaram a prisão política em Passira, nos revela os traumas na memória daqueles que apesar de não partilharem das solidões dos cárceres, foram coadjuvantes nas histórias sobre o golpe e a Colônia de Férias de Olinda.

Considerações finais

A arte de narrar o passado, nos possibilita a elucidação de fragmentos através da investigação. Do contato com as fontes à produção do texto, o historiador utiliza-se dos diversos procedimentos de análise inerentes ao seu ofício.⁹³ Nesta caminhada investigativa entre os fios do relato e os rastros do passado,⁹⁴ constrói-se a obra que estará sempre suscetível às críticas e aberta aos diversos olhares que serão lançados a partir do contato desta com os leitores.

Eric Hobsbawm (1995) em importante reflexão sobre os historiadores que se dedicam a escrever a história do seu próprio tempo, a chamada “História do Tempo Presente”, nos alerta para a importância de refletirmos sobre três pontos que ele considera como problemáticos:

O da época de nascimento do historiador ou, de forma geral, o problema das gerações; o problema de como a perspectiva de alguém sobre o passado pode mudar à medida que a história progride; e o problema de como escapar dos pressupostos que a maioria de nós compartilha (HOBBSAWM, 1995, p. 103).

Apesar de haver um espaço de tempo considerável entre o período estudado e a produção deste trabalho, muitas lacunas sobre esta pesquisa ainda permanecem. Destacamos, por exemplo, o trecho de uma carta enviada pelo educador Paulo Freire ao amigo e preso político da Colônia de Férias de Olinda Clodomir Moraes. De acordo com a carta que foi enviada de Genebra, na Suíça, Freire faz referência ao período em que esteve preso, ou de acordo com suas palavras, “tirando férias” em uma prisão de Olinda.

Lembrando os ensinamentos da prisão

Clodomir, velho de guerra,
amigo-irmão,
nas minhas conversas comigo mesmo sempre lembrado;
nas minhas conversas com outras gentes,
nas minhas memórias de nossas "férias" passadas
juntos, no R-2, lá em Olinda, lembro sempre.
Amigo-irmão, velho de guerra,
que me ensinou, com paciência, como viver entre paredes;

⁹³ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁹⁴ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

como falar, com coronéis, jamais dizendo um aliás;
que me ensinou a humildade, não só a mim,
também aos outros que lá estavam, na prisão
grande da bela Olinda, não com palavras que o vento leva,
mas com exemplo - palavração!
que me contou estórias lindas de Pedro Bunda e
seu irmão - "pencas de almas" dependuradas
em fortes troncos, na solidão;
soldados alemães desembarcados no São Francisco.
que me falou, com amor tanto, de seu povo
lá do sertão, de seus poetas, de seus músicos, de seus maestros.
Clodomir, Colodomiro, velho de guerra,
amigo-irmão, sempre lembrado, agora, de longe,
de bem longe, te mando a ti, a Célia e aos que de ambos já chegaram,
uma penca enorme de abraços nossos.

Paulo,
Genèvre, 16/01/1975 ⁹⁵

No prontuário da Colônia de Férias, não encontramos referência sobre a passagem de Paulo Freire pela unidade. Entretanto, a carta sugere um forte indício de que Freire esteve presente na unidade. O exemplo citado elucida bem a nossa colocação quanto às possibilidades de leituras a respeito deste trabalho. Acreditamos que assim como este caso, outros mais possam surgir, na medida em que o debate possibilita a reflexão e a ampliação das informações e estes novos casos certamente desencadearão novas pesquisas.

A Colônia de Férias de Olinda suscita um debate mais complexo não apenas no que se refere às relações que a unidade estabeleceu com os órgãos de repressão e controle social durante o golpe militar. O estudo sobre esta unidade precisa ser inserido dentro de um debate que leve em consideração as lacunas que persistem sobre o período ainda obscuro na história do Brasil.

⁹⁵ Carta de Paulo Freire à Clodomir Morais em 16 de Janeiro de 1975. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/biografia/05_biografia_exilio.html> Acesso em: 10/10/2012.

Fontes e Bibliografia

Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – APEJE

Acervo DOPS- PE – Fundo SSP.

Prontuário Funcional 29.709.

Prontuário Funcional Barreto Campelo nº 26.981.

Prontuário Funcional Colônia de Férias de Olinda nº 29.093.

Prontuário Funcional da Delegacia Auxiliar nº 29.638.

Prontuário Funcional de Amaro Fernandes da Silva nº 1119.

Prontuário Funcional de Cirilo Diniz de Carvalho nº 1129.

Prontuário Funcional Relatório da Delegacia Auxiliar (1964) nº 29255.

Relatório apresentado pelo Secretário de Segurança Pública à Assembleia Legislativa de Pernambuco referente ao ano de 1960 – Setor de Documentos Impressos.

O Governo Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública – 1939/

Exposição Nacional de Pernambuco 1940 – Setor de Documentos Impressos.

Jornais

Folha da Manhã

Correio do Povo

Diário da Noite

Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ

Jornal do Commercio (1964)

Diário de Pernambuco (1964)

Leis e Decretos

BRASIL. *Ato Institucional Nº 1*. Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br>.

Acesso em: 05/12/2012.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891)*. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 05/04/2012.

BRASIL. *Estatuto do Trabalhador Rural*. Lei nº 4.214 de 02 de março de 1963.

Disponível em <www2.camara.leg.br>. Acesso em 20/05/2012.

BRASIL. *Lei nº 785/49 de 20 de agosto de 1949*. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 05/04/2012.

BRASIL. *Manual básico da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

Entrevista

Amaro Fernandes da Silva - Entrevista realizada pelos pesquisadores Maria do Socorro de Abreu e Lima e Luiz Anastácio Momesso em 14 de abril de 2000.

Clodomir Moraes - Entrevista concedida ao jornal *A Verdade* em 13 de setembro de 2010.

Gilvan Pio Hamsi – Entrevista ao autor prestada por e-mail em 17 de maio de 2012.

José Joaquim da Silva - Entrevista realizada pelo pesquisador Raphael Henrique Roma Correia em 19 de Setembro de 2009.

José Vicente de Moura – Entrevista ao autor em 28 de dezembro de 2011.

Marcília Gama da Silva – Entrevista ao autor em 6 de agosto de 2009.

Severina Ferreira de Souza – Entrevista realizada pelo pesquisador Raphael Henrique Roma Correia em 20 de Setembro de 2009.

Severino Bezerra da Silva – Entrevista ao autor em 28 de dezembro de 2011.

Silvia Montarroyos - Depoimento gravado na manhã de 03 de setembro de 2004 na mesa intitulada “*Militância e resistência feminina à Ditadura Militar*” no Seminário *Repensando a Ditadura Militar e os 25 anos da Anistia Política*, Realizado no Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. Recife, 2004.

Sites

www.4bpe.eb.mil.br/o_4bpe/historico.php

www.acervoditadura.rs.gov.br

www.planalto.gov.br

www.projetomemoria.art.br

www.youtube.com.br

www2.camara.leg.br

Filmes e Documentários

Cabra Marcado Para Morrer. Diretor Eduardo Coutinho. Ano: 1984

Estado de Sítio. Diretor Costa-Gavras. Ano: 1973

Referências Bibliográficas

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE/ Ed. Oito de Março. 2005.

AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife: da frente ao golpe – Ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 1993.

AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina de 1800 a 1940. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá. COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz. (Orgs). *História das Prisões no Brasil*. Volume I, Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro: S/e, 1996.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ANSARA, Soraia. *Memória política, repressão e ditadura no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2009.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Brasil: nunca mais*: Tomo III - Perfil dos atingidos. 1985.

BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI - o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BARBOSA, Letícia Rameh. *Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana*. Recife: Liceu, 2010.

BAUER, Caroline ; GERTZ, René. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla ; LUCA, Tânia (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

- BEZERRA, Gregório. *Memórias, 1990-1983*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.
- CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. A polícia no Estado Novo combatendo o catimbó. *Revista Brasileira de História das Religiões* – Ano I, n. 3, Jan. 2009.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência – A polícia da era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a Ideologia da Segurança Nacional. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Vol. 40 nº Z, 1997.
- CASTRO, Celso. *Pesquisando em Arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi – Da coluna Preste à queda de Arraes: memórias*. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1978.
- _____. *O Caso eu Conto como o caso foi – memórias políticas*, 2º volume. Recife: Editora Guararapes, 1980.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano. Artes de fazer*. Vol. 01. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.
- _____. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COELHO, Fernando. *Direita, Volver: O Golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. *Psicol. estud.* [online]. 2000, vol.5, n.2, pp. 1-22.
- DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidades e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: SP: Edusc, 2004.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DREIFUSS, René Armand. 1964. *A conquista do Estado. Ação política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses* (Londrina), v. 2, p. 831-856, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 314-332.

_____. (Org.) *João Goulart: entre a memória e a história*. 1º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FICO, Carlos. *O Grande Irmão da operação brother sam aos anos de chumbo: Os governos dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar-espionagem e policia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001

_____. Visões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: Brasil: do ensaio ao Golpe (1954-1956). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. Nº 47, Jan-Jun, 2004.

_____. Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FLORES, Elio Chaves. Dos Ditos e dos Feitos: História e Cultura Histórica. *Saeculum – Revista de História*. N.16, Jan./Jun., 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 36. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria

de Fátima Silva (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GONÇALVES, Janice. Memória traumática e testemunho oral na contemporaneidade. In: *Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral – Culturas, Identidades e Memórias*. Florianópolis, 2007.

GULLAR, Ferreira. *Dentro da noite veloz: poesias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HERÁCLIO, Reginaldo. *Chico Heráclio: o último coronel*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1979.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. O presente como história: escrever a história do seu próprio tempo. *Novos Estudos*, Nº 43, Novembro 1995, p. 103-112.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias. O sindicalismo rural na mata pernambucana 1950-1974*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos.

LACERDA, Maria Lana Monteiro de. “*Súditos do mal*”: o cotidiano da repressão policial sobre os alemães em Pernambuco (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História) 2006. Universidade Federal de Pernambuco.

LANGGUTH, A. J.. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOOF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Isabel Cristina. Os Arquivos da Repressão e a Luta pela Memória da Ditadura Militar. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. V. 09, n. 01, Jan./Jul., 2007.

LINS, A. M. Grego ; LIRA, A. P. A. A imprensa recifense e a luta contra os regimes de exceção no século XX. In: MELO, José Marques de. (Org.). *Síndrome da Mordaza: mídia e censura no Brasil*. 1 ed. São Bernardo do Campo - SP: Metodista Editora (Universidade Metodista de São Paulo), 2007, v. 01, p. 01-303.

LISPECTOR, Clarice. *Felicidade clandestina: contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A Lógica da Suspeição: Sobre Os Aparelhos Repressivos de Estado À Época da Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

MAIA, Clarissa Nunes. *Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865 – 1915*. Tese (Doutorado em História) 2001. Universidade Federal de Pernambuco.

MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz. (Orgs). *História das Prisões no Brasil*. Volume I, Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MELO, Maria do Carmo Barbosa de. Severino Teotônio: um viés desafiador nas relações de poder instituídas pelo “coronel” Chico Heráclito. In: SILVA, Kalina Vanderlei; XAVIER, Rômulo Nascimento; MELO, Maria do Carmo Barbosa de (org). *Fragmentos de Histórias do Nordeste: visões socioculturais do mundo açucareiro ao sertão*. Recife: EDUPE, 2012.

MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. Documentação da polícia política do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, vol. 12, n. 22, 1998, p. 379-388.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ciência, história e memória: questões metodológicas. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder. *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

_____. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempos de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano 3 – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2003.

_____. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada*. 6a. edição. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. Oralidade, Memória e História: questões metodológicas. In: *Encuentro Internacional de Historia Oral “Oralidad y Archivos de la Memoria”*, 2005.

_____. Produções do medo: algumas trilhas (1955-1964). In: MONTENEGRO, Antonio Torres e outros (org.) *História: cultura e sentimento*. Outras histórias do Brasil. Cuiabá e Recife: Ed. UFMT e Ed. Universitária UFPE, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil. 1955/1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972.

PEDROSO, Regina Célia. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

PEREIRA, Anthony. O declínio das ligas camponesas e a ascensão dos sindicatos: As organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963. *Clio – Serie Revista de Pesquisa Histórica* – N. 26-2, 2008.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Introdução. In: PAOLI, Maria Célia; BENEVIDES, Maria Victoria; PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto (org.). *A Violência Brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

POE, Edgar Allan. O Poço e o Pêndulo. In: *Histórias Extraordinárias*. São Paulo: Nova Cultural, 2003. p. 249-267.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959 – 1964)*. Recife Ed. Universitária da UFPE, 2009.

REIS, José Carlos. História e Verdade. *Síntese – Revista de Filosofia*. Vol. 27, n. 89; Belo Horizonte, 2000.

RICARDO, Arleandra de Lima. *A DOPS em Pernambuco no período de 1945 a 1956: autocracia em tempos de “democracia”?* Dissertação (Mestrado em História) 2009. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A pedra arde: o direito à memória contra a sedução do esquecimento. In: *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, jul./dez. 2010.

SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião: luta paixão e morte de um agitador*. Recife: ALEP, 2001.

SILVA, Adriana M. P. Eu, você, Billie Holiday e a(s) História(s): Conversas de sala de aula. In: *Cadernos de História*. Ano 3, nº 3, Recife: UFPE/CFCH: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SILVA, José Rodrigo de Araújo. Colaboradores a favor da ordem: a participação da sociedade junto aos órgãos de repressão na cidade do Recife. *Anais do III Colóquio de História – Brasil: 120 anos de República*. UNICAP. Recife. 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto. 2005.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: A construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS PE (1964-1985)*. 2007 (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

_____. *O DOPS e o Estado Novo. Os bastidores da repressão em Pernambuco 1930-1945*. Dissertação (Mestrado em História) 1996. Universidade Federal de Pernambuco.

_____. DOPS: a estrutura do serviço de informação em Pernambuco DOPS-PE (1935-1960). *Revista SOPHIE*, 02 – Recife – outubro – 2011.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. 8ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife e o governo de Arraes: Nacionalismo em crise 1955-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: SP: Edusc, 2004.

VILAÇA, Antônio. *As Astúcias do Coronel*. Recife: Comunicarte, 1989.

ANEXOS

ANEXO A

Ruínas da 1ª Bateria do 3º Grupo de Artilharia de Costa Mecanizado - Colônia de Férias de Olinda



(Acervo Pessoal – 2012)

Capa do prontuário da Colônia de Férias de Olinda – Acervo DOPS do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE)

147

ANEXO C

Regulamento da Colônia de Férias de Olinda

